



IN WAI LOK

**Assédio Sexual e Importunação Sexual na Revisão dos
Códigos Penais Português e Macaense**

Dissertação com vista à obtenção
do grau de Mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Abril de 2019

Declaração de Compromisso Anti-Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta disciplinar e de ética.

Lisboa, 16 de Abril de 2019

Declaração de Número de Caracteres

Declaro que o corpo da dissertação tem um total de 199.950 caracteres, incluindo notas e espaços.

Lisboa, 16 de Abril de 2019

Menções Especiais

Modo de citar

NP 405

Acordo Ortográfico

O presente trabalho de dissertação não foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, aprovado nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, publicada na 1.ª Série do Diário da República de 29 de Julho de 2008.

Índice Geral

Lista de Abreviaturas	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	ix
I. Introdução.....	1
II. O assédio sexual e a importunação sexual	6
1. Breve história do termo “assédio sexual”	6
2. O assédio sexual e a importunação sexual em Portugal.....	10
2.1. O crime de assédio sexual.....	10
1) A coacção sexual e a violação	15
2.2. O crime de importunação sexual.....	17
1) Os actos exhibicionistas.....	21
2) O constrangimento a contactos de natureza sexual.....	22
3) A formulação de propostas de teor sexual	24
3. O assédio sexual e a importunação sexual em Macau	26
3.1. O crime de “atentado ao pudor” no Código Penal de Macau antes de 1996	26
3.2. Os crimes de importunação sexual no Código Penal de Macau de 1996 (antes da alteração de 2017).....	29
4. Conclusão intermédia	36
III. O conceito chinês de assédio sexual e de importunação sexual	43
IV. A revisão do Código Penal de Macau	48
1. O curso da revisão do Código Penal de Macau.....	48
1.1. 1ª fase: a consulta pública e a versão inicial da proposta de lei.....	48
1) A proposta de alteração do crime de violação	49
2) A proposta de alteração do crime de coacção sexual.....	50
3) A proposta de introdução do novo crime - a importunação sexual.....	52
1.2. 2ª fase: o Parecer da Assembleia Legislativa e a publicação da Lei nº 8/2017 ..	60
1) A alteração do crime de violação	61
2) A alteração do crime de coacção sexual	63
3) A introdução do crime de importunação sexual	63
2. Os problemas jurídicos do novo crime de importunação sexual.....	69
2.1. A epígrafe do novo crime.....	70
2.2. O âmbito da importunação sexual como novo crime.....	78
2.3. A localização do crime de importunação sexual no Código Penal de Macau ...	82

V. Conclusão.....	85
VI. Bibliografia	88
VII. Lista de Legislação	92
VIII. Anexo(s)	93
Gráfico 1.....	93
Gráfico 2.....	94
Gráfico 3.....	95

Lista de Abreviaturas

AL – Assembleia Legislativa

al. – alínea

art. – artigo

BO – Boletim Oficial

CCRJ – Conselho Consultivo da Reforma Jurídica

CPP – Código Penal Português

CPM – Código Penal de Macau

DSAJ – Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça

DSRJDI – Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional

EACDH – Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em inglês, *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*, OHCHR

GCE – Gabinete do Chefe do Executivo

MP – Ministério Público

nº – número

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

UE – União Europeia

UN – Nações Unidas, em inglês, *United Nations*

Resumo

O crime sexual é, indubitavelmente, um dos assuntos mais polémicos no sistema do Direito Penal, tendo em conta que, para além da grave ofensa da liberdade e autodeterminação sexual da vítima que envolve, reflete ainda a desigualdade de sexos.

Em 2017, o Governo de Macau levou a cabo uma reforma do Código Penal, no capítulo relativo aos crimes contra a liberdade sexual e autodeterminação sexuais, a fim de melhorar os artigos que entraram em vigor há mais de 20 anos e introduziu novas incriminações, como, por exemplo, o crime de importunação sexual, prevenindo os ditos actos ilícitos e adaptando-se às mudanças vividas na sociedade. Neste sentido, a introdução do crime de importunação sexual será o fulcro da presente dissertação. Sendo “assédio sexual” e “importunação sexual” os conceitos-chave da nossa discussão, iremos começar este trabalho com uma introdução breve à história e definições do termo “assédio sexual”, pelos académicos dos Estados Unidos da América, que pela primeira vez delinearam e usaram o conceito de assédio sexual. Com base nas ideias jurídicas subjacentes a este conceito, investigaremos os crimes que lhe correspondem em ambos os sistemas jurídicos, de Portugal e de Macau, nomeadamente a violação, a coacção sexual e a importunação sexual.

Antes de iniciarmos a análise da revisão do Código Penal de Macau, discutiremos o importante conceito chinês: *Li*, e o termo chinês que sempre se usa como o sinónimo do termo “assédio sexual” em Macau: 非禮 (*Fei Lai*). Estes conceitos ajudarão, em sentido literal e cultural, a perceber algumas decisões tomadas pelo legislador de Macau.

Após a apresentação das diferentes fases da revisão do Código Penal de Macau (centrada nos crimes relativos ao assédio sexual), discutiremos, finalmente, vários problemas jurídicos relativos à introdução do crime de importunação sexual por esta revisão: a epígrafe escolhida para o novo crime, o seu âmbito de aplicação e a sua localização no Código. Veremos que o legislador de Macau evita a incompatibilidade entre a epígrafe em Português e em Chinês, pois, se existisse uma

grande diferença na epígrafe do crime de importunação sexual, nas línguas portuguesa e chinesa, podia tal diferença suscitar uma incorrecta e diversa interpretação do preceito, com prejuízo para a certeza e segurança jurídica. Além disso, a epígrafe delimita também o âmbito do artigo; neste caso, o legislador de Macau não incriminou todas formas de assédio sexual (física, não física e verbal). A sua decisão é compreensível, visto que os novos crimes devem ir ao encontro das necessidades reais da sociedade. Ora, as estatísticas oficiais indicam que, na maior parte dos casos de assédio sexual em Macau, este foi cometido de forma física. Porém, a introdução do novo crime destruiu a lógica sistemática do Código Penal, pois o crime de importunação sexual foi sistematicamente subordinado ao crime de lenocínio qualificado. O que não nos parecer ser a melhor opção.

Palavras-chave: Importunação Sexual; Assédio Sexual; Crime Sexual; Macau; Portugal.

Abstract

Sexual crime is always one of the most controversial subjects in the system of Criminal Law, besides its offense of the freedom and sexual self-determination of the victim, sexual crime reflects also the gender inequality.

In 2017, the Macao Government introduced an amendment to the chapter regarding crimes against sexual liberty and self-determination in its Penal Code, aiming to improve the articles which had been enforced for more than 20 years and introducing new crimes, such as the crime of sexual harassment, to prevent those illicit acts as well as to adapt the rapid change of the society, therefore, the introduction of the crime of sexual harassment would be our focus of this dissertation. As “sexual harassment” is the key concept for our discussion, we would start our elaboration with a brief introduction of history and definitions of the term “sexual harassment” from the academics of the United States of America, where academics first named the related illicit acts “sexual harassment”. With the legal ideas of the term, we would further elaborate and discuss the crimes related to the concept “sexual harassment” in both juridical systems of Portugal and Macao, namely rape, sexual coercion and sexual harassment.

Before starting our elaboration of the revision of the Penal Code of Macau, we would first discuss an important Chinese concept: *Li*, and a Chinese term which is usually used as a synonym of sexual harassment in society of Macao: 非禮 (*Fei Lai*). This would help us understand, from literal and culture sense, some of the decisions made by Macao legislator.

After having elaborate and discuss different periods of the revision the Penal Code of Macao (focus on only the crimes related to sexual harassment), we will lastly discuss several juridical issues regarding the introduction of the crime of sexual harassment in this revision: the title chosen for the new crime, its scope of application and its location in the Code. In this way, we could conclude that the legislator of Macao has avoid a mismatch of title between Portuguese and Chinese, if there were a great difference between the title of sexual harassment in Portuguese

and in Chinese, incorrect and different interpretations of the precept would be caused, which would harm the judicial certainty and its reliability. Also, the title of article draws its boundary, in this case, the legislator of Macao did not incriminate all forms of sexual harassment (physical, non-physical and verbal). Their decision is understandable as they should incriminate every new crime according to the actual needs of their society: as stated by official statistics, most of the cases of sexual harassment in Macao was committed by physical form. However, the introduction of the new crime ruined the systemic logic of the Penal Code since we believe that it is not the best option to introduce the crime of sexual harassment in a place that systematically subordinates to the crime of pandering.

Key-words: Sexual Harassment; Sexual Crime; Macau; Portugal.

I. Introdução

Há 23 anos, após a sua entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 1996¹, e com a finalidade de proceder a uma adaptação às mudanças então vividas na sociedade, o Código Penal de Macau (*infra* CPM) foi alterado por vários diplomas em diferentes âmbitos: nos crimes de terrorismo², no crime de tráfico de pessoas³, na criminalidade informática⁴, nos crimes relativos às drogas⁵ e na violência doméstica⁶.

Na última década, os cidadãos e as associações da sociedade de Macau solicitaram ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) que iniciasse um processo de alteração ao CPM, a fim de aperfeiçoar as disposições previstas para os crimes sexuais, instando, especialmente, à introdução de disposições que dissessem respeito aos comportamentos de “ofensa indecente” e aos comportamentos de “assédio sexual”⁷. Para além destas solicitações por parte da comunidade de Macau, também as observações gerais do EACDH⁸ recomendavam que o Governo da RAEM promulgasse uma lei específica com vista à sanção dos comportamentos de violência sexual nas suas mais diversas formas⁹.

Nos dias 21 de Janeiro¹⁰ e 15 de Dezembro de 2016, foi proposto, pelos deputados, um projecto de lei que pretendia alterar o CPM e incriminar os actos de “atentado ao pudor”, tendo sido apresentado na Assembleia Legislativa (*infra* AL) para ser votado na generalidade. Simultaneamente à apresentação deste projecto de

¹ Aprovado pelo Decreto-Lei nº 58/95/M, de 14 de Novembro.

² Lei nº 3/2006

³ Lei nº 6/2008

⁴ Lei nº 11/2009

⁵ Lei nº 17/2009

⁶ Lei nº 2/2016

⁷ RAEM. DSRJDI; CCRJ – *Revisão de Código Penal Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais Documento de consulta*. 2015. P. 13. [Consult. 24 Nov. 2016]. Disponível em <https://bit.ly/2VKbE3T>

⁸ Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

⁹ Por exemplo, *Concluding observations - China (Macau) (2013) CCPR/C/CHN-MAC/CO/1* de Human Right Committee. [Consult. 31 Dez. 2016]. Disponível em <https://bit.ly/2VMnlH2>; *Concluding observations - China (Macau) (2016) CAT/C/CHN-MAC/CO/5* de Committee against Torture. [Consult. 15 Abr. 2019]. Disponível em <https://bit.ly/2v44xYa>

¹⁰ SAPO NOTÍCIAS – *A Assembleia de Macau chumba a criminalização do atentado ao pudor*. 21 Janeiro 2016. [Consult. 25 Jul. 2018]. Disponível em <https://bit.ly/2VMnD0A>

lei, o Governo da RAEM pôs em curso uma consulta pública no mesmo âmbito, que decorreu entre 23 de Dezembro de 2015 e 22 de Fevereiro de 2016¹¹.

Pelo facto de a maioria dos deputados acreditarem que o Documento de Consulta do Governo era mais completo e cabal do que o projecto apresentado, este acabou por não ser aceite, nos dias 21 de Janeiro e 15 de Dezembro de 2016¹², preferindo os deputados aguardar por uma proposta de lei apresentada pelo Governo depois da consulta pública realizada^{13 14}. Finalmente, no dia 4 de Janeiro de 2017, a proposta de lei apresentada pelo Governo da RAEM¹⁵ foi aprovada na generalidade e enviada à 3ª Comissão Permanente para exame na especialidade¹⁶. No dia 16 de Junho do mesmo ano, apresentou-se a versão alterada, depois de exame na especialidade, à AL a fim de a debater, na especialidade, em Plenário, tendo a mesma sido aprovada. O Chefe do Executivo da RAEM assinou o documento e a lei foi publicada no Boletim Oficial no dia 26 de Junho de 2017¹⁷. Esta foi a sétima alteração do CPM desde a sua entrada em vigor em 1996 e é claramente um passo importante na história jurídico-penal de Macau no âmbito de crime sexual.

Em Portugal, o actual Código Penal (*infra* CPP) foi aprovado em 1982 pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de Setembro, tendo sido consolidado através do Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de Março em 1995. Nestes 20 anos, houve diversas alterações ao CPP, tendo algumas delas sido bastante relevantes no que diz respeito

¹¹ DSRJDI, CCRJ: 2015, 4.

¹² Projecto de Lei intitulado "Alterações ao Código Penal". AL. [Consult. 24 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2DgtDYf>

¹³ SAPO Notícia: 2016.

¹⁴ Vide o artigo "O projecto de lei contra o assédio sexual decorre ao mesmo tempo que a consulta pública - deputados NG e AU negam que estejam a tentar adiar a consulta pública do Governo sobre os crimes sexuais, afirmando que o responsável da postergação é o próprio Governo." *All About Macau Media*. Macau. 21 Janeiro 2016. [Consult. 15 Jan. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2Ikuwml>

¹⁵ Além dos projectos de lei apresentados pelos deputados, segundo art. 64º/5) da Lei Básica da RAEM da República Popular da China, o Governo pode, também, apresentar propostas de lei à AL.

¹⁶ Lei nº 8/2017 - "Alteração ao Código Penal". AL. [Consult. 24 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2PaWthw>

¹⁷ Lei nº 8/2017 – Alteração ao Código Penal. *BO I Série*, nº 26. [Consult. 26 Jun. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2G8LWiE>

aos crimes sexuais¹⁸, nomeadamente a Lei nº 65/98, de 2 de Setembro, a Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, e a Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto.

Em 2015, a trigésima oitava alteração ao CPP foi um procedimento legislativo que pretendeu dar cumprimento às obrigações internacionais que resultavam da Convenção de Istambul (*Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*). Portugal foi um dos primeiros países que assinou e ratificou essa importante convenção, em que o Conselho da Europa esperou criar um quadro jurídico a nível pan-europeu para proteger as mulheres contra todas as formas de violência e prevenir, processar e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica¹⁹.

Com efeito, a violência sexual é reconhecida como um dos crimes contra os direitos humanos que, maioritariamente, afecta mulheres e raparigas, com base na vulnerabilidade do género. A título de exemplo, na Europa, em 2015, mais de 85% das vítimas dos crimes de violência sexual, registados pelas autoridades policiais, é do sexo feminino e mais de 95% dos condenados é do sexo masculino (*vide* Gráfico 1). Esta estatística mostra que as mulheres e as raparigas são mais vulneráveis à violência baseada no género do que os homens²⁰. Segundo dados do Eurostat, entre 2008 e 2014, o número total de crimes de violência sexual registados pelas autoridades policiais aumentou 16,6% em 25 jurisdições dos 28 Estados-membros da União Europeia (UE)²¹, deu-se também um aumento geral nos crimes de violência sexual (*vide* Gráfico 2). Os crimes de violência sexual mencionados nesta estatística, para além da violação, incluem ainda a agressão sexual com ou sem contacto físico, o assédio sexual, entre outros²².

¹⁸ A título de exemplo de uma das reformas empreendidas com respeito aos crimes sexuais no CPP, encontramos a criminalização do assédio sexual no nº 2 do art. 163º e no nº 2 do art. 164º, o facto de a vítima do crime de violação poder ser um homem, desde a reforma de 1998, bem como a introdução de uma nova modalidade no crime de importunação sexual, a formulação de propostas de teor sexual, alteração esta feita em 2015.

¹⁹ Detail of treaty No. 210. *Council of Europe*. [Consult. 18 Jan. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2Z9k5YB>

²⁰ Preâmbulo da Convenção de Istambul. Série de Tratados do Conselho da Europa – Nº 210.

²¹ Estatísticas sobre a criminalidade e a justiça penal. *Eurostat*. [Consult. 19 Jan. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2ImbsV8>

²² Eurostat.

No caso particular de Macau, os processos penais autuados e os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais mostraram também uma tendência ascendente (*vide* Gráfico 3). O próprio Gabinete do Secretário para a Segurança da RAEM deu a conhecer que, no que diz respeito ao tratamento que a Polícia de Macau adoptou, entre 2012 e Abril de 2014, para os actos de “atentado ao pudor”, 40 casos foram tratados como “coacção”, 5 casos como “coacção grave”, 20 como “coacção sexual” e 94 como “injúria”²³. Todavia, é necessário ter em conta que, tal como em Portugal, em Macau, o procedimento penal do crime de injúria depende de acusação particular²⁴, além de que, antes do dia 26 de agosto de 2017²⁵, no sistema jurídico-penal de Macau não existia um crime particular relativo aos actos de “atentado ao pudor” (equivalente ao crime de “importunação sexual” no CPP). Dito de outro modo, a vítima destes actos tende a não apresentar queixa à polícia ou às autoridades, ou desiste da queixa depois de a ter apresentado, por acreditar que os seus direitos e interesses dificilmente serão salvaguardados, pelo que tais casos acabam por não surgir nas estatísticas²⁶.

Face ao acima exposto, verificamos que o número real relativo aos crimes sexuais, especialmente os casos de “atentado ao pudor”, pode ser bem superior ao número que é apresentado nas estatísticas acima mencionadas, o que dificulta ainda mais o combate aos crimes sexuais.

Para além disso, é ainda de considerar que, não havendo a devida prevenção destes crimes e respectiva protecção das vítimas, há sempre a possibilidade de que diferentes actos de violência, ainda que alguns se considerem “ligeiros” face a outros, se tornem ainda mais graves. Assim, poder-se-á supor que os agentes de actos de atentado ao pudor possam vir a cometer crimes sexuais mais graves, caso os crimes considerados como “ligeiros” não sejam devidamente punidos ou os seus agentes acreditem que ditos actos não são puníveis. Neste sentido, a fim de incitar à protecção dos direitos humanos das mulheres e raparigas e promover a prevenção dos crimes

²³ Nota justificativa. Alterações ao Código Penal. Projecto de lei. AL. [Consult. 25 Jul. 2018]. Disponível em <https://bit.ly/2V3KQ16>

²⁴ Art. 175º e art. 182º de CPM.

²⁵ Lei nº 8/2017, art. 4º.

²⁶ CHAN, Lai Ching – “Análise dos Actos de Atentado ao Pudor em Macau”. *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*. Macau: Escola de Polícia Judiciária. ISSN 1681-6943. Nº 69 (2015), p. 131. Disponível em <https://bit.ly/2PfR5da>

sexuais em geral, surge como essencial uma legislação e uma prática efectiva que vise tutelar e tutele os interesses das vítimas de tais actos.

Face ao acima exposto, pretendemos, na presente dissertação, analisar os problemas jurídicos potencialmente emergentes da revisão de 2017 ao CPM, nomeadamente referentes à epígrafe escolhida para a nova incriminação dos actos de “atentado ao pudor” (o crime de importunação sexual), o seu âmbito de aplicação e a sua localização no CPM em vigor. Ora, sendo a RAEM uma região com sistema jurídico bilingue e baseado no sistema jurídico português, é importante analisar os termos usados na epígrafe do novo crime, especialmente a correspondência em duas línguas distintas. Caso os termos chinês e português não sejam coincidentes, é possível que daí surjam dificuldades na delimitação e aplicação da nova disposição. Por isso, é ainda necessário analisar o âmbito da incriminação, para entender e interpretar melhor os limites do novo crime. Por último, analisaremos a influência da localização sistemática do novo crime na interpretação e delimitação deste.

Deste modo, na primeira parte do presente trabalho, e para que melhor se possam entender os critérios que estarão na base de ditas modificações ao nível da legislação, sobretudo no caso do CPM, afigura-se necessária uma discussão dos conceitos de assédio sexual e de importunação sexual, nos planos dos Direitos internacional, português e chinês, da história recente das alterações ao CPP e CPM nesta matéria, para, por fim, após análise da revisão do CPM nas suas diferentes fases, podermos apresentar, na parte final deste trabalho, as respostas aos problemas jurídicos suscitados pelas modificações consagradas na versão final da revisão do CPM no que ao crime de importunação sexual diz respeito.

II. O assédio sexual e a importunação sexual

No presente ponto, iremos explorar o uso dos termos “assédio sexual” e “importunação sexual”, fazendo, primeiramente, uma breve abordagem histórica ao conceito de assédio sexual, para, posteriormente, baseando-nos na legislação portuguesa e macaense, fazermos uma breve distinção do uso dos termos tanto no CPP como no CPM.

1. Breve história do termo “assédio sexual”

Quando nos referimos ao termo “assédio sexual”, é importante destacar que dito termo tem origem na língua inglesa, designadamente na expressão “*sexual harassment*”, tendo surgido pela primeira vez numa sessão realizada por Lin Farley, num curso sobre mulheres e trabalho que a autora deu, em 1974, na Cornell University²⁷. Poucos anos depois, a obra de Catharine MacKinnon, *Sexual Harassment of Working Women*, surgiu como uma das mais importantes referências para a construção do conceito jurídico do crime de assédio sexual (Siegel 2012: 9). Na década de oitenta do século XX, este conceito foi introduzido na Europa pelos movimentos feministas através do relatório da Comissão Europeia de 1988, intitulado “*A Dignidade da Mulher no Trabalho: Relatório sobre o problema do assédio sexual nos Estados-Membros das Comunidades Europeias*”, de que foi Relator Michael Rubenstein^{28 29}. Nos parágrafos seguintes, iremos, então, explorar mais aprofundadamente a história do desenvolvimento do termo “*sexual harassment*” e respectivo significado, baseando-nos nas doutrinas norte-americanas, através das quais o uso do termo ganhou maior força nos Estados Unidos.

Segundo Siegel (2012: 3), a prática do assédio sexual tem uma história de séculos se a definirmos como “relações sexuais indesejadas impostas por superiores a subordinados no local de trabalho”. No fim do século XIX e no início do século XX, houve discussões públicas, bem como a publicação de diferentes obras sobre a

²⁷ SIEGEL, Reva B. – “A short history of sexual harassment”. In MacKinnon, Catharine A.; Siegel, Reva B. – *Directions in sexual harassment law*. 2012. New Haven: Yale University Press. P. 8.

²⁸ OLIVEIRA, Ana – *O assédio sexual nos espaços públicos*. [Consult. 31 Dez. 2016]. Disponível em <https://bit.ly/2X9dOdm>

²⁹ É importante, porém, destacar que, embora o conceito de assédio tenha surgido *de e num* meio em que a mulher era considerada a vítima deste tipo de violência por parte do homem e que ainda hoje muitas estatísticas dêem conta da mulher como principal vítima, o conceito jurídico de assédio sexual não é destinado a um só género, sendo considerado um acto que pode ser cometido por qualquer agente.

vulnerabilidade das mulheres às relações sexuais coagidas no seu local de trabalho. Alguns comentaristas públicos, como Helen Campbell e Upton Sinclair, apontaram que a coacção económica às mulheres funcionava como um meio para a prática do assédio sexual. Todavia, o sistema legal não criminalizava a prática de assédio sexual, ainda que muitas mulheres de diferentes áreas de actividade tivessem sido coagidas a ter relações sexuais com os seus superiores por causas económicas. Como os tribunais americanos não aceitaram que a coacção económica fosse suficiente para forçar as mulheres a ter relações sexuais indesejadas, estas tinham de mostrar resistência física máxima³⁰. É ainda de referir que para muitas pessoas, naquela época, a prática do assédio sexual às mulheres, nas relações heterossexuais, era vista como algo normal³¹. No final do século XIX e no início do século XX, a prática de assédio sexual ainda não tinha a designação de “*sexual harassment*” e as pessoas ainda não tinham conseguido organizar os conjuntos de práticas que, hoje em dia, consideramos como “*sexual harassment*”³²; porém, o facto de se iniciar toda esta discussão à volta do tema já foi um passo em frente.

Uma grande mudança, de facto, chegou na década 1970 quando, tal como acima referimos, a sociedade norte-americana começou a considerar as relações sexuais coagidas no trabalho como “*sexual harassment*”. Tal deveu-se, em grande parte, a advogados e activistas como Catharine MacKinnon, Lin Farley, que representaram as mulheres dentro e fora do tribunal, e tiveram a preocupação de chamar a atenção do sistema jurídico americano para este assunto. Com efeito, o sistema jurídico americano começou, posteriormente, a lidar com o problema, reconhecendo o direito da mulher de trabalhar, livre de indesejáveis avanços sexuais³³.

Precisamente no que diz respeito às relações sexuais coagidas no local de trabalho, Siegel (2012: 18-19) considerou o assédio sexual como uma prática social relativamente estável, sendo parte integrante de uma variedade de relações económicas heterossexuais, da escravidão ao trabalho de secretariado. A autora denunciou casos de homens que forçavam as mulheres que trabalhavam para eles a

³⁰ SIEGEL 2012: 4.

³¹ *Idem*: 6.

³² *Idem*: 8.

³³ *Idem*.

terem relações sexuais que aquelas não desejavam, comportamento esse tipicamente associado a assédio sexual (Siegel 2012: 19)³⁴. Siegel cita ainda a obra da Farley de 1978: *Sexual Shakedown: The Sexual Harassment of Women on the Job*, em que a autora afirma que a prática do assédio sexual por parte dos homens, no âmbito laboral, contra mulheres que exercessem profissões tradicionalmente a elas associadas, visava mantê-las em subserviência, ao passo que esse mesmo comportamento tido para com as mulheres em trabalhos em que estas exercessem funções tradicionalmente associadas a homens visava a sua exclusão (Siegel 2012: 20). Além do cenário clássico apresentado no caso *Meritor Savings Bank v. Vinson* da Suprema Corte dos Estados Unidos em 1986, em que a vítima tinha tido relações sexuais por muitos anos com o seu superior depois de ser por ele convidada para um jantar, sob pretexto de uma reclamação alegadamente feita por um cliente, durante o seu período de estágio (Siegel 2012: 20-21), alguns cenários novos apareceram, como o caso *Harris v. Forklift Systems*, em 1993, da mesma Corte. Neste caso, não se verificava a existência de uma relação sexual consumada, todavia, o superior da vítima apresentava comportamentos sexualizados como, por exemplo, convidar a vítima a ir com ele a um motel ou pedir às suas empregadas que tirassem moedas do seu bolso dianteiro das calças, criando às suas empregadas um ambiente laboral hostil e excluindo do local de trabalho as mulheres que ele não tivesse o poder de demitir. Assim, os comportamentos sexualizados funcionavam como uma forma de dizer às mulheres que elas estavam fora dos seus papéis e lugares assinados pelo género; por outras palavras, os ditos comportamentos eram uma expressão de ansiedade dos homens relativamente à sua autoridade (Siegel 2012: 21-22).

Com efeito, consideram-se hoje dois tipos de assédio sexual. O primeiro e o mais analisado, na década de 1970, é o caso em que a vítima é coagida a ter relações sexuais indesejadas para manter o seu trabalho (Siegel 2012: 22), sendo conhecido como “assédio sexual *quid pro quo*”, ou seja, “assédio sexual por chantagem”³⁵; o segundo, mais recente, é o caso em que o agente apresenta comportamentos sexualizados e não sexualizados quando comunica com a vítima, veiculando, porém, a

³⁴ É necessário sublinhar que o que designamos por “comportamento característico do assédio sexual” pode variar em função não só do tempo, mas também de distintos contextos sociais e legais (SIEGEL 2012: 19).

³⁵ FILHO, Rodolfo Pamplona – Assédio sexual questões conceituais. *Jus*. 2005. [Consult. 23 Fev. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2D7pWoy>

mensagem de que ela é uma estranha no seu próprio local de trabalho (Siegel 2012: 22). Este último caso é designado como “assédio sexual ambiental” ou “assédio sexual por intimidação”³⁶. É de destacar, no entanto, que o crime de assédio sexual não se limita apenas ao local de trabalho, estando ainda incluídos, hoje em dia, os espaços de educação e outros locais³⁷.

Além disso, de facto, em 2011, reconheceu-se o assédio sexual como um tipo de violência. Com efeito, no preâmbulo da Convenção de Istambul afirma-se que “as mulheres e as raparigas estão expostas a um maior risco de violência baseada no género que os homens”³⁸. Segundo esta Convenção, a violência contra as mulheres ocorre, sobretudo, como manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, conduzindo à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, e privando assim as mulheres do seu pleno progresso³⁹. A natureza estrutural desta violência reside no género, sendo este um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens⁴⁰.

No que à aplicação jurídica do conceito de assédio sexual diz respeito, verificamos que, em geral, nos países com sistema de *common law*, define-se o assédio sexual como “comportamentos indesejados (de tipo físico, verbal ou não verbal) de natureza sexual que criam um ambiente intimidante, hostil ou ofensivo, ou afectam a dignidade ou o emprego de outrem”^{41 42}. Esta definição é conhecida em Portugal⁴³ como assédio sexual em sentido amplo. Já no caso de Macau, a abordagem

³⁶ FILHO 2005.

³⁷ Sexual harassment. *Victorian Equal Opportunity & Human Rights Commission*. [Consult. 17 Ago. 2018]. Disponível em <https://goo.gl/zwUtV1>

³⁸ Preâmbulo da Convenção de Istambul. Série de Tratados do Conselho da Europa – N° 210.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Facts about sexual harassment. *U.S. Equal Employment Opportunity Commission*. 2009. [Consult. 24 Fev. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2oSL2iT>

⁴² Protection from sexual harassment. *Trades Union Congress*. [Consult. 24 Fev. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2cxFkKy>

⁴³ PEIXOTO, Emídio José Magalhães Sant’Ana da Rocha – “O assédio sexual: uma realidade necessitada de tipificação ou devidamente salvaguardada pela legislação penal portuguesa?”. *Revista do Ministério Público*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. ISSN 0870-6107. Ano 21, n° 82 (Abr/Jun 2000), p. 114.

ao uso do termo “assédio sexual” merecerá, posteriormente, uma análise mais aprofundada no presente trabalho (Capítulo III).

2. O assédio sexual e a importunação sexual em Portugal

2.1. O crime de assédio sexual

O relatório escrito por Michael Rubenstein, “*A Dignidade da Mulher no Trabalho: Relatório sobre o problema do assédio sexual nos Estados-Membros das Comunidades Europeias*”, foi considerado o primeiro relatório oficial da UE que analisou o assunto do assédio sexual. Na verdade, algumas legislações europeias foram influenciadas por essa neocriminalização, tais como o art. 222-33 do Código Penal Francês de 1994⁴⁴, e o art. 184º do Código Penal Espanhol de 1996⁴⁵.

Após a publicação do relatório acima mencionado em 1988, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) realizou o primeiro estudo em Portugal sobre o mesmo tema entre 1988 e 1989, cujo resultado foi publicado em 1994⁴⁶. Em 1995, os Grupos Parlamentares discutiram, pela primeira vez, na Assembleia da República a criminalização do assédio sexual, contudo a proposta foi rejeitada⁴⁷. Só mais tarde, na reforma de 1998, o nº 2 do art. 163º e o nº 2 do art. 164º foram introduzidos como criminalização de assédio sexual (Lopes & Milheiro 2015: 43), tendo sido alargados, no mesmo âmbito, aquando da reforma de 2007⁴⁸. Na Lei nº 83/2015, de 5 de agosto, as partes relativas ao abuso de autoridade resultante de relações diferentes, estipuladas na reforma de 1998 e na reforma de 2007, foi retirado. O quadro seguinte mostra as alterações do art. 163º e do art. 164º pelas 3 reformas, no que concerne ao assédio sexual.

Quadro 1: As alterações relativas ao assédio sexual do Código Penal Português

Reforma	Artigo 163º	Artigo 164º
---------	-------------	-------------

⁴⁴ LOPES, José Mouraz; MILHEIRO, Tiago Caiado – *Crimes Sexuais. Análise Substantiva e Processual*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015. P. 44.

⁴⁵ LOPES & MILHEIRO 2015: 44.

⁴⁶ OLIVEIRA 2014: 2.

⁴⁷ LOPES & MILHEIRO 2015: 44.

⁴⁸ Na reforma de 1998, o aproveitamento da autoridade de facto resultante de uma relação trabalho, de uma relação hierárquica ou de uma relação económica é punido; na reforma de 2007, o abuso de poder que resulte de uma relação familiar, de tutela ou curatela foi introduzido. LOPES & MILHEIRO: 2015, 45.

	Coacção sexual	Violação
1998	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, abusando de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranger outra pessoa, por meio de ordem ou ameaça não compreendida no número anterior, a sofrer ou a praticar acto sexual de relevo, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 2 anos.</p>	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, abusando de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranger outra pessoa, por meio de ordem ou ameaça não compreendida no número anterior, a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão até 3 anos.</p>
2007	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar acto sexual de relevo, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão <u>até dois anos</u>.</p>	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa:</p> <p>a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou</p> <p>b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos;</p> <p>é punido com pena de prisão <u>até três anos</u>.</p>
2015	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, por meio não compreendido no número anterior,</p>	<p>1. (.....)</p> <p>2. Quem, por meio não compreendido no número anterior,</p>

	constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar ato sexual de relevo, consigo ou com outrem, é punido com pena de prisão <u>até 5 anos</u> .	constranger outra pessoa: a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão de <u>1 a 6 anos</u> .
--	--	--

Na sequência do exposto no ponto anterior, um dos factores mais importantes para o qual a discussão em torno da problemática do assédio sexual chamou a atenção do público, na década de 1970 nos EUA, foi o abuso de autoridade numa relação de trabalho, sendo ainda previsível e aceitável que a criminalização do assédio sexual se estendesse ao abuso de autoridade no âmbito de outras relações similares, como a relação familiar, por exemplo.

Neste sentido, é interessante verificar que, na reforma de 2015, o legislador alargou mais uma vez o âmbito do crime de assédio sexual, retirando o abuso de autoridade resultante de relação especial, o que significa que o agente poderá ser qualquer pessoa que não tenha uma relação próxima com a vítima. No entanto, a exclusão do abuso de autoridade resultante de uma relação especial na reforma de 2015 não significa que o legislador português tenha desconsiderado este tipo de relação no âmbito do crime de assédio sexual, mas sim mostrou intenção de aperfeiçoar o sistema do CPP através da integração do elemento de abuso de autoridade resultante de uma relação especial no artigo relativo à agravação (art. 177º), junto com outros crimes sexuais, permitindo assim que o CPP fosse integralmente mais coerente.

Quadro 2: As alterações ao artigo 177º do Código Penal Português entre 1998 e 2015

Reforma	Artigo 177º Agravação
1998	1. As penas previstas nos artigos 163º a 165º e 167º a 176º são agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima:

	<p>a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente, ou se encontrar sob a sua tutela ou curatela; ou</p> <p>b) Se encontrar numa relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente, e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.</p> <p>2. – 4. (.....)</p> <p>5. A agravação prevista na alínea b) do nº 1 não é aplicável nos casos dos artigos 163º, nº 2, e 164º, nº 2.</p> <p>6. (.....)</p>
2007	<p>1. As penas previstas nos artigos 163º a 165º e 167º a 176º são agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima:</p> <p>a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; ou</p> <p>b) Se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.</p> <p>2. As agravações previstas no número anterior não são aplicáveis nos casos do nº 2 do artigo 163º, do nº 2 do artigo 164º, da alínea c) do nº 2 do artigo 169º e da alínea c) do nº 2 do artigo 175º</p> <p>3. – 7. (.....)</p>
2015	<p>1. As penas previstas nos artigos 163º a 165º e 167º a 176º são agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima:</p> <p>a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; ou</p> <p>b) Se encontrar numa relação familiar, de coabitação, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.</p> <p>2. As agravações previstas no número anterior não são aplicáveis nos casos da alínea c) do nº 2 do artigo 169º e da alínea c) do nº 2 do artigo 175º</p> <p>3. – 8. (.....)</p>

Embora o nº 1 do art. 177º qualifique as penas cominadas nos arts. 163º e 164º com base numa relação especial entre a vítima e o agente, a aplicação da agravação excluiu o nº 2 do art. 163º e o nº 2 do 164º na reforma de 1998 e de 2007. Tendo em

conta que a existência de uma relação especial entre a vítima e o agente era considerada no nº 2 de ambos os artigos, sendo um facto constitutivo do crime de assédio sexual, a exclusão da aplicação verifica-se com base no princípio da proibição da dupla valoração⁴⁹. Na verdade, comparando o Quadro 1 e o Quadro 2, as disposições do nº 2 do art. 163º e do art. 164º, da reforma de 2015, tornam-se mais simplificadas pelo facto de o elemento “relação especial entre o agente e a vítima” ter passado a integrar o nº 1 do art. 177º como factor da agravação. Em geral, além da amplificação de âmbito, a alteração de 2015 permitiu que os artigos do CPP relativos ao crime de assédio sexual ficassem mais sucintos. Além disso, a moldura penal do crime foi ampliada na última alteração, revelando, assim, a determinação do legislador português em combater o crime de assédio sexual.

Com efeito, podemos verificar que, desde a introdução do crime de assédio sexual na reforma 1998 e através das disposições do nº 2 do art. 163º e do art. 164º, o legislador centrou-se nos favores sexuais obtidos através do abuso da autoridade emergente de uma relação específica. Todavia, o dito acto criminoso é apenas um dos comportamentos considerados como assédio sexual na definição usada nos países de *common law* acima mencionados, já que “os comportamentos indesejados de natureza sexual” incluem, além dos favores sexuais, também outros comportamentos de tipo físico, verbal ou não-verbal, de carácter sexual. Como tal, após a nossa breve análise da história do crime de assédio sexual na América do Norte e da introdução do crime de assédio sexual em 1998 no CPP, bem como das suas reformas seguintes, o legislador incriminou, através das disposições mencionadas acima, favores sexuais obtidos pelo abuso da autoridade emergente de uma relação específica, podemos concluir que, na reforma de 1998, a legislação portuguesa adoptou a incriminação do crime de assédio sexual em sentido estrito: “*o constrangimento realizado por quem, abusando da autoridade que lhe advenha das suas funções, por meio de ordem ou ameaça, visa a obtenção de favores sexuais dum seu subordinado*”⁵⁰. A adopção do conceito em sentido estrito acabou após a reforma de 2015: como acima referido, o elemento constitutivo do assédio sexual em sentido estrito – o abuso de autoridade resultante de relação especial entre o agente e a vítima – foi convertido em factor de

⁴⁹ PEIXOTO 2000: 127.

⁵⁰ *Idem*: 114-115.

agravação da pena, nos termos do art. 177º. Deste modo, ampliou-se o âmbito do crime de assédio sexual sob a forma de coacção sexual e violação (nº 2 dos arts. 163º e 164º). Neste sentido, as ditas disposições já não se podem considerar como consagrando o assédio sexual em sentido estrito, mas sim em sentido amplo, porquanto, o respectivo factor característico foi excluído. Como vimos, na parte anterior do presente trabalho, intitulada “breve história do termo “assédio sexual””, vimos que o conceito de assédio sexual em sentido amplo abrange os comportamentos indesejados de tipo físico, verbal e não verbal de natureza sexual, assim, podemos confirmar que o nº 2 dos arts. 163º e 164º incrimina o assédio sexual em sentido amplo sob forma de coacção sexual e violação.

1) A coacção sexual e a violação

Antes da reforma de 2015, o nº 2 do art. 163º do CPP regulava o crime de assédio sexual sob a forma de coacção sexual, diferentemente do número anterior em que está tipificada outra modalidade do crime. Porém, após a reforma de 2015, o mesmo nº 2 do artigo não tipifica o crime de assédio sexual com base no elemento do abuso de autoridade resultante da relação específica entre o agente e a vítima, que, inicialmente, constituía o conceito de assédio sexual. Como mencionado acima, o dito elemento foi retirado do nº 2 do art. 163º, passando a estar incluído nas circunstâncias agravantes, mais concretamente no nº 1 do art. 177º. Deste modo, um constrangimento a um acto sexual de relevo, mesmo que não seja realizado pelos meios mencionados no nº 1 do art. 163º (*vide* nº 2 do art. 163º), será suficiente para a constituição do crime de coacção sexual. Dito de outro modo, o acto de constrangimento não tem necessariamente de ser violento, o que significa que factores como o económico poderão funcionar como meio para condicionar a vontade da vítima, podendo constituir assim um constrangimento, de acordo com o disposto no nº 2 do art. 163º (Lopes & Milheiro 2015: 47-48)⁵¹.

Para além da coacção sexual, o crime de violação constitui também uma forma de crime de assédio sexual no âmbito do sistema penal português actual. Antes da reforma de 2015, o nº 2 do art. 164º previa que os meios de constrangimento não se

⁵¹ Um outro elemento do crime de assédio sexual sob forma da coacção sexual é o acto sexual de relevo, que é o cerne do elemento do crime de coacção sexual e que, como tal, será aqui analisado *infra* na subsecção 3.2.

limitavam aos meios típicos mencionados no nº 1 do mesmo artigo, porém, com a reforma de 2015, retirou-se do mesmo artigo o requisito do abuso de poder na relação específica, convertendo esse mesmo requisito numa circunstância agravante do art. 177. Deste modo, podemos verificar que o nº 2 do art. 164º sofreu uma alteração similar à feita ao nº 2 do art. 163º, tornando-se mais abrangente. Cabe destacar, porém, que não iremos analisar o conteúdo da acção no crime de violação (a cópula, o coito anal, o coito oral, a introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos), mas o assédio sexual e a importunação sexual, tendo em conta que aquele não é o fulcro desta dissertação. Neste sentido, não analisaremos o âmbito dos conteúdos possíveis da acção ou as modalidades deste crime, mas se o dito conteúdo se poderá considerar como acto de assédio sexual. Tais actos, obviamente, contêm um conteúdo ilícito e gravemente atentatório da liberdade e autodeterminação sexual da vítima. Por isso, o art. 164º/2 respeita ainda, no sistema penal português, a uma parte do crime de assédio sexual. Todavia, como analisado *supra*, a exclusão do elemento do “abuso de autoridade resultante de relação especial entre o agente e a vítima” ampliou o âmbito do crime, por isso, os arts. 163º/2 e 164º/2, após a reforma de 2015, passaram a incriminar os comportamentos indesejados sexuais de tipo físico mais grave, incluídos no conceito de assédio sexual (*lato sensu*).

É importante, todavia, analisar o bem jurídico protegido pelos arts. 163º/2 e 164º/2. Integrando-se os crimes de coacção sexual e de violação entre os crimes contra a liberdade sexual no CPP, é razoável considerar que a liberdade sexual é o bem jurídico por eles protegido, ou seja, auto-conformação da vida e das práticas sexuais da pessoa em particular (Dias 2012: 736). Porém, tendo sido o abuso de autoridade de relações familiares ou análogas, hierárquicas, económicas ou de trabalho, elemento constitutivo dos crimes mencionados acima, isso significava que a liberdade sexual não era o único bem jurídico protegido por essas disposições, havia outro bem jurídico que o legislador pretendia defender através dos arts. 163º/2 e 164º/2. De acordo com Dias (2012: 737), as disposições protegiam também a pureza e incolumidade das relações familiares ou análogas e de dependência hierárquica, económica, ou de trabalho com influência na esfera sexual⁵², salvaguardando os arts.

⁵² DIAS, Jorge de Figueiredo – “Artigo 163º Coacção sexual”. *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial, Tomo I*. 2.ª ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. P. 737.

163º/2 e 164º/2 outros valores da pessoa ou mesmo da sociedade além da liberdade sexual⁵³. Os ditos valores, segundo Peixoto (2000: 134), eram o equilíbrio e o respeito mútuo nas relações trabalho ou análogas. Ainda assim, considerando que o factor constitutivo dos arts. 163º/2 e 164º/2 - o abuso de autoridade de relação especial - foi retirado após a reforma de 2015, isso significa que os valores mencionados por Peixoto (*ibidem*) só são protegidos quando o acto de assédio sexual chama também à aplicação o art. 177º/1.

2.2. O crime de importunação sexual

Na reforma de 2007, o legislador português alterou a epígrafe do art. 170º de “actos exhibicionistas” para “importunação sexual”, incriminando o comportamento que consiste em “importunar outra pessoa (...) constringendo-a a contacto de natureza sexual”⁵⁴. Oito anos mais tarde, através da Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto, introduziu-se a formulação de propostas de teor sexual, tendo esta sido adicionada ao mesmo artigo como uma nova modalidade no âmbito da importunação sexual, em cumprimento das obrigações internacionais que resultavam do art. 40º da Convenção de Istambul (*infra* Convenção). Como tal, hoje encontramos três modalidades de importunação sexual previstas nesse mesmo crime. Neste sentido, iremos analisar mais aprofundadamente o conceito de importunação sexual no sistema jurídico português, bem como as três modalidades do crime no CPP em vigor. Faremos uma abordagem inicial ao conteúdo do art. 40º da Convenção de Istambul, tendo em conta que as alterações acima mencionadas, concretamente a adição da modalidade de “formulação de propostas de teor sexual”, o foram em cumprimento do que ficou definido nesta mesma Convenção.

Ora, na Convenção de Istambul, o art. 40º, com a epígrafe de “assédio sexual”, estabelece que “as Partes deverão adotar as medidas legislativas ou outras que se revelem necessárias para assegurar que qualquer tipo de comportamento indesejado de natureza sexual, sob forma verbal, não-verbal ou física, com o intuito ou o efeito de violar a dignidade de uma pessoa, em particular quando cria um ambiente

⁵³ DIAS 2012: 737.

⁵⁴ RODRIGUES, Anabela Miranda; FIDALGO, Sónia – “Artigo 170º Importunação sexual”. In DIAS, Jorge de Figueiredo - *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial, Tomo I. 2.ª ed.*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. P. 816.

intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo, seja passível de sanções penais ou outras sanções legais.” Com efeito, partindo do conteúdo desta epígrafe da Convenção e considerando a análise que encetámos no ponto anterior sobre o crime do assédio sexual, podemos verificar que o âmbito de assédio sexual considerado no art. 40º da Convenção se apresentava mais abrangente do que o âmbito do crime de assédio sexual no CPP (art. 163º/2 e art. 164º/2) antes da reforma de 2015, visto que enquanto o art. 40º toma o assédio sexual em sentido amplo, o crime de assédio sexual no CPP, antes e após a reforma de 2015, inclui apenas uma parte dos comportamentos indesejados de natureza sexual sob forma física, considerados mais graves - a violação e a coacção sexual -, pelo que podemos inferir que no CPP se toma apenas o assédio sexual em sentido estrito (Peixoto 2000: 114).

Por outro lado, antes da reforma de 2015, o crime de importunação sexual previa duas modalidades: o acto exibicionista e o constrangimento a contactos de natureza sexual. Neste sentido, combinando o art. 163º/2, o art. 164º/2 e o art. 170º, o CPP já cobria, mesmo antes da reforma de 2015, grande parte do conteúdo previsto no art. 40º da Convenção sobre o assédio sexual, nomeadamente o comportamento indesejado de natureza sexual, sob forma não-verbal (o acto exibicionista no art. 170º) e física (o constrangimento a contactos de natureza sexual no art. 170º, em que os mais graves, nomeadamente a coacção sexual do art. 163º/2 e a violação do art. 164º/2, eram criminalizados em artigos diferentes). Com a finalidade de cumprir as obrigações da Convenção, o legislador português precisou de estabelecer medidas no sentido de ir ao encontro do que estava previsto no art. 40º daquela Convenção sobre o assédio sexual. Para este fim, o legislador não criou um novo crime com a designação de “assédio sexual”, em que este surgisse como crime autónomo no CPP que agrupasse o comportamento de assédio sexual sob formas diferentes, preferindo antes actualizar os artigos relevantes, através, por exemplo, da introdução da formulação de propostas de teor sexual, como forma de prevenir o comportamento indesejado de natureza sexual sob forma verbal.

Através do art. 40º da Convenção, podemos entender melhor a relação entre o crime de assédio sexual (art. 163º/2 e art. 164º/2) e o crime de importunação sexual no

CPP em vigor⁵⁵. Na nossa opinião, o crime de importunação sexual pode ser entendido como assédio sexual em sentido amplo, tendo um âmbito mais próximo do art. 40º da Convenção e da noção de assédio sexual na sociedade actual. No entanto, se o assédio sexual for constituído por comportamentos indesejados relativos à violação ou à coacção sexual, as normas a serem aplicadas nessa mesma situação serão os arts. 163º/2 ou 164º/2. Em todos os casos, é possível recorrer à aplicação do art. 177º/1, se se verificar abuso de autoridade no âmbito de uma relação específica entre o agente e a vítima. No que ao abuso da autoridade diz respeito, aquando da introdução do crime de assédio sexual em sentido estrito, na reforma de 1998, este elemento encontrava-se integrado no âmbito dos arts. 163º/2 e 164º/2, porém, com a reforma do CPP em 2015, passou a ser incluído no artigo da agravação. Face ao exposto, verificamos que, na reforma de 2015 ao CPP, se ampliou o crime de assédio sexual em sentido amplo e em sentido estrito, adicionando-se uma nova modalidade do crime para além de se ter excluído o elemento do abuso de autoridade resultante da relação específica entre o agente e a vítima dos artigos relativos ao crime de assédio sexual, introduzindo-o como circunstância agravante. Julgamos que, deste modo, os artigos relativos ao crime de assédio sexual no CPP resultam mais coesos e coerentes.

Concretamente, no que diz respeito ao crime de importunação sexual, a disposição do CPP em vigor, que resulta das últimas alterações, realizadas em 2015, aos crimes contra a liberdade sexual, estipula que “quem importunar outra pessoa, praticando perante ela atos de carácter exibicionista, formulando propostas de teor sexual ou constrangendo-a a contacto de natureza sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.” Tendo em conta a letra do artigo, a importunação pode dar-se por acto exibicionista, por contacto físico (ambos de natureza sexual) ou por formulação de propostas de teor sexual. O que aqui se destaca é o facto de o crime de importunação sexual, além de um critério objectivo, considerar também um critério subjectivo: a consideração do significado do comportamento do agente para uma pessoa razoável com as características da vítima e

⁵⁵ Para os portugueses sem educação jurídica e os estrangeiros de idiomas não latinos, as palavras “assédio sexual” e “importunação sexual” são frequentemente usadas como sinónimos por se entender que têm um significado próximo; porém, considerando-os no âmbito jurídico, o seu entendimento nesses mesmos idiomas ou mesmo para os seus falantes pode não ser tão óbvio.

na situação desta, como, por exemplo, idade, educação e cultura. Isso significa que, em tese, uma pessoa terceira razoável pode ter considerações diferentes da vítima perante o mesmo comportamento do mesmo agente.

O crime de importunação sexual, como o crime de coacção sexual e o crime de violação, está incluído Secção I, crimes contra a liberdade sexual, do Capítulo V dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Como tal, confirmamos que a liberdade sexual é o bem jurídico protegido neste artigo, mas entendida em sentido amplo. Através das três modalidades do crime (os actos exibicionista, os contactos de natureza sexual e as propostas de teor sexual), podemos observar ainda a protecção de domínios da sexualidade. Segundo Pereira (2016), “o bem jurídico protegido tem um carácter misto: protecção da liberdade sexual, da reserva da intimidade da esfera sexual, mesmo em espaços públicos, e da integridade moral”⁵⁶. No que diz respeito à liberdade sexual, de acordo com Rodrigues e Fidalgo (2012: 818), trata-se da protecção da liberdade sexual perante um perigo de que se lhe siga a prática de um acto sexual de relevo que ofenda a dita liberdade. Ademais, a liberdade de não ser importunado por terceiros em termos de sexualidade, mesmo nos espaços públicos, também é parte do bem jurídico protegido no crime de importunação sexual. Todavia, tendo em conta que, na Revisão de 1995 do CPP, o legislador português afastou a ligação entre os crimes sexuais e os sentimentos gerais de pudor e de moralidade (Rodrigues & Fidalgo 2012: 817), não concordamos que seja a protecção da integridade moral um dos bens jurídicos protegidos no caso do art. 170º. Assim sendo, do nosso ponto de vista, o bem jurídico do crime de importunação sexual tem um carácter misto da protecção da liberdade sexual e da reserva da intimidade da esfera sexual.

Além disso, as três diferentes modalidades têm os seus requisitos específicos embora o legislador português não tipifique os meios do exibicionismo, ou os contactos de natureza sexual, nem dê a definição de propostas de teor sexual.

⁵⁶ PEREIRA, André Dias – *O bem jurídico protegido no crime de importunação sexual (Quota Parte)*. 2016. Capazes.

1) Os actos exibicionistas

Os actos exibicionistas foram decretados como crime autónomo, na reforma de 1995, com a epígrafe de “Actos exibicionistas”, tendo sido esta alterada para “Importunação sexual” na reforma de 2007. Neste sentido, surgindo os actos exibicionistas como a primeira modalidade tipificada no âmbito do crime de importunação sexual, julgamos pertinente explorar o que se deve entender por “acto exibicionista”.

Partindo do conceito de “exibir”, que significa “mostrar, apresentar, patentear, manifestar, expor, alardear”⁵⁷, para fins penais e nos termos do art. 170º, os actos exibicionistas são tomados como o comportamento de alguém que mostra o seu corpo ou parte dele, sobretudo os órgãos genitais, manifestando excitação ou satisfação sexual, e, conseqüentemente, perturbando ou incomodando outra pessoa, que, neste caso, será a vítima⁵⁸. Como tal, de acordo com Rodrigues e Fidalgo (2012: 818), o acto de exibicionista representa *um perigo de que se lhe siga a prática de um acto sexual que ofenda a sua liberdade e autodeterminação sexual por forma a constituir crime*. Consideram-se ainda como actos exibicionistas, para além da acima mencionada “exposição do próprio corpo”, a prática de actos ou gestos sexuais com um terceiro que, do mesmo modo, perturbem ou simplesmente importunem outros⁵⁹. Aqui, é necessário destacar que os actos exibicionistas que se orientem para outros fins que não o intuito sexual acima referido, como, por exemplo, a exibição de órgãos genitais a um médico numa consulta, o bundalelê⁶⁰ como forma de humor, depreciação ou zombaria, assim como a nudez em público para fotografia artística ou como forma de protesto, não serão considerados actos de importunação sexual. De facto, o bem jurídico protegido pelo art. 170º é a liberdade sexual, como tal, os actos exibicionistas só são puníveis quando as condutas, em que se verifica uma conotação sexual, segundo Rodrigues e Fidalgo (2012: 818), ofendam a liberdade sexual do sujeito passivo sob forma de perigo concreto, o que significa que qualquer exibição de partes íntimas com outros fins estará excluída no âmbito do art. 170º.

⁵⁷ *Exibir* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico Porto: Porto Editora, 2003-2017. [Consult. 29 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2VRAWND>

⁵⁸ BAUNACH, Dawn Michelle – “Exhibitionism”. In *Sex and Society*. Tarrytown, New York: Marshall Cavendish, 2010. ISBN 978-0-7614-7906-2. P. 220.

⁵⁹ RODRIGUES & FIDALGO 2012: 817.

⁶⁰ Acto de mostrar as nádegas como forma de diversão ou protesto.

Ora, seguindo o disposto no artigo 170º e tal como a própria designação indica, cabe destacar que os actos exhibicionistas não envolvem contacto físico com a vítima para serem considerados como crime de importunação sexual, bastando que sejam realizados perante um terceiro com os fins anteriormente mencionados, isto é, como meio de excitação ou satisfação sexual do próprio e, consequentemente, perturbando ou incomodando a vítima. Mesmo que os actos exhibicionistas não envolvam qualquer contacto físico com a vítima, para Rodrigues e Fidalgo (*ibidem*), a perturbação ou incómodo criado por estes actos traduz-se num perigo de prática de um acto sexual que ofenda a sua liberdade sexual em termos de constituir um crime. Nesta linha, é ainda importante sublinhar que a prática de qualquer tipo de crime sexual mais grave pode incluir a consumação do crime de importunação sexual sob forma de actos exhibicionistas (Rodrigues & Fidalgo 2012: 823). Isso significa que existe concurso aparente entre o dito crime através da prática do actos exhibicionistas e qualquer outro crime previsto no capítulo dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Ora, é essencial distinguir um acto exhibicionista, conforme acima mencionado, da exibição dos órgãos genitais como o início de outros comportamentos sexuais mais graves que envolvam contacto físico, tendo em conta que, por vezes, a dita exibição dos órgãos genitais pode servir como acto executivo de outro acto ilícito e, assim, dever ser considerado como tentativa de um crime sexual mais grave (e.g. o crime de coacção sexual ou o crime de violação).

2) O constrangimento a contactos de natureza sexual

O constrangimento a contactos de natureza sexual foi introduzido no CPP como segunda modalidade do crime de importunação sexual na reforma de 2007, junto com a substituição da epígrafe do art. 170º.

Para um melhor entendimento desta modalidade introduzida na reforma de 2007, é importante analisar o que se considera como contactos de natureza sexual no âmbito deste crime. Neste sentido, dito contacto, no âmbito do crime de importunação sexual, pode ser entendido como um toque físico, por parte do agente, na vítima que seja de natureza sexual. Ora, conforme o art. 170º, um contacto de natureza sexual

pode subentender-se como uma situação em que dois ou mais corpos, objetos, etc., se tocam⁶¹, pelo que o contacto com a vítima não se circunscreve ao contacto com partes corporais do agente, já que poderá abranger o uso de objectos.

Em sentido amplo, há três categorias de actos sexuais com relevância penal. Concretamente, tais categorias são a cópula, o coito anal, o coito oral e a introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; os actos sexuais de relevo; e os (meros) contactos de natureza sexual, sendo estes considerados como um tipo de contacto físico que assume significado sexual e que, por essa razão, podem ser considerados como conduta típica de natureza sexual, conforme o disposto no art. 170º. Todavia, as primeiras duas categorias de actos, que são condutas criminosas mais graves entre os diferentes crimes sexuais, encontram-se incriminadas separadamente em outras disposições legais, pelo que não se encontram incluídas no crime de importunação sexual.

Nesta linha, é de destacar, porém, que o contacto de natureza sexual, na alteração de 2007 ao CPP, remete para um contacto físico, que não seja um da natureza de acto sexual de relevo, praticado por qualquer meio contra a vontade da vítima⁶². A obra de Lopes e Milheiro (2015: 130) sobre crimes sexuais dá-nos alguns exemplos desse contacto de natureza sexual quando o autor menciona que um exemplo desse tipo de contacto “é o caso do «apalpão» ou o «roçar» ou pressionar partes do corpo contra partes do corpo da vítima, por exemplo nos transportes públicos ou em espaços fechados, que podem consubstanciar uma situação «froteurismo» (de *frotter*), perturbações que implicam roçar e tocar em sujeito que não consente, habitualmente em lugares com muitas pessoas fantasiando o agressor relações com a vítima.”

Ora, através deste mesmo exemplo, podemos verificar o que, inequivocamente, se poderá considerar como acto de natureza sexual. Nesta linha, consubstanciam ainda actos de natureza sexual o toque ou os gestos efetuados em zonas erógenas do corpo, ainda que não efetuados com órgãos sexuais, como por exemplo, da introdução de

⁶¹ *Contacto* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [Consult. 10 Maio 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2lAzz8a>

⁶² RODRIGUES & FIDALGO 2012: 826.

dedos nos lábios, simulando uma felação (Lopes & Milheiro 2015: 130). Assim, um mero acto de natureza sexual não será condição suficiente para que se constitua o crime, sendo necessário que a vítima seja constrangida a tal contacto. O constrangimento pode ser uma forma de coacção, pressão, aperto ou compressão, ou outra forma que constitua ameaça à liberdade e autodeterminação sexual da vítima (Lopes & Milheiro: *ibidem*). Além disso, segundo Rodrigues e Fidalgo (2012: 828), a natureza súbita, inesperada ou instantânea do contacto sexual praticado contra a vontade da vítima é irrelevante para aferir da tipicidade da conduta, visto que tal não lhe confere o carácter coactivo, nem lhe retira forçosamente esse carácter. Ao contrário, Maria do Carmo Silva Dias entende que a instantaneidade e surpresa afastam tanto a relevância do contacto de natureza sexual como a própria noção de constrangimento (*apud* Rodrigues & Fidalgo 2012: 828). De acordo com Rodrigues e Fidalgo (*ibidem*), o constrangimento a contacto de natureza sexual pode ter lugar por qualquer meio, sendo assim, concordamos com o ponto de vista de Rodrigues e Fidalgo que a natureza súbita, inesperada ou instantânea do contacto sexual é irrelevante quanto a noção de constrangimento.

Em resumo, com a introdução da modalidade de constrangimento a contactos de natureza sexual, na reforma de 2007, as condutas sexuais que não preenchem os requisitos de acto sexual relevo ou outros crimes sexuais mais graves, mas que vão contra a liberdade e autodeterminação sexual, são incriminadas, tendo-se assim alargado o âmbito de protecção de liberdade e autodeterminação sexual.

3) A formulação de propostas de teor sexual

Uma nova modalidade do crime, a formulação de propostas de teor sexual, foi adicionada na reforma de 2015 pela Lei nº 83/2015, de 5 de Agosto, tendo sido um grande passo em frente no combate ao assédio sexual, em sentido amplo.

Ora, nesta nova modalidade do crime, estabelece-se que a proposta deve ter teor sexual, ou seja, conteúdo sexual, não se limitando a dita proposta de conteúdo sexual à sua forma escrita, já que se prevê poder ser realizada por outros meios como o oral, ou ainda através de gestos, de representação gráfica ou de qualquer outra

forma de comunicação que não envolva contacto físico⁶³, desde que o meio utilizado se apresente como suficiente para transmitir a mensagem de conteúdo sexual. Como tal, conforme o disposto no art.170º, relativamente aos meios previstos para a formulação de propostas de teor sexual, para além da forma escrita em papel, em que o agente entrega ou exhibe uma proposta à vítima, são ainda consideradas a comunicação face a face e a formulação de tais propostas por meios de comunicação à distância (e.g. correio electrónico e mensagem de telemóvel), tendo em conta o actual uso das tecnologias⁶⁴.

Com efeito, verificamos que a lei é clara quando refere que o cometimento do acto tem de incluir uma proposta de teor sexual formulada através de quaisquer meios de expressão, podendo esta ser concretizada através de, por exemplo, um convite que pode ser aceite ou recusado pelo destinatário. Aqui é de destacar que, claramente, a vítima da importunação tem que ser o destinatário das propostas, visto que é atípico que a formulação de propostas de teor sexual importe pessoa diferente do destinatário das referidas propostas de teor sexual (Caeiro & Figueiredo 2016: 186). Além disso, é importante ter em conta que um destinatário é o elemento imprescindível numa proposta; por outras palavras, o agente desta modalidade tem o seu alvo específico (a vítima) quando comete o crime.

Por fim, é de destacar que nem todas as expressões de natureza sexual constituem modalidade de cometimento deste crime. Por exemplo, as palavras, os gestos ou outras expressões que manifestem, apreço, admiração pelo destinatário da mensagem, desejo ou simplesmente excitação sexual, e até mesmo que se baseiem em comentários ou revelações acerca de fantasias e proezas sexuais, ainda que possam importunar o destinatário, não constituem a modalidade de crime, pois não implicam qualquer proposta⁶⁵. Na verdade, em alguns casos, estas expressões visam ridicularizar ou rebaixar o destinatário, independentemente da sexualidade do agente ou da vítima⁶⁶, pelo que tais actos poderão ser integrados no âmbito de outros crimes,

⁶³ LOPES & MILHEIRO: 2015, 131.

⁶⁴ CAEIRO, Pedro; FIGUEIREDO, José Miguel – “Ainda dizem que as leis não andam: reflexões sobre o crime de importunação sexual em Portugal e em Macau”. 2016, p. 186.

⁶⁵ *Idem*: 187.

⁶⁶ *Idem*.

como, por exemplo, o crime de injúria (art. 181º, crime contra a honra), verificando-se os respectivos elementos constitutivos⁶⁷.

3. O assédio sexual e a importunação sexual em Macau

Tendo sido Macau uma província ultramarina portuguesa, o seu sistema jurídico, as teorias jurídicas e os seus códigos têm por referência o ordenamento jurídico de Portugal. Até 1976⁶⁸, os códigos e as leis eram os mesmos de Portugal continental, correspondendo às versões aprovadas pelo Parlamento português. Todavia, por causa da transferência da administração do território de Macau para a China, foi necessário redefinir todo o sistema interno no âmbito jurídico, iniciando-se assim o processo de localização do Direito desde da assinatura da Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau. Após a dita localização do Direito, as diferenças entre ambos os sistemas jurídicos são hoje mais óbvias, não obstante o sistema jurídico de Macau ainda tomar como principal referência a lei e a doutrina portuguesas.

Deste modo, a fim de analisar o nosso tema, será necessário considerar a evolução jurídica do Código Penal de Macau (*infra* CPM), mais concretamente, tendo em conta que Macau sofreu uma transferência de poderes no fim do século XX, será, então, imprescindível fasear a nossa análise em dois momentos, nomeadamente na “pré-transferência” e na “pós-transferência” da soberania de Macau. Porém, considerando que o CPM pós-transferência de soberania foi apenas aprovado no ano de 1996⁶⁹, entendemos ser preferível dividir a presente análise em “o CPM antes do ano de 1996” e “o CPM de 1996 antes da última alteração de 2017”.

3.1. O crime de “atentado ao pudor” no Código Penal de Macau antes de 1996

Através do art. 9º do Decreto-Lei nº 58/95/M, publicado em 14 de Novembro

⁶⁷ CAEIRO & FIGUEIREDO: 2016, 187.

⁶⁸ Estatuto Orgânico de Macau, aprovado pela Lei nº 1/76, de 17 de Fevereiro (BO n.º 9. Sup., de 1 de Março de 1976). Disponível em <https://bit.ly/2Dg7MQR>

⁶⁹ A transferência da soberania de Macau da República Portuguesa para a República Popular da China (RPC) ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

de 1995 no Boletim Oficial⁷⁰, podemos confirmar que o Código Penal, que estava em vigor antes de 1996, era o Código Penal Português de 1886, aprovado pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886, publicado no suplemento ao Boletim Oficial de Macau nº 49, de 14 de Dezembro de 1886.

Nesse mesmo código, os crimes contra a honestidade, vertidos no capítulo IV, são os que se encontram mais próximos dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, previstos no actual CPM (tal como no de Portugal). O art. 391º, da secção II, do CPP de 1886, regulava o atentado ao pudor nos seguintes termos: “Todo o atentado contra o pudor de uma pessoa de um ou outro sexo, que fôr cometido com violência, quer seja para satisfazer paixões lascivas, quer seja por outro qualquer motivo, será punido com prisão correccional.

§ único. Se a pessoa ofendida fôr menor de doze anos, a pena será em todo o caso a mesma, posto que não se prove violência.”⁷¹

Ora, a fim de melhor se entender o acima mencionado art. 391º, do Código Penal Português de 1886, é importante analisar a palavra-chave “pudor”. Com efeito, o pudor pode definir-se como “sentimento de pudor, de vergonha, de reserva, de delicadeza, de timidez; sentimento moral, moralidade, honra; ponto de honra, honra; vergonha, desonra, opróbrio”⁷²; “o sentimento de vergonha por motivos de carácter sexual e constitui um sentido individual”⁷³. Mesmo não tendo em vista uma análise do art. 391º sob uma perspetiva actual⁷⁴, parece-nos, porém, que ao lê-lo é impossível evitar estabelecer uma relação com o que hoje designamos por assédio sexual, nomeadamente quando se refere que “todo o atentado contra o pudor de uma pessoa de um ou outro sexo, que fôr cometido com violência, quer seja para satisfazer paixões lascivas, quer seja por outro qualquer motivo, será punido com prisão correccional. (...)”. Todavia, de facto, é arriscado efectuar dita análise do Código

⁷⁰ Decreto-Lei nº 58/95/M de 14 de Novembro, BO - I Série. Disponível em <http://bit.ly/2v6Am2M>

⁷¹ Art. 391º. CPP. Disponível em <https://bit.ly/2UiBaLV>

⁷² MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. IV. 4ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 458.

⁷³ BATISTA, Luís Osório da Gama e Castro e Oliveira - *Notas ao Código Penal Português*. 2.ª ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 1924, p. 221.

⁷⁴ É necessário, porém, referir a existência de acórdão do século XXI, em que o art. 391º do Código Penal Português de 1886 é equiparado ao atual art. 158º do Código Penal de Macau, relativo ao crime de Coação Sexual.

Penal Português de 1886 sob o ponto de vista do actual sistema jurídico do século XXI, em Portugal e em Macau, tendo em conta que a cultura e os costumes sociais podem mudar muito em cem anos, pelo que tomaremos como referência para a sua interpretação obras da época, neste caso uma obra do início do século XX, *Notas ao Código Penal Português* (Batista, 1924), por ser a única onde encontrámos anotações sobre o referido Código.

Ora, seguindo a interpretação de Batista (1924: 227) sobre o art. 391º, era de interesse público que se assegurasse o “bem jurídico da inviolabilidade carnal da pessoa, contra aqueles atos de luxúria violentos ou abusivos que se cometem sobre ela e que não constituem conjunção carnal ou tentativa”. Ainda na mesma linha, o autor refere que o “atentado ao pudor é qualquer ato que se pratica contra a honestidade, pejo ou vergonha de alguém sem ter por fim a cópula e acompanhado de violência” (Batista 1924: 230). Neste sentido, podemos verificar que, de acordo com Batista (1924: 230-231), a violência surge como elemento essencial do art. 391º, sendo dita violência uma violência física que, nas palavras de autor (*ibidem*), “deve ser empregada contra quem o atentado é dirigido, mas pode ser empregada por uma terceira pessoa, de cooperação com o agente do fato impúdico(...) como meio de vencer a resistência ao atentado ao pudor”. Além disso, segundo o mesmo autor (Batista 1924: 230), “constitui este crime o fato averiguado por meio de exame direto nos órgãos sexuais da ofendida, da existência de lacerações nos grandes lábios e de rotura pequena e incompleta de hímen, desacompanhada contudo de outros elementos elucidativos, antes comentado pelo perito com a declaração de que tais violências podem ter sido feitas com as unhas”, e no caso de, “sem ofender o hímen, causar todavia equimoses e escoriações nos órgãos sexuais da mulher (...)”.

Na linha do acima exposto, conforme a interpretação que nos é dada por Batista (1924), poderemos inferir que o legislador não pretendia regular os actos de assédio sexual, nem os de importunação sexual através desse preceito, sendo a disposição do art. 391º mais próxima do crime de coacção sexual, previsto no actual CPM.⁷⁵

⁷⁵ Maior desenvolvimento *infra*.

3.2. Os crimes de importunação sexual no Código Penal de Macau de 1996 (antes da alteração de 2017)

O actual CPM entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1996, através do Decreto-Lei nº 58/95/M, publicado em 14 de Novembro de 1995 no Boletim Oficial. Porém, apenas em junho de 2017, ou seja, cerca de 20 anos após a sua entrada em vigor, se procedeu à alteração das disposições sobre os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexuais. Neste sentido, em seguida, iremos fazer uma breve apreciação das disposições previstas no CPM antes das alterações empreendidas em 2017, no que aos crimes de importunação sexual diz respeito. O objectivo é obter um melhor conhecimento sobre o âmbito dos crimes relativos à importunação sexual no CPM de 1996 antes a dita alteração.

Segundo o Tribunal de Última Instância (TUI), Processo nº 83/2013, a regulamentação que existia, no CPM de 1996, sobre o crime de coacção sexual (art. 158º do CPM⁷⁶) correspondia ao antigo crime de atentado ao pudor (art. 391º do CPP de 1886)⁷⁷, sendo, inclusivamente, a letra do artigo praticamente idêntica à do art. 163º do CPP de 1995⁷⁸. Ora, não obstante, poder ainda observar-se no preceito a ideia deixada pelo art. 391º, verificamos que o art. 158º do CPM de 1996⁷⁹ atualizou os meios típicos de constrangimento, do mesmo modo que tornou mais precisa a descrição típica, de certo modo adaptando-a à actualidade de então. Neste sentido, o conceito que se destaca neste artigo, podendo, inclusivamente, considerar-se o elemento-chave de distinção face ao art. 391º do CPP de 1886, será o de “acto sexual de relevo” que, como tal, aqui importa discutir, a fim de podermos entender mais claramente o pensamento do legislador no que à introdução de tal conceito diz respeito.

De acordo com Figueiredo Dias (2012: 718), é hoje dominante a interpretação

⁷⁶ Artigo 158º Coacção sexual: “Quem, por meio de violência, ameaça grave ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.”

⁷⁷ TUI, Processo nº 83/2013, p. 11. [Consult. 23 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2GeiAQ4>

⁷⁸ Artigo 163º Coacção sexual: “Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos”.

⁷⁹ BATISTA 1924: 231.

objectivista, adoptada pela doutrina alemã, do conceito de acto sexual. Nesta mesma linha, segundo dita doutrina e sob uma interpretação objectivista, “constitui acto sexual típico aquele que, atenta a sua manifestação externa, revela uma conexão com a sexualidade”. Assim, sendo o motivo da actuação do autor irrelevante, enquanto o comportamento observado assume uma natureza, um conteúdo, ou um significado relacionado com a liberdade sexual de quem o sofre ou o pratica, de um ponto de vista objectivo e segundo uma compreensão natural (Dias 2012: 718). Quanto ao elemento “de relevo”, é importante investigar, de acordo com o mesmo autor (2012: 720), de um ponto de vista objectivo, se o acto representa um obstáculo significativo para a liberdade de determinação sexual da vítima, conforme a sua espécie, intensidade ou duração, o nível de periculosidade do acto para o bem jurídico assume um valor decisivo (Dias 2012: 720). Apesar de ser um conceito indeterminado, tendo em conta que o que se entende por acto sexual de relevo pode alterar-se em função do tempo, das sociedades e das culturas, etc.), Lopes e Milheiro (2015: 41) referem alguns exemplos de actos sexuais que se podem considerar de relevo, designadamente a cópula, um beijo que envolva língua e até mesmo e excitação do clítoris de uma paciente por ocasião de um exame ginecológico⁸⁰. Aqui, quanto à classificação do acto sexual de relevo, hoje em dia, a prática jurídica de Macau tem um ponto de vista semelhante, considerando como acto sexual de relevo, por exemplo, a masturbação, o coito oral, ou a apalpação dos seios⁸¹, sendo estes actos que conformam os elementos integrantes do crime de coacção sexual.

Diante do exposto, poderemos, então, concluir que o crime de coacção sexual não abrange os actos sexuais de relevo que correspondem aos descritos no crime de violação, visto que a violação é uma especialização da coacção sexual, constituindo esta, por isso, o tipo fundamental, digamos, a *lex generalis*⁸². Desta forma, os actos de natureza sexual, que se considerem insignificantes ou bagatelares, não são de qualificar como acto sexual de relevo no âmbito do crime de coacção sexual.

⁸⁰ LOPES & MILHEIRO 2015: 41-42.

⁸¹ Tribunal de Segunda Instância, Processo nº 161/2004, p. 4 e ss. [Consult. 24 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2GixkNI>

⁸² DIAS, Jorge de Figueiredo – “Artigo 163º Coacção sexual”. *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial, Tomo I*. 2.ª ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. P. 716.

Na mesma linha, é ainda de destacar que os actos sexuais de relevo se distinguirão ainda dos actos de assédio sexual (em sentido amplo), na medida em que estes últimos serão sempre menos ofensivos ao bem jurídico da auto-conformação da vida e da prática sexual da pessoa do que os actos sexuais de relevo. Como tal, o crime de coacção sexual do CPM apresentar-se-á como a versão actual do crime de “atentado ao pudor” do CPP 1886, não podendo assim ser considerado como uma incriminação do assédio sexual (em sentido amplo).

De facto, muito embora alguns autores, como Chan, considerem que, em consequência da abolição do art. 391º do CPP de 1886 durante a localização do direito⁸³, o CPM não regulava o crime de assédio sexual, estamos em crer, face ao acima exposto, que será necessário discordar dessa posição. Com efeito, através da análise acima realizada, podemos confirmar que o art. 391º do CPP de 1886 era a versão antiga do art. 158º do CPM de 1996, que hoje regula a coacção sexual. Perante a epígrafe do art. 391º, “atentado ao pudor”, é fácil cair na tentação de acreditar que este artigo regula os actos do assédio sexual; porém, temos de analisar a Exposição de Motivos do legislador relativamente ao artigo em causa, a fim de tentar entender realmente as suas intenções e o que pretende dizer. De facto, será arriscado analisar uma legislação de 1886 com base no pensamento actual, pois o resultado pode ser muito diferente, tendo em conta que as concepções sociais e culturais podem mudar muito em cem anos. Neste caso, será preferível afirmar que o crime de “atentado ao pudor” do CPP de 1886 era mais próximo do que hoje se entende por “coacção sexual” no CPM de 1996, mas não dos actos que consideramos como assédio sexual (*lato sensu*) hoje em dia. Por outro lado, ainda que não houvesse qualquer tipo com a epígrafe de “assédio sexual”, “importunação sexual”, ou “atentado ao pudor” no CPM de 1996, antes da última revisão em 2017, estes actos criminosos podiam ser punidos através de outras incriminações, como o eram em Portugal.

A respeito do assédio sexual em sentido estrito, a combinação do nº 1 do art. 171º⁸⁴, do art. 157º⁸⁵ e do art. 158º do CPM de 1996 parece apresentar-se como uma

⁸³ CHAN 2015: 132.

⁸⁴ Artigo 171º Agravção:

solução parcial dada a ausência de uma regulação específica nesse âmbito⁸⁶, assemelhando-se dita solução à prática jurídica dos n.º 2 dos arts. 163.º e 164.º em Portugal, na linha da reforma de 1998 ao CPP. Não obstante dita solução, existem duas outras questões relativas ao assédio sexual em sentido estrito que ainda se colocam, como de seguida iremos verificar.

Em primeiro lugar, as modalidades do assédio sexual cobertas pelos crimes sexuais do CPM de 1996 são muito limitadas. Como mencionado acima, o abuso de autoridade resultante de relação específica do agente com a vítima é o cerne do assédio sexual em sentido estrito, em que a pressão económica ou meios diferentes dos tradicionais (violência, ameaça grave, etc.) são os mais usados na sua prática. Por outras palavras, embora o cerne do assédio sexual, o abuso de autoridade em virtude de uma relação específica com a vítima, esteja abrangido pelo crime de violação e de coacção sexual através da agravação do art. 171.º, os meios mais comuns da prática de assédio sexual *stricto sensu* estão ainda fora de consideração no CPM na versão anterior à revisão de 2017.

Em segundo lugar, pela forma como o artigo está elaborado, quando o assédio sexual é cometido através de violação por meio de cópula, considera-se que a vítima será uma pessoa do sexo feminino⁸⁷. Como citado anteriormente, as mulheres e jovens raparigas são as principais vítimas do assédio sexual (em sentido amplo e em sentido estrito), mas isso não significa que só as mulheres sejam vítimas do crime e só

1. As penas previstas nos artigos 157.º a 159.º e 161.º a 170.º são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se a vítima:

- a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente, ou se encontrar sob a sua tutela ou curatela; ou
- b) Se encontrar numa relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.

⁸⁵ Artigo 157.º Violação:

1. Quem

- a) tiver cópula com mulher por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para realizar a cópula, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, ou
 - b) pelos mesmos meios, constranger mulher a ter cópula com terceiro,
- é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos.

2. Com a mesma pena é punido quem, nos termos previstos no número anterior, tiver coito anal com outra pessoa, ou a constranger a tê-lo com terceiro.

⁸⁶ Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. *RAEM*. §102-103. [Consult. 26 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2KTcSZJ>

⁸⁷ LEAL-HENRIQUES, Manuel – *Anotação e Comentário ao Código Penal de Macau -Volume III*. Macau: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2014. P. 324.

elas mereçam protecção. Na verdade, como podemos observar através do Gráfico 1, certa percentagem das vítimas dos crimes de violência sexual é do sexo masculino. Além disso, na situação da al. a) do nº 1 do art. 157º, o sujeito activo do crime só pode ser do sexo masculino⁸⁸ e, no nº 2 do mesmo artigo, o sujeito activo será do sexo masculino se o coito for realizado pelo agente⁸⁹. Nesta linha, considerando o facto de que os homens podem ser vítimas do crime de assédio sexual, do mesmo modo que as mulheres podem ser agentes do crime, estamos em crer que as disposições consagradas no CPM com respeito ao assédio sexual não terão acompanhado as mudanças verificadas na sociedade.

Neste sentido, o enquadramento deste tipo de crime ainda encontra bastantes limitações no CPM anterior à revisão de 2017, no sentido de não serem previstas, por exemplo, situações em que uma mulher é a agente do crime. Como anteriormente vimos, os comportamentos indesejados de natureza sexual que constituem o assédio sexual (em sentido amplo) podem ocorrer sob uma forma física, verbal ou não verbal, pelo que todas estas “modalidades” de assédio deveriam estar contempladas. E mesmo considerando o art. 171º do CPM, em que se prevê a agravação de alguns actos de assédio sexual sob a forma do crime de violação ou de coacção sexual, esta agravação só é aplicável ao assédio físico e quando este seja considerado muito grave.

Já no que diz respeito ao art. 165º do CPM (antes e depois da revisão de 2017), este apresenta-se como uma cláusula que proíbe a prática criminosa de actos exibicionistas, estabelecendo-se: “Quem importunar outra pessoa, praticando perante ela actos exibicionistas de carácter sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.”⁹⁰ Com efeito, este artigo assemelha-se ao actual art. 170º do CPP anterior à sua reforma de 2015, sendo ainda quase idêntico igual⁹¹ ao anterior art. 171º do CPP de 1995⁹². Tal pode justificar-se pelo facto de, depois da assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão De Macau, o Grupo de

⁸⁸ LEAL-HENRIQUES 2014: 323.

⁸⁹ *Idem*: 324.

⁹⁰ Artigo 165º Actos exibicionistas. CPM. Disponível em <https://bit.ly/2ZgK1Bk>

⁹¹ A mesma situação verificou-se também quanto a outras disposições.

⁹² Artigo 171º Actos exibicionistas: “Quem importunar outra pessoa, praticando perante ela actos de carácter exibicionista, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.”

Ligação Conjunto Luso-Chinês, formado por cidadãos portugueses, chineses e macaenses, ter sido estabelecido, tratando dos assuntos da transição, os quais incluíam a localização do direito⁹³. Dito de outro modo, tendo tido a reforma do CPP e do CPM datas de publicação tão próximas, respetivamente 1995 e 1996, podemos verificar que com a preparação das revisões do CPM e do CPP de 1995, feitas por aquele grupo, a decorrerem em simultâneo⁹⁴, tenha acabado o art. 165º do CPM por permanecer praticamente igual ao art. 171º do CPP de 1995. Assim, face ao exposto, nomeadamente o facto de a letra do art.165º do CPM se assemelhar ou ser praticamente idêntica à letra do art. 171º do CPP de 1995, consideramos que a interpretação, que tem por base a análise elaborada na subsecção 2.2. *supra* sobre a modalidade de actos exibicionistas do referido art. 170º do CPP em vigor (anterior art. 171º, do CPP de 1995), poderá ser aplicada ao art. 165º do CPM de 1996, bem como ao mesmo artigo do CPM em vigor. Por outras palavras, podemos inferir que, à semelhança do art. 170º do CPP em vigor, também o art. 165º do CPM em questão se refere a actos de importunação sexual não-verbal.

Com efeito, não há, antes da revisão de 2017, outros artigos relativos ao assédio sexual em sentido amplo ou em sentido estrito, no capítulo dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais do CPM. Com base na análise acima apresentada, podemos concluir que o âmbito dos crimes de violação, coacção sexual e actos exibicionistas previstos no CPM como assédio sexual (em sentido amplo e em sentido estrito) é ainda muito limitado⁹⁵, comparando com os artigos relativos a esse mesmo âmbito no CPP actual e na definição internacional⁹⁶. Embora possa ser complexo incriminar todos os actos que podem ser considerados como assédio sexual, as formas mais comuns deveriam ser contempladas pelo legislador⁹⁷.

⁹³ SARAIVA, Rute - *Ventos de Este, Ventos de Oeste A “Questão de Macau” nas relações luso-chinesas*. [Consult. 29 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UgQ8C1>

⁹⁴ Destaque-se que esta será uma das razões que justifica o facto de a doutrina e a jurisprudência portuguesas serem base fundamental para a interpretação do CPM.

⁹⁵ Tendo em conta o que se encontra previsto para os crimes de violação, coacção sexual e actos exibicionistas no CPM anterior à versão de 2017, podemos verificar que apenas o assédio sexual sob forma física mais grave e somente uma parte sob forma não-verbal se encontram incriminados.

⁹⁶ UN – *What is Sexual Harassment*. [Consult. 30 Mai. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2VHRbN6>

⁹⁷ Todavia, temos de notar que o actual CPM foi aprovado em 1995, altura em que o conceito jurídico de assédio sexual ainda não estava devidamente definido na Europa e na China.

Não obstante o anteriormente exposto, apesar de não haver um artigo específico para os comportamentos de importunação sexual sob forma verbal no capítulo dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais no CPM, tal não significa que este tipo de actos ilícitos esteja sem regulamento algum. De facto, segundo Chan (2015: 132), alguns actos de importunação sexual sob forma verbal, por exemplo, têm sido considerados como crime de injúria, tendo em conta que este mesmo crime apresenta mais pontos em comum com tais actos ilícitos.

Nesta linha, verificou-se, em 2013, uma interpelação escrita do Deputado Ung Choi Kun à Assembleia Legislativa, em que o mesmo faz menção a algumas problemáticas existentes em matéria de direito penal, nomeadamente no que diz respeito à liberdade e autodeterminação sexuais⁹⁸, e à qual o Governo da RAEM respondeu que “actualmente, ao tratar dos casos do crime de “atentado violento ao pudor”⁹⁹, o Corpo de Polícia de Segurança Pública fá-lo geralmente pelas seguintes duas maneiras: primeira, se a vítima não tiver sido lesada, as autoridades policiais recorrem ao artigo 175º (Injúria) do Código Penal, tratando-o como um caso de crime particular; segunda, se a vítima tiver sido lesada, as autoridades policiais recorrem ao artigo 137º (Ofensa simples à integridade física) do Código Penal, tratando-o como um caso do crime semi-público, ou ao artigo 138º (Ofensa grave à integridade física) do mesmo diploma, como um caso de crime público, consoante a gravidade da ofensa.”¹⁰⁰ Ora, sendo raro que os actos de atentado ao pudor resultem em ofensa à integridade física e dependendo o procedimento penal pelo crime de injúria de uma queixa¹⁰¹, a vítima terá de apresentar queixa junto do MP, bem como constituir

⁹⁸ UNG, Choi Kun – *Interpelação Escrita*. 4 de Março, 2013. [Consult. 11 Set. 2018]. Disponível em <https://bit.ly/2GfJ2sy>

⁹⁹ O termo chinês usado pelo Governo da RAEM nesta resposta escrita foi “非禮” (para mais desenvolvimento *infra* parte “o conceito chinês de assédio sexual e de importunação sexual” do presente trabalho), *vide* Diário da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, II Série. Nº IV-46 (30 Abr. 2013), p. 161. [Consult. 30 Mar. 2019]. Disponível em <http://bit.ly/2Dcs39S>

¹⁰⁰ *Idem* (versão portuguesa): 162. [Consult. 4 Jun. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UD2eKU>

¹⁰¹ CPM

Artigo 193º Queixa.

“Salvo no caso do artigo 187.º, o procedimento penal pelos crimes previstos no presente capítulo depende de queixa.”

Artigo 187º Devassa por meio de informática

“1. Quem criar, mantiver ou utilizar ficheiro automatizado de dados individualmente identificáveis e referentes a convicções políticas, religiosas ou filosóficas, à vida privada ou a origem étnica é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

advogado para elaborar documentos processuais e ser representada no processo, sendo necessário constituir-se assistente para que possa deduzir acusação particular¹⁰². Deste modo, não será difícil concluir que as formalidades exigidas para iniciar o processo penal, o tempo de duração do processo e os honorários dos advogados possam apresentar-se como obstáculos à dedução de acusação particular e à prossecução do procedimento criminal, fazendo com que acabe por existir tolerância relativamente aos actos de assédio sexual.

Face ao acima exposto, verificamos que o CPM, no período discutido nesta secção, ou seja, na versão anterior ao CPM de 2017, não dispunha de uma disposição específica para o crime de assédio sexual, podendo apenas ser punido através do crime de ofensa à integridade física ou do crime de injúria, quando a conduta em causa se relacionasse com o âmbito de protecção destes mesmos crimes. Porém, por causa processual, esta solução temporária não encorajava a vítima a apresentar queixa ao MP. Além disso, dita solução não assegurava protecção ao bem jurídico que o acto ilícito violava, neste caso, a liberdade e autodeterminação sexuais. Como tal, tornou-se essencial que o Governo da RAEM e o legislador encontrassem uma solução mais adequada a fim de combater os actos ilícitos de assédio sexual.

4. Conclusão intermédia

Tendo em conta a análise acima elaborada, apresentaremos agora uma conclusão intermédia quanto à incriminação do assédio sexual e da importunação sexual pelo Código Penal Português e pelo Código Penal de Macau.

2. (...).”

¹⁰² Código de Processo Penal de Macau

Artigo 39º Legitimidade em procedimento dependente de acusação particular.

“1. Quando o procedimento penal depender de acusação particular, é necessário que a pessoa com legitimidade para tal se queixe, se constitua assistente e deduza acusação particular.

2. (...).

3. (...).”

Artigo 267º Procedimento dependente de acusação particular

“1. Quando o procedimento depender de acusação particular, findo o inquérito o Ministério Público notifica o assistente para que este deduza, em 10 dias, acusação particular.

2. Se, nos casos previstos no número anterior, o denunciante ainda se não tiver constituído assistente, o Ministério Público notifica-o para que, em 10 dias, se constitua como tal e deduza acusação particular.

3. (...)

4. O Ministério Público pode, nos 10 dias posteriores à apresentação da acusação particular, acusar pelos mesmos factos, por parte deles ou por outros que não importem uma alteração substancial daqueles.

5. (...).”

Após as três reformas indicadas nas secções anteriores, que trouxeram importantes alterações nas legislações relativas ao assédio sexual e à importunação sexual no CPP, nomeadamente as reformas de 1998, de 2007 e de 2015, verificamos que as modalidades dos crimes foram alargadas, aproximando-se assim daquilo que hoje se toma por assédio sexual (UN).

De facto, definir o âmbito da incriminação do assédio sexual não é uma tarefa fácil nem simples, especialmente no que diz respeito à definição do que é importunação sexual, tendo em conta que este conceito, ou seja, o assédio sexual em sentido amplo, no seu aspecto objectivo-subjectivo, pode variar ao longo do tempo, para além de poder variar ainda de pessoa para pessoa. Revela-se ainda tarefa difícil e complexa – para além de proibida pelo princípio da estrita necessidade da intervenção penal – incluir todas as formas possíveis de assédio sexual (*lato sensu*) no momento da elaboração de uma nova incriminação, visto que um crime pode ser cometido de diferentes modos e o que a sociedade considera como ilícito pode ir variando conforme o desenvolvimento dessa mesma sociedade, em função das suas mudanças culturais e de mentalidade. Ademais, no caso da importunação sexual, a interpretação que a vítima faz do acto é um fator subjectivo, mas que tem importância para averiguar se é ou não um acto da importunação daquela vítima. Assim, só uma definição precisa do âmbito e das modalidades da importunação sexual poderá proteger, de facto, as vítimas das condutas criminosas em causa e impedir o alargamento desnecessário do crime ou um “abuso” da protecção penal do sujeito passivo perante qualquer acto de assédio sexual.

No que diz respeito às três reformas anteriormente mencionadas do CPP, estas parecem surgir como uma tentativa de melhoramento e aperfeiçoamento do âmbito e das modalidades dos crimes relativos ao assédio sexual em sentido amplo e em sentido estrito, tornando-os mais adequados à realidade da sociedade portuguesa face aos actos contra a liberdade e autodeterminação sexuais.

Inicialmente, após a reforma de 1998, só o assédio sexual resultante de uma relação específica (e.g. uma relação de dependência hierárquica, económica ou de

trabalho), sob forma de coação sexual ou de violação, tinha sido considerado pelo legislador e incriminado no CPP. Porém, nove anos mais tarde, na reforma de 2007 do CPP, as modalidades do crime de assédio sexual foram alargadas, tendo sido adicionadas novas relações especiais, como a relação familiar, de tutela ou curatela, bem como o aproveitamento de temor causado à vítima, com vista à prática de coação sexual ou violação; para além de se preverem outros meios de comissão do crime, contrariamente à reforma de 1998 em que só meios de ordem ou ameaça podiam ser usados no crime de assédio sexual.

Além da reforma acima mencionada com respeito ao crime de assédio sexual (sob a forma de crime de coacção sexual ou de violação), também o crime de importunação sexual foi introduzido no CPP na reforma de 2007. Além da substituição da epígrafe do crime de “actos exhibicionistas” para “importunação sexual”, alargou-se ainda o âmbito deste crime com a previsão do constrangimento a contactos de natureza sexual. Neste ponto, a protecção penal portuguesa passou a abranger não só o assédio sexual em sentido estrito, mas o assédio sexual em sentido amplo. Diante do exposto, e sob o nosso ponto de vista, o assédio sexual em sentido amplo será correspondente ao conceito de importunação sexual, embora, na reforma de 2007 do CPP, nem todas modalidades de assédio sexual *lato sensu* consideradas internacionalmente¹⁰³ tivessem sido incluídas.

Já na reforma de 2015, o sistema jurídico português deu mais um passo em frente, com a introdução da forma verbal no crime da importunação sexual. Assim, o assédio sexual sob forma física, verbal ou não verbal, ou seja, as modalidades consideradas internacionalmente¹⁰⁴ estão agora previstas no CPP.

No que diz respeito a Macau, muito embora, como antiga província ultramarina portuguesa, tenha um ordenamento jurídico baseado no sistema jurídico português e o seu CP tivesse sofrido seis alterações após o ano de 1996, no que respeita à tutela penal da liberdade e autodeterminação sexual, este diploma não sofreu qualquer alteração em cerca de 20 anos, mais concretamente, de 1996 a 2017.

¹⁰³ UN: [s.d.]

¹⁰⁴ *Idem.*

Não existindo, antes da revisão de 2017 ao CPM, regulação específica para a maioria dos actos de assédio sexual *lato sensu*, as autoridades só podiam utilizar outros crimes previstos no CPM a fim de que a vítima pudesse iniciar um processo penal contra os actos de assédio sexual quando ditos actos se integrassem no âmbito de protecção daqueles outros crimes que tutelavam bens jurídicos diferentes da liberdade e autodeterminação sexual. Neste âmbito, de acordo com Diário da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (30 Abr. 2013: 162), os crimes de injúria e de ofensa simples à integridade física eram aqueles a que mais se recorria quando se pretendia punir um crime de assédio sexual em sentido amplo antes da revisão do CPM de 2017. Ora, se considerarmos a duração deste tipo de processos, por crimes cujo objecto de protecção nada tinha a ver com a liberdade sexual, nem do ponto de vista da vítima nem do ponto de vista jurídico, bem como os honorários do advogado, podemos verificar que as vítimas se defrontavam com diferentes obstáculos caso pretendessem fazer queixa às autoridades, acabando assim, muitas vezes, por desistir de o fazer. Na realidade, comprovou-se haver desistência de queixa por parte de diversas vítimas de assédio sexual, o que fez com que se criasse uma determinada tolerância em relação a este tipo de actos¹⁰⁵. Desta forma, não pareciam estar criadas, na sociedade, as condições para combater devidamente o assédio sexual em sentido amplo e algumas das formas do assédio sexual em sentido estrito, por falta da legislação necessária para o efeito, de modo que frequentemente os agentes de tais factos acabavam por sair impunes.

Face ao exposto, poder-se-á inferir que o recurso a outros crimes, previstos no CPM, que cobrissem a modalidade dos actos de assédio sexual em causa, se apresentava como uma mera solução temporária, revelando-se insuficiente para a protecção das vítimas, bem como para a dissuasão dos potenciais agentes. Por outras palavras, tais medidas não asseguravam a devida tutela do bem jurídico da liberdade e autodeterminação sexual, sendo insuficientes para reconhecer o sistema jurídico de Macau como um sistema com protecção penal contra os actos de assédio sexual em sentido amplo e algumas modalidades de assédio sexual em sentido estrito.

¹⁰⁵ CHAN 2015: 131.

Verifica-se, então, que neste âmbito haveria necessidade de uma revisão ao código. Todavia, uma alteração ao código não é algo simples e o próprio facto de se proceder a revisões pode inclusivamente trazer consequências indesejadas. Nesta linha, a título de exemplo, um estudo de Caeiro e Figueiredo (2016: 161) menciona que o facto de haver demasiadas alterações feitas aos códigos é prejudicial a um sistema legislativo consolidado e estável. Os autores referem ainda que este excesso de alterações ao código terá afectado a garantia da segurança dos cidadãos, bem como a certeza na aplicação do direito, dado que a jurisprudência e a doutrina não terão conseguido amadurecer as construções do sistema jurídico. Parece-nos, no entanto, que esse comentário se dirigirá mais ao CPP do que ao CPM, tendo em conta que o actual CPP sofreu cerca de 43 revisões entre 1995 e 2017¹⁰⁶, ao passo que o CPM sofreu cerca de 7 revisões no mesmo período. Nesta linha de pensamento e seguindo o raciocínio de Caeiro e Figueiredo (2016), segundo os quais o excesso de revisões ao código poderá afectar a segurança e a estabilidade do sistema jurídico, o CPM teria uma melhor garantia de segurança dos cidadãos, bem como maior assertividade na aplicação do direito do que o CPP, pelo facto de ter sofrido menos alterações. A nosso ver, parece-nos que, no caso do CPM, não. Contrariamente aos autores acima referidos, julgamos que essas mesmas revisões terão sido inclusivamente necessárias a fim de tentar acompanhar as mudanças sofridas pela sociedade e, nesse sentido, assegurar uma maior prevenção e a correcta aplicação das disposições legais existentes, sobretudo no que diz respeito ao “assédio sexual”. Embora concordemos com os autores quando estes afirmam que revisões em demasia poderão afectar a segurança e a estabilidade, julgamos que no caso do CPM terá ocorrido a situação exactamente oposta. Por outras palavras, parece-nos que o número de revisões sofridas pelo CPM terá sido insuficiente face às mudanças que a sociedade tem experimentado nos últimos anos.

A certeza jurídica no âmbito da aplicação do direito, para além de contribuir para a segurança e eficácia da aplicação da lei, pode promover ainda a confiança dos cidadãos na estabilidade da legislação e, consequentemente, confiança numa maior segurança jurídica. Porém, em determinados casos, essa estabilidade, se a

¹⁰⁶ Lei n.º 83/2015, de 5 de Agosto: a última alteração nos crimes sexuais que correspondeu à 38ª modificação do CPP.

entendermos no sentido em que Caeiro e Figueiredo (2016) a definem e como acima é discutido, poderá prejudicar a segurança dos cidadãos. No caso do CPM, em que apenas 7 alterações foram feitas em 20 anos, parece-nos que estas revisões não terão conseguido acompanhar as mudanças experimentadas pela sociedade. Como exemplo, a lei de prevenção e combate à violência doméstica só foi introduzida no CPM em 2016¹⁰⁷, embora já houvesse consulta pública sobre o tema e respectiva proposta de lei desde 2011¹⁰⁸. Deste modo, considerando que, por vezes, revisões necessárias são feitas tardiamente face à realidade vivida na sociedade, parece-nos também que o CPM não consegue ainda responder nem prevenir com eficácia os actos de assédio sexual. Ainda que existam outras disposições legais às quais remeter em casos de assédio sexual, estas não parecem garantir certeza, eficácia e segurança jurídica no que a estes casos diz respeito.

Por outro lado, embora o CPP tenha sofrido 43 modificações, a certeza na sua aplicação manteve-se relativamente estável, tendo em conta que nenhuma dessas modificações se destinou a alterar todo o código, para além do facto de que cada uma das alterações encetadas foi em regra devidamente ponderada e analisada¹⁰⁹. Tal permitiu amadurecer as construções do sistema jurídico, apesar das alterações, tendo a jurisprudência e a doutrina disposto de tempo para lidar com os artigos alterados e, conseqüentemente, com as necessárias adaptações a essas mudanças, conseguindo assim o CPP manter a necessária estabilidade, a fim de acompanhar as mudanças da sociedade.

Segundo Machado (1996), “o Direito é um conjunto de normas e princípios jurídicos, orientado pela ideia de uma ordem justa, que regula as acções e relações de indivíduos numa comunidade¹¹⁰, formalizado e rigidificado através da codificação” (Machado 1996: 101). Todavia, o autor também refere que, por vezes, essa regulação

¹⁰⁷ Lei n.º 2/2016, publicado em 6 de Junho de 2016 no BO – I Série. [Consult. 22 Jun. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UCUyZf>

¹⁰⁸ RAEM. Instituto de Acção Social - *Lei de prevenção e correcção da violência doméstica. Relatório final da consulta pública sobre a proposta de lei*. 2012. [Consult. 27 Mar. 2018]. Disponível em <https://bit.ly/2UglF7m>

¹⁰⁹ Por exemplo, a alteração da Lei n.º 69/2014, de 29 de Agosto, criminaliza os maus tratos a animais de companhia; e a Lei n.º 83/2015, de 05 de Agosto, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul.

¹¹⁰ MACHADO, João Baptista – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996. P. 32.

e codificação podem não acompanhar os problemas de uma sociedade em constante e rápida mudança, pelo que podem surgir como inadequadas numa determinada época e face a situações que não estejam previstas, resultantes das mudanças acima referidas (Machado: *ibidem*). Os indivíduos têm de adaptar-se às normas formalizadas pela codificação, assim como os legisladores têm de actualizar os códigos tempestivamente, a fim de adaptar os mesmos às mudanças sociais verificadas. A estabilidade do código não deve ser uma desculpa para não o actualizar oportunamente e de acordo com as necessidades sociais. Neste ponto, os legisladores de Macau poderiam basear-se na prática portuguesa no que diz respeito às alterações feitas ao código e, desse modo, melhorar a actualização dos seus códigos de acordo com as necessidades sociais.

III. O conceito chinês de assédio sexual e de importunação sexual

Pretendemos agora discutir os conceitos relativos ao assédio sexual e à importunação sexual em chinês e na sua cultura. Como mencionado acima, o assédio sexual é um conceito norte-americano, tendo sido introduzido entre os académicos chineses na sequência da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, conferência essa organizada pelas Nações Unidas entre 4 e 15 de Setembro de 1995¹¹¹. A nova expressão “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”¹¹² foi criada como tradução do termo “*sexual harassment* (assédio sexual)”, todavia, os chineses também já tinham uma expressão similar à de “assédio sexual” na sua cultura, mesmo antes da introdução do conceito tal como é definido, ou seja, “assédio sexual”. Esta palavra já existente antes da referida conferência era “非禮 (*Fei Lai*)”^{113,114} e, se a traduzirmos para português, a tradução mais próxima será “atentado ao pudor”¹¹⁵, “ultraje”¹¹⁶, ou “ofensa indecente”¹¹⁷, etc., segundo o conceito chinês.

No entanto, como se sabe, é muito difícil que palavras de línguas diferentes, correspondam perfeitamente, especialmente quando falamos de culturas afastadas como a oriental e a ocidental, e é exatamente esta mesma dificuldade que encontramos quando tentamos traduzir o conceito chinês “非禮 (*Fei Lai*)”. Antes da criação do novo termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, os chineses usavam “非禮 (*Fei Lai*)” para descrever actos inapropriados, especialmente os que envolviam contacto físico, por isso, este conceito chinês já representava parcialmente os actos implicados no conceito de assédio sexual.

Porém, tendo surgido o conceito de assédio sexual como um novo termo para os chineses, houve necessidade de inicialmente se recorrer a uma tradução literal

¹¹¹ GENG, Dian-lei – “The evolution of the definition of sexual harassment: an international perspective”. *Collection of Women's Studies*. Beijing: Collection of Women's Studies Editorial Department. BM1186. N° 1 (Jan 2010), p. 67.

¹¹² “Xing Sao Rao” em Mandarin, ou “Seng Sou Io” em Cantonês.

¹¹³ “Fei Li” em Mandarin, ou “Fei Lai” em Cantonês.

¹¹⁴ GENG 2010: 129.

¹¹⁵ Veja-se a versão portuguesa e a versão chinesa do artigo de CHAN, Lai Ching – “Análise dos Actos de Atentado ao Pudor em Macau”. *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*. Disponível em <https://bit.ly/2PfR5da> (versão portuguesa) e <https://bit.ly/2G8O3mA> (versão chinesa)

¹¹⁶ *Ultraje* in Dicionário Português-Chinês. Pequim: The Commercial Press, 2001. P. 1080.

¹¹⁷ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

deste termo, para chinês, através da palavra “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, aquando da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Ainda assim, o conceito tradicional de “非禮 (*Fei Lai*)”, pelo facto de implicar qualquer acto inapropriado de natureza sexual, passou também a ser usado como tradução de assédio sexual, pelo que actualmente ambos os termos são frequentemente usados como sinónimos¹¹⁸. Podemos dizer, grosso modo, que a mesma situação de sinonímia ocorreu com o uso dos termos “importunação sexual” e “assédio sexual”, contudo esta é uma questão que, merecendo a nossa atenção pelo facto de constar da última revisão do CPM, será explorada mais adiante¹¹⁹.

A fim de entender as diferenças entre os termos, é importante que se saiba qual é o significado exacto do termo “非禮 (*Fei Lai*)”. Assim, para entender melhor este conceito, precisamos de conhecer um pouco melhor a cultura chinesa e a história do seu Direito. A palavra “非禮 (*Fei Lai*)” pode ser dividida em dois elementos: “非 (*Fei*)” e “禮 (*Li*)”. Neste caso, podemos entender que a palavra “非” serve como um prefixo, significando “não”, “contra”, etc.¹²⁰. Por isso, quando usamos “非” e “禮” combinados, esta palavra implica a ideia de “um comportamento contra” “禮”, por outras palavras, e como mencionado acima, a combinação destes caracteres significa “acto inapropriado ao pudor sexual individual”.

Porém, o que significa “禮 (*infra Li*)” no seu sentido original, sem ter o significado de “contra”, na cultura chinesa? De acordo com Mancuso (2011), *Li* é um

¹¹⁸ A título de exemplo do uso de ambos os termos como sinónimos, veja-se o artigo “Crime de Importunação Sexual na AL – 1 ano de prisão ou 120 dias de multa”, de *All About Macau*, em que se refere que “...草案建議引入性騷擾罪（非禮罪）/ “A proposta de lei propôs a introdução do crime de assédio sexual (o crime de importunação sexual)” ...” de *All About Macau*. [Consult. 29 Jun. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2InxpTN>; Encontramos ainda um artigo do advogado Mak Heng Ip, de 19 de Setembro de 2016, intitulado *Abuso sexual nos escritórios/Assédio sexual*, em que o mesmo usa ambos os termos como sinónimos ao afirmar “性騷擾，又稱非禮行為... (O assédio sexual, ou seja, os comportamentos de ofensa indecente (...))”. [Consult. 1 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2Uji2gL>.

¹¹⁹ Num artigo de *Hoje Macau*, as palavras “importunação sexual” e “assédio sexual” foram usadas como sinónimos. Disponível em <https://bit.ly/2VRCgQB>; também no Documento de Consulta da revisão do Código Penal, o termo chinês “性騷擾” (p. 13 e ss) foi usado na versão oficial chinesa como equivalente aos termos “importunação sexual (p. 13 e ss)” e “assédio sexual (p. 13 e ss.)” da versão portuguesa. Disponível em <https://bit.ly/2VKbE3T> (versão portuguesa); <https://bit.ly/2UXmHcS> (versão chinesa).

¹²⁰ *Non* - in Cambridge Dicionário Inglês-Chinês (tradicional). [Consult. 13 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2DdHkXS>

ideograma chinês clássico que encontra a sua utilização mais ampla na filosofia chinesa confuciana e pós-confuciana¹²¹, sendo um conceito abstracto e com traduções várias, como “ritual”, “moral”, “regras de bom comportamento”, etc. (Mancuso 2011: 12). Porém, a sua origem é anterior a Confúcio. De facto, *Li* surge na antiga China como um elemento essencial regulador dos bons costumes, na vida quotidiana, embora apenas no âmbito das classes sociais mais altas¹²². O registo mais antigo relativo a *Li* que encontramos remonta à Dinastia *Zhou* (1046 a.C – 256 a.C.) (Liu 1998: 63). Inicialmente, *Li* tinha uma relação muito próxima com o sistema de *zongfa*-feudal de *Zhou*: o nobre tinha de agir segundo *Li*, dependendo tal actuação do estado e da hierarquia a que pertencesse, não se aplicando *Li* às pessoas que não fossem membros da nobreza (Liu 1998: 79).

Todavia, filosoficamente, muitos estudiosos daquela época tentaram elaborar e desenvolver o conceito de *Li*, tendo sido Confúcio um deles. Foi exactamente a partir de Confúcio, o qual desenvolveu vários princípios essenciais a este conceito, que gradualmente *Li* se começou a aplicar a todas relações humanas, sem ser exclusivo de uma determinada classe¹²³. Consequentemente, alguns ritos de *Li*, que só os membros de *Zhou Zu* e nobres podiam usar antes do tempo de Confúcio, tornaram-se normas comuns da sociedade que, caso não fossem respeitadas, poderiam levar os indivíduos que não as seguissem a ser socialmente sancionados, podendo essa sanção ser aplicada a qualquer pessoa (Liu 1998: 105). Mais tarde, com a influência do Confucionismo na sociedade chinesa, *Li* torna-se uma espécie de “razão da lei” ou *ratio legis*, surgindo como o fundamento da Lei, sendo como tal fulcral aquando da feitura de leis e regulamentos¹²⁴.

Considerando o acima exposto, torna-se ainda necessário tentar compreender por que razão um termo, que significa “actos inapropriados” ou “contra as regras de

¹²¹ MANCUSO, Salvatore – *Introdução ao Direito Chinês*. 2011. P. 12. [Consult. 14 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2GnnpHY>

¹²² LIU, Yongping – Li (I): The Development and Evolution of Li under the Zongfa-Feudal System of the Zhou. In *Origins of Chinese Law: Penal and Administrative Law in its Early Development*. Hong Kong: Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-590344-7. Cap 2, p. 61-86.

¹²³ *Idem*, Li (II): Confucius and the Theory of “Natural Li”. In *Origins of Chinese Law: Penal and Administrative Law in its Early Development*. Hong Kong: Oxford University Press, 1998. ISBN 0-19-590344-7. Cap 3, p. 87-110.

¹²⁴ MANCUSO 2011: 34.

comportamento”, é comumente usado para referir “actos inapropriados de natureza sexual”? Ora, para dar resposta a esta pergunta, veremos que, para além de Confúcio, a ideologia de Mêncio teve também importante influência no Confucionismo, sendo possível encontrar algumas referências a *Li*, numa outra acepção, na sua obra *Mengzi*, referências essas que de seguida serão apresentadas.

Nesta obra de Mêncio, que é inclusivamente a sua única obra, encontramos um diálogo entre Mêncio e um orador, no qual ambos discutem o contacto entre homens e mulheres^{125 126}. Nesse diálogo, Mêncio afirma que os homens e as mulheres não deveriam ter contacto físico, relacionando esse comportamento com *Li*, ou seja, referindo que *Li* surgia como uma das regras de comportamento na sociedade em relação a essas situações. Este é provavelmente o registo mais antigo com referência a *Li*, em que se aborda este conceito como contacto físico entre homem e mulher. Ora, a verdade é que, independentemente de ter ou não relação directa com esta obra de Mêncio, no seio da comunidade chinesa começou também a usar-se *Li* com esse mesmo significado. Tornou-se então consensual entre os chineses que os homens e as mulheres tinham de manter uma certa distância física. Assim, o uso do termo “非禮 (*Fei Lai*)” (contra *Li*), em determinados contextos, significa que essa regra de distância física entre homem e mulher é violada. Todavia, isto não significa o termo “非禮 (*Fei Lai*)” descrever simplesmente a violação de regras sociais de comportamento: temos em conta que há sempre valores sociais protegidos por estas regras, julgamos que a liberdade sexual é o valor protegido pelas regras sociais relativas aos actos “非禮 (*Fei Lai*)”. Atualmente, se bem que a cultura chinesa tenha sofrido alguma influência do Ocidente, segundo os costumes chineses, o contacto físico entre homem e mulher, em muitas situações, especialmente no que diz respeito ao sexo, é inapropriado. Como tal, ainda hoje, na comunidade moderna chinesa, as pessoas usam o termo “非禮 (*Fei Lai*)”, ou seja “contra *Li*”, para fazer referência a contactos físicos de natureza sexual¹²⁷ sem consentimento.

¹²⁵ 淳于髡曰：「男女授受不親，禮與？」(Pergunta Chun Yu Kun, - “é uma regra que os homens e as mulheres não devem tocar as mãos um do outro ao darem e receberem qualquer coisa?”)

孟子曰：「禮也。」(Mêncio respondeu, “sim, é a regra.”)

¹²⁶ Extraído de MÊNCIO – Li Lou I, 17. In *Mengzi*. [Consult. 12 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UjHaE8>

¹²⁷ Sublinhe-se que dito termo não é usado como sinónimo de violação ou de coacção sexual.

Embora “非禮 (*Fei Lai*)” (contra *Li*) e “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” (“assédio sexual” como tradução literal) sejam frequentemente usados como sinónimos para actos inapropriados relativos ao sexo, parece-nos que encerram diferenças significativas, o que se traduz inclusivamente na utilização prática de ambos os termos. No que diz respeito à palavra chinesa “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, como tradução literal do conceito “*sexual harassment* (assédio sexual)”, o seu significado jurídico parece apresentar-se como relativamente claro, sendo uma tradução directa do termo originalmente criado. Segundo Peixoto (2000: 114-115), o termo “assédio sexual” pode ser entendido em sentido amplo e em sentido estrito¹²⁸. Porém, com base no que prevê a doutrina portuguesa assim como no anteriormente exposto, o assédio sexual em sentido amplo é aqui, por outras palavras, a importunação sexual. Ora, considerando a influência da doutrina portuguesa, o termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, como sinónimo do termo “非禮 (*Fei Lai*)”, surge como o termo mais usado no âmbito jurídico, não só porque o âmbito de “非禮 (*Fei Lai*)” se inclui no termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, mas também porque “非禮 (*Fei Lai*)”, nascido da cultura chinesa, usa-se maioritariamente somente para descrever os actos de natureza sexual com contacto físico sem consentimento do sujeito passivo.

No caso particular do uso destes dois termos pelos cidadãos de Macau no seu quotidiano, o termo “非禮 (*Fei Lai*)” é usado para fazer referência ao assédio sexual com contacto físico de natureza sexual, sendo o termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” usado para referir os actos que os académicos portugueses entendem como assédio sexual, pelo que não se verifica um grande distanciamento entre o uso jurídico dos termos e o que é feito pelos cidadãos. Todavia, a ténue diferença entre estes dois termos surge como fulcral, no presente trabalho, a fim de analisar, no capítulo que se segue, os documentos oficiais da revisão do CPM, bem como as opiniões e dúvidas dos cidadãos acerca das reformas encetadas no CPM, em 2017.

¹²⁸ Tendo em conta que no capítulo anterior nos debruçámos sobre o assédio sexual e a importunação sexual, não nos iremos deter novamente nesta questão no presente ponto.

IV. A revisão do Código Penal de Macau

Considerando que nas secções anteriores discutimos as legislações relativas ao assédio sexual e à importunação sexual em Portugal e em Macau nos últimos 20 anos, concluindo com uma breve análise comparativa de ambas as legislações, discutiremos, em seguida, o curso da revisão ao CPM com base nos documentos principais, designadamente a consulta pública da revisão em Dezembro de 2015, o seu relatório final publicado em Novembro de 2016, a versão inicial da proposta de lei e a versão final da lei, tendo esta última sido publicada no Boletim Oficial.

Através dos documentos acima referidos relativos ao curso da revisão, poderemos entender melhor as considerações do Governo da RAEM, dos legisladores e o pensamento legislativo, analisando assim esta alteração de um ponto de vista mais abrangente. Até que se publicasse a Lei nº 8/2017, houve, pelo menos, quase dois anos de investigação e discussão no Governo da RAEM e na AL sobre esta revisão do Código Penal em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais. Esta revisão foi de facto uma etapa importante para o sistema jurídico de Macau, o qual passou de um sistema jurídico com falta da protecção contra os actos de importunação sexual para um sistema em que os actos de importunação sexual se encontram previstos no Código Penal. Neste capítulo da dissertação, discutiremos ainda o resultado dessa alteração.

1. O curso da revisão do Código Penal de Macau

1.1. 1ª fase: a consulta pública e a versão inicial da proposta de lei

No fim do ano de 2015, o Governo da RAEM publicitou um projecto de reforma jurídica que consistia na revisão do CPM no que concerne aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais. Como tal, o Governo da RAEM publicou um documento de consulta (DSRJDI & CCRJ 2015: 13), convidando a população a apresentar as suas opiniões ou sugestões sobre o documento no período de consulta entre 23 de Dezembro de 2015 e 22 de Fevereiro de 2016.

No Documento de Consulta, as primeiras três propostas encontram-se mais relacionadas com a presente dissertação, nomeadamente a revisão do crime de violação, a criação de um crime qualificado de coacção sexual e a introdução do

crime de importunação sexual, como um novo crime a considerar no CPM. Em seguida, iremos considerar cada um destes pontos da proposta de revisão.

1) A proposta de alteração do crime de violação

Tal como anteriormente referimos (subsecção 3.2. *supra*), o Código Penal de 1996 não contemplava o constrangimento ao coito oral como crime de violação, sendo antes qualificado como crime de coacção sexual. Neste sentido, o acto de constrangimento ao coito oral era integrado no conceito indeterminado de acto sexual de relevo¹²⁹. Todavia, no documento de consulta pública menciona-se que o grau de ofensa à liberdade sexual da vítima de “coito oral” é equiparável aos casos de cópula e de coito anal¹³⁰. Precisamente, o nº 1 do art. 157º do CPM de 1996 previa que a violação cometida por meio de cópula só poderia ter como vítima uma pessoa do sexo feminino (Leal-Henriques 2014: 324). Ora, também este ponto mereceu atenção no documento de consulta pública, tendo assim sido propostas duas sugestões de revisão do crime de violação, nomeadamente que:

- “1. O constrangimento ao “coito oral” passe também a constituir violação, para além do constrangimento à cópula e ao coito anal;
2. A eliminação da diferenciação de género actualmente prevista no crime de violação, de modo a que se considere que se verifica violação sempre que uma pessoa constranja outra a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou “coito oral”, independentemente do sexo do agente do crime.” (DSRJDI & CCRJ 2015: 8)

Desta forma, os casos em que mulher constranja um homem a praticar consigo cópula, coito anal ou “coito oral”, e os casos em que uma pessoa constranja outra pessoa (homem ou mulher) a praticar cópula, coito anal ou coito “oral” com uma terceira pessoa (homem ou mulher) estarão integrados no crime de violação do ponto de vista do Documento de Consulta.

O relatório final da consulta pública, publicado um ano mais tarde, coligiu todas as opiniões recolhidas durante o período de consulta. Neste mesmo relatório,

¹²⁹ LEAL-HENRIQUES 2014: 343.

¹³⁰ DSRJDI & CCRJ 2015: 7.

verificou-se que a população consultada se encontrava a favor da eliminação da diferenciação de género no crime de violação, mostrando-se favorável à igualdade sexual, e a maioria concordava que o constrangimento a coito oral passasse a constituir crime de violação¹³¹. Com base nas sugestões da revisão do crime de violação presentes no Documento de Consulta e respectiva aceitação por parte da população consultada, o texto da revisão do crime de violação, na versão inicial da proposta de lei, acabou por ser validado¹³².

2) A proposta de alteração do crime de coacção sexual

No que aos crimes de coacção sexual diz respeito, o Documento de Consulta apresentou duas orientações de revisão, designadamente a “consagração expressa do acto sexual com penetração como comportamento sexual, sendo-lhe atribuída uma punição intensificada”¹³³ e a “revisão sobre a natureza atribuída aos crimes sexuais”¹³⁴. No Documento de Consulta (DSRJDI & CCRJ 2015: 10), propôs-se ainda duas alterações em sede do crime de coacção sexual: “1. Autonomização do “acto sexual com penetração” face aos demais actos sexuais de relevo; 2. Intensificação da punição do “acto sexual com penetração” face aos demais actos sexuais de relevo, por via da criação de um crime qualificado de coacção sexual”.

É de destacar, porém, que a revisão não previa incriminar o acto da introdução vaginal ou anal de partes do corpo diferentes dos órgãos genitais ou objectos no âmbito do crime de violação, contrariamente ao que se encontrava consagrado no CPP¹³⁵, mas antes autonomizá-lo no âmbito do crime de coacção sexual. Este mesmo acto, no regime anterior à revisão de 2017, era considerado um acto sexual de relevo, em que o agente do crime introduzia, nos órgãos genitais ou no ânus da vítima, as

¹³¹ DSAJ; CCRJ – *Relatório final da consulta pública sobre a revisão do Código Penal - crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais*. 2016. P. 5. [Consult. 20 Dez. 2016]. Disponível em <https://bit.ly/2VL0H1Z>

¹³² GCE – *Lei n.º /2016 (Proposta de lei)*. P. 1. [Consult. 27 Jul. 2017]. Disponível em <http://bit.ly/2UXxNyt>

¹³³ DSRJDI & CCRJ 2015: 10.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ O legislador português incriminou os actos sexuais correspondentes ao crime de violação no art. 164º do CPP.

suas partes corporais (que não fossem o pénis) ou objectos¹³⁶. Dito por outras palavras, tal acto não era considerado como crime de violação.

Contudo, mesmo que o acto da introdução vaginal ou anal de partes do corpo (diferentes dos órgãos genitais) ou de objectos não tivesse sido considerado como crime de violação, era importante atentar ao seu grau de ofensa à liberdade sexual. Neste sentido, o Governo da RAEM admitiu, no Documento de Consulta, que o grau de ofensa à liberdade sexual da vítima seria equiparável ao do crime de violação¹³⁷, citando, aliás, o Parecer da Comissão de Reforma Jurídica de Hong Kong, segundo o qual o “acto sexual com penetração” tinha “um impacto sobre a saúde física e psíquica das vítimas com gravidade semelhante à violação”¹³⁸, pelo que a sua danosidade não se podia ignorar e tinha de ser considerada¹³⁹. Verificamos, deste modo, que nesta revisão o Governo considerou que era necessário tomar em maior linha de conta o acto sexual com penetração devido à sua gravidade em relação à violação da liberdade sexual da vítima.

Diante do exposto, importa agora analisar por que razão não se inclui o acto sexual com penetração no âmbito do crime de violação, ainda que se tivesse reconhecido a sua especial gravidade de ofensa à liberdade sexual. Com efeito, a motivação para tal poderá relacionar-se com o facto de que “o conceito intrínseco de violação defendido na comunidade chinesa pressupõe a introdução do órgão sexual masculino, o que significa que a violação apenas deve abranger o constrangimento à cópula, coito anal e ao “coito oral””¹⁴⁰. Como tal, o Documento de Consulta propôs a manutenção do conceito intrínseco de violação, em que se continuaria a definir o comportamento de uma pessoa constranger outra a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo (diferentes do pénis) ou objectos, no âmbito do crime de coacção sexual, porém, prevendo-se a sua autonomização (DSRJDI & CCRJ 2015: 11). Além disso, como a sua gravidade se considerava equivalente à do crime de violação, o Documento de Consulta propôs ainda uma punição qualificada, com pena de prisão de

¹³⁶ LEAL-HENRIQUES 2014: 341-343.

¹³⁷ DSRJDI & CCRJ 2015: 10.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ *Idem*: 10-11.

¹⁴⁰ *Idem*: 11.

3 a 12 anos, para o acto sexual de relevo (diferente da violação) que implicasse penetração, sendo a sua moldura penal equivalente à do crime de violação¹⁴¹.

Com opinião geral favorável apresentada no relatório final¹⁴², o texto do art. 158º, da 1ª versão da proposta de lei enviada à AL, relativo ao crime de coacção sexual, apresenta o seguinte teor:

“Artigo 158º Coacção sexual

1. Quem, por meio de violência, ameaça grave ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar nela própria, com o agente ou com terceiro, acto sexual de relevo, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. Quem, nos termos previstos no número anterior, constranger outra pessoa a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo, do agente ou de terceiro, ou objectos, é punido com pena de prisão de prisão de 3 a 12 anos.”¹⁴³

3) A proposta de introdução do novo crime - a importunação sexual

No período anterior à revisão de 2017 ao CPM, a sociedade começou a revelar maior preocupação com os comportamentos de “ofensa indecente” e de “assédio sexual”, tendo-se tornado públicos alguns casos relativos a este tipo de comportamentos¹⁴⁴. Consequentemente, os cidadãos apelaram ao Governo da RAEM para que procedesse à revisão da legislação atinente a ditos comportamentos, com vista a suprir as lacunas que se verificavam neste âmbito no regime penal¹⁴⁵; o que, posteriormente, levou à criação do Documento de Consulta Pública para a Revisão do Código Penal sobre os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, documento este em que, para além da revisão dos crimes existentes, se propôs a introdução de novos crimes no CPM, tendo sido um dos novos crimes propostos o de importunação sexual.

¹⁴¹ DSRJDI & CCRJ 2015: 11.

¹⁴² DSAJ & CCRJ 2016: 7.

¹⁴³ *Infra* VII. Lista de Legislação: Proposta de lei - Alteração ao Código Penal. Versão inicial.

¹⁴⁴ CHAN 2015: 130.

¹⁴⁵ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

Como mencionado *supra* na subsecção 3.2., no momento da publicação do Documento de Consulta, não havia qualquer disposição penal referente aos comportamentos de “ofensa indecente”. Tal prendia-se com o facto de, antes do Documento de Consulta, os actos que actualmente integramos no “crime de importunação sexual” dependerem do nível de gravidade e das circunstâncias concretas da prática do comportamento, bem como do facto de a vítima ter sido, ou não, fisicamente ferida. O tratamento destes casos variava entre o crime de injúria, previsto no art. 175º, o crime de coacção sexual, previsto no art. 158º, e o crime de ofensa simples à integridade física, previsto no art. 137º¹⁴⁶. Neste sentido, não havendo um conceito jurídico que abrangesse os actos anteriormente referidos, o Governo da RAEM admitiu, no Documento de Consulta (2015: 13), que a tutela assegurada pelo CPM era insuficiente no que diz respeito aos comportamentos que se consideravam menos graves do que a coacção sexual, como o contacto físico de natureza sexual, sempre que não se provasse ferimento físico, e cuja menor gravidade para a liberdade sexual não permitia que fossem tratados como verdadeiros casos de coacção sexual.

Ora, uma das razões que poderá ter levado a que o Documento de Consulta contemplasse estes casos terá sido a polémica gerada por parte de diversas associações, incluindo associações de mulheres, que denunciaram casos em que a prática de comportamentos de “ofensa indecente” era julgada como crime de injúria (DSRJDI & CCRJ 2015: 13)¹⁴⁷. No seio da discussão sobre os actos de importunação sexual, foram também publicados artigos, de entre os quais destacamos aqui o de Chan (2015: 131), segundo o qual a maioria dos casos era tratada como crime de injúria, tendo a vítima de constituir necessariamente advogado por iniciativa própria para efeitos de acusação particular. Tal situação acabava por levar, em muitos dos casos, à desistência do exercício do direito de queixa por parte da vítima, situação essa que era agravada devido aos honorários cobrados pelos advogados¹⁴⁸. A

¹⁴⁶ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

¹⁴⁷ Os casos denunciados, que eram tratados como meras “ofensas indecentes”, diziam respeito a situações em que o relatório médico de perícia à vítima não provava ter havido ferimento físico.

¹⁴⁸ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

desistência da vítima significava ainda a desistência da punição do agente do crime, acabando por favorecer a continuação da prática deste tipo de crimes¹⁴⁹.

Por outro lado, mencionámos também na Introdução da presente dissertação que, ao nível do direito internacional, o Governo da RAEM tinha sido amiúde exortado por vários Comitês de Direitos Humanos da ONU¹⁵⁰ a incriminar os comportamentos de assédio sexual mediante previsão legislativa específica, sobretudo quanto aos actos que se perpetuassem no local de trabalho (DSRJDI & CCRJ 2015: 14). Deste modo, com a pressão local e internacional, o Governo da RAEM acabou por introduzir no Documento de Consulta alguns elementos que deveriam ser incluídos no crime de importunação sexual, atendendo ainda a que as regiões vizinhas também já tinham tomado a mesma posição nas reformas jurídicas por elas empreendidas.

Neste sentido, foram introduzidos três importantes pontos neste Documento de Consulta (DSRJDI & CCRJ 2015: 14-16), relativamente à incriminação dos actos de importunação sexual: 1. o comportamento tem de ser praticado contra a vontade da vítima; 2. o comportamento deve supor um contacto físico que seja considerado de natureza sexual; e 3. a agravação da moldura penal face a circunstâncias determinadas.

No que diz respeito ao primeiro ponto, ou seja, o facto de o acto ter de ser praticado contra a vontade da vítima, verificamos que só poderá ser admitido como acto de importunação sexual qualquer comportamento indesejado que se considere interferir com a sua liberdade sexual (DSRJDI & CCRJ 2015: 14). Todavia, a perspectiva do agente também foi considerada, de acordo com DSRJDI e CCRJ (2015: 14), visto que só os comportamentos de importunação dolosos se encontram abrangidos. Por outras palavras, os actos de importunação sem intenção criminosa, ou de forma negligente, estarão excluídos do âmbito do novo crime.

Relativamente ao contacto físico de natureza sexual, para constituir crime de importunação sexual, tem de integrar duas componentes. Em primeiro lugar, o termo

¹⁴⁹ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

¹⁵⁰ Human Right Committee 2013; Committee against Torture 2015.

“contacto físico” supõe que este possa ser tanto um toque ou carícia no corpo, ou nos órgãos genitais de outra pessoa, como um contacto no corpo da vítima mediante quaisquer objectos. Em segundo lugar, esse mesmo contacto físico terá de possuir “natureza sexual”; porém, é importante considerar que os comportamentos sexuais incluídos no crime de violação ou de coacção sexual não estão abarcados nessa expressão, devendo ser considerados no seu devido âmbito (DSRJDI & CCRJ 2015: 15). O Documento de Consulta (DSRJDI & CCRJ: *ibidem*) esclarece ainda que a expressão “acto sexual de relevo”, prevista no crime de coacção sexual, não respeita aos comportamentos considerados no âmbito do crime de importunação sexual, comportamentos esses que apesar de não constituírem em abstracto “actos sexuais de relevo”, são susceptíveis, ainda assim, de afectar a liberdade sexual das suas vítimas.

Além disso, os factores externos, determinados pelo contexto em que o contacto físico ocorre, são importantes para classificar a natureza sexual do contacto físico em casos concretos (DSRJDI & CCRJ: *ibidem*). Como a definição da natureza sexual do contacto físico não é algo que seja fácil ou mesmo concreto, não só porque depende do tipo de contacto e da zona do corpo da vítima onde o mesmo é feito, mas também de outros factores, o Documento de Consulta (DSRJDI & CCRJ 2015: 15-16) sugere indicações de como determinar dita natureza como, por exemplo, “1) a intencionalidade sexual colocada no comportamento; 2) a intensidade do contacto sexual; 3) a vítima concreta e a relação que possui com o agente; 4) o local e demais condições em que o mesmo ocorreu; entre outros.” Por outras palavras, com base nos critérios propostos no Documento, podemos concluir que tanto o contacto físico, que tenha implícita uma conotação sexual, como o contacto físico, feito com partes do corpo do agente ou com qualquer objecto que interfira com a liberdade sexual da pessoa visada, poderão considerar-se de natureza sexual.

Quanto ao terceiro ponto concernente à incriminação dos actos de importunação sexual, relativo à agravação da moldura penal em circunstâncias determinadas, o Documento de Consulta (DSRJDI & CCRJ 2015: 16) propõe que:

“a) Quando a prática do contacto físico de natureza sexual seja feita com aproveitamento, por parte do agente, de uma posição de autoridade numa relação hierárquica ou de trabalho com a vítima, ou quando a vítima se encontre numa relação

de dependência económica face ao agente, uma vez que nestes casos a vítima fica especialmente vulnerável a ter de se sujeitar ao contacto físico de natureza sexual. (...)

b) Quando a vítima seja menor de 16 anos, ou seja, pessoa incapaz ou diminuída por razão de doença, deficiência física ou psíquica, uma vez que nestes casos a vítima não é capaz de resistir ao contacto físico de natureza sexual praticado pelo agente.”

Ora, como podemos verificar, a condição de vulnerabilidade da vítima na relação com o agente, quer seja por dependência laboral, económica, e ainda a condição de qualquer incapacidade ou deficiência da vítima, para além dos casos em que esta seja menor de 16 anos, configura uma circunstância determinante do agravamento da moldura penal.

Para além dos pontos anteriormente referidos, em que verificamos uma maior preocupação em prever relações em que a vítima possa ser mais vulnerável face ao agente, é ainda de destacar que, por a gravidade do novo crime de importunação sexual ser menor do que a do crime de violação e de coacção sexual, o Governo da RAEM propôs ainda a atribuição de natureza semi-pública ao crime de importunação sexual. Ora, a atribuição da natureza semi-pública a este crime permite fazer face a duas diferentes situações. Por um lado, evita que a vítima desista de exercer o seu direito devido a razões económicas, deixando ainda que dita vítima decida o momento de abertura do inquérito (DSRJDI & CCRJ 2015: 17)¹⁵¹; por outro lado, a atribuição dessa mesma natureza semi-pública permite excluir da intervenção oficiosa do MP os casos em que se verifique que o contacto físico de natureza sexual é feito com consentimento da vítima.

No relatório final lançado um ano depois da consulta pública, confirmou-se que a maioria das opiniões estava em concordância com o Documento de Consulta. O que trouxe esperança para a maioria dos cidadãos que procuravam um meio, no sistema penal, de prevenir e combater os actos de importunação sexual, pois acreditou-se que o novo crime de importunação sexual teria um efeito dissuasor

¹⁵¹ Segundo o art. 107º, nº 1, do CPM, o direito de queixa da vítima extingue-se no prazo de 6 meses a contar da data em que o titular tiver tido conhecimento do facto e dos seus autores.

imediatos e categóricos sobre os actos de importunação sexual¹⁵². Todavia, ao contrário do consenso verificado entre as opiniões do público e do Governo sobre o crime de violação e de coacção sexual, no que diz respeito à incriminação do acto de importunação sexual, não se verificou a mesma situação, tendo recebido o Governo várias e diferentes opiniões quanto ao âmbito de aplicação, moldura penal e circunstâncias agravantes¹⁵³.

De entre as diferentes opiniões apresentadas sobre a incriminação da importunação sexual, o âmbito de aplicação mostrou-se como o assunto mais preocupante, já que a maioria dos cidadãos era da opinião que o âmbito de aplicação do novo crime seria muito limitado se só abrangesse o contacto físico de natureza sexual¹⁵⁴. Deste modo, o Vice-Chefe do Departamento de Estudos do Sistema Jurídico e Coordenação Legislativa, Cheong Ham, na primeira sessão da consulta pública, que se realizou no dia 26 de Janeiro de 2016, mostrou a sua concordância em que o assédio sexual sob forma verbal poderia ser mais grave do que os actos de ofensa indecente, afirmando que o Governo da RAEM iria analisar a regulação do assédio sexual sob forma verbal¹⁵⁵.

Contudo, no relatório final, o Governo da RAEM decidiu não criminalizar todo o tipo de actos de importunação sexual, preferindo incriminar apenas os actos de importunação sexual que envolvessem contacto físico¹⁵⁶. Ora, para a tomada desta decisão, a nosso ver, o Governo da RAEM ter-se-á baseado por um lado na realidade da sociedade de Macau e, por outro lado, no Direito Comparado. Em seguida, iremos explorar estes mesmos fundamentos.

¹⁵² DSAJ & CCRJ 2016: 8.

¹⁵³ *Idem*: 8-9.

¹⁵⁴ Num artigo de *All About Macau* em 6 de Janeiro de 2016, afirma-se “Hoje, houve muitos cidadãos a telefonar para o “Fórum de Macau” a dizer que muitos ordenamentos jurídicos já incriminavam os comportamentos de assédio sexual sob forma verbal ou não-física, achando que a definição de “importunação sexual” do Governo da RAEM, neste sentido, era muito limitada...”. [Consult. 17 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UTZRmp>

¹⁵⁵ Para mais desenvolvimento, v. “O assédio sexual sob forma verbal poderá ser mais danoso do que a ofensa indecente, DSAJ: regulação do acto em análise”. *All About Macau Media*. Macau. [Consult. 17 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2KEXbVy>

¹⁵⁶ DSAJ & CCRJ 2016: 10.

No que à realidade da sociedade de Macau diz respeito, julgamos que o facto de o Governo da RAEM, no curso da consulta pública e da elaboração do relatório final, ter tido acesso a informações providenciadas pelos órgãos judiciais e pelas autoridades policiais, segundo as quais todos os casos com que estavam a lidar diziam respeito a “actos de importunação sexual mediante contacto físico”, ocorrendo a maioria dos casos em espaços públicos¹⁵⁷, terá sido uma das razões que mais importância teve para a incriminação de actos de importunação que envolvessem contacto físico. Um outro factor determinante para esta decisão do Governo da RAEM foi uma análise de Direito Comparado com regiões geograficamente próximas como, por exemplo, a Região Administrativa Especial de Hong Kong (*infra* RAEHK) e Taiwan. Desta análise, conclui-se que na grande maioria dessas regiões não eram incriminados todos os tipos de comportamentos de importunação sexual¹⁵⁸, havendo a tendência, sobretudo na legislação da RAEHK e de Taiwan, de criminalizar os actos de importunação sexual que envolvessem o contacto corporal ou o contacto físico através de objectos, com ou sem violência, ameaça ou aproveitamento de uma posição de autoridade sobre a vítima¹⁵⁹.

Nesta linha, quanto à decisão tomada, é ainda importante destacar que o Direito Penal é uma resposta de *ultima ratio* contra os actos ilícitos mais graves, pelo que cada decisão de incriminação de determinado acto tem de ser cautelosa, a fim de se evitar uma utilização leviana e abusiva do Direito Penal, especialmente quando se trata de actos ilícitos do âmbito moral¹⁶⁰. Neste sentido, o governo da RAEM defendeu a posição, segundo a qual “a importunação sexual verbal ou mediante outros métodos que não envolvam contacto físico, para além de violar a susceptibilidade e os direitos sexuais da vítima, ofende sobretudo a moral pública, uma vez que os danos causados à vítima pela importunação sexual de natureza não física, em comparação com os causados pela importunação sexual física, são relativamente indirectos”¹⁶¹. Ora, de facto, de acordo com o princípio de intervenção mínima do Direito Penal, a tendência existente também em outros países e regiões, nomeadamente na RAEHK e

¹⁵⁷ DSAJ & CCRJ 2016: 10.

¹⁵⁸ *Idem*: 9.

¹⁵⁹ *Idem*: 9-10.

¹⁶⁰ *Idem*: 9.

¹⁶¹ *Idem*.

em Taiwan, é a de não incriminar os actos de importunação sexual de natureza não física. Nesta linha, e com base nos argumentos anteriormente expostos, o Governo optou, então, por punir criminalmente somente os actos de importunação sexual que envolvessem contacto físico.

Todavia, embora o Governo da RAEM não tenha proposto a incriminação dos actos de importunação sexual verbal ou não física autonomamente, sugeriu formas alternativas de lidar com o assunto, propondo que, caso os actos de importunação sexual verbais ou não físicos correspondessem a outros crimes previstos no CPM, também poderiam ser punidos, por exemplo, através dos crimes de injúria, de violação de domicílio ou de coacção¹⁶². No relatório final, o Governo sugere ainda a utilização de outros métodos não penais (DSAJ & CCRJ 2016: 10), nomeadamente “sanções administrativas ou no âmbito dos processos cíveis, ou então através de processos disciplinares internos, (...) resolvidos através da coordenação interna por meio de directivas, de forma a que a vítima da importunação sexual possa receber o apoio adequado e o agente seja punido e educado”.

No que diz respeito à moldura penal do novo crime, isto é, do crime de importunação sexual, a pena proposta no Documento de Consulta foi a de “pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias”¹⁶³. Para tal tomada de decisão, o Governo reviu as molduras penais dos crimes que violassem bens jurídicos idênticos ou concomitantes¹⁶⁴ como, por exemplo, as disposições relativas aos crimes contra a honra, em que se estipula uma pena de prisão até 6 meses para o “crime de difamação” (art. 174º), uma pena de prisão até 3 meses para o “crime de injúria” (art. 175º), etc., por forma a garantir a harmonia entre diferentes penas cominadas para tais crimes, mantendo assim a integridade do sistema penal. Neste âmbito, é ainda importante sublinhar que o Governo da RAEM tomou como referência o art. 170º¹⁶⁵ do CPP em vigor, bem como outras disposições previstas no CPM, decidindo que a moldura penal do crime de importunação sexual, que se pretendia introduzir na revisão, se manteria igual à do Documento de Consulta.

¹⁶² DSAJ & CCRJ 2016: 10.

¹⁶³ DSRJDI & CCRJ 2015: 16.

¹⁶⁴ DSAJ & CCRJ 2016: 11.

¹⁶⁵ Prevê-se, neste artigo, pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias.

Quanto às circunstâncias agravantes do crime de importunação sexual, o Governo da RAEM inicialmente tinha proposto defini-las de forma autónoma (as relações específicas entre o agente e a vítima, ou a idade ou o estado especial da vítima)¹⁶⁶, todavia, depois de recolher as opiniões dos cidadãos, a ideia da autonomização das circunstâncias agravantes foi abandonada, visto que o Governo da RAEM considerou que as circunstâncias agravantes do crime de “importunação sexual” deviam ser idênticas às dos outros crimes sexuais com vista a manter uma uniformidade ao nível do âmbito de aplicação das circunstâncias agravantes (DSAJ & CCRJ 2016: 12)¹⁶⁷.

1.2. 2ª fase: o Parecer da Assembleia Legislativa e a publicação da Lei nº 8/2017

O Governo da RAEM apresentou, no dia 25 de Novembro de 2016, à AL a proposta de lei nº PPL12/2016/V, intitulada «Alteração ao Código Penal», a qual foi apresentada, discutida e votada na generalidade em reunião plenária realizada no dia 4 de Janeiro de 2017. Esta proposta inicial contemplava as alterações ao CPM respeitantes aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais. Depois da aprovação, na generalidade, com 29 votos a favor¹⁶⁸, a proposta de lei foi distribuída à 3ª Comissão Permanente no mesmo dia, para efeitos de apreciação na especialidade e emissão de parecer¹⁶⁹.

De acordo com o Parecer da Comissão (2017: 2), até à assinatura do documento (dia 23 de Maio de 2017), a Comissão realizou 8 reuniões a fim de analisar a proposta de lei, tendo havido ainda 4 reuniões entre as assessorias da AL e do Governo com vista ao aperfeiçoamento técnico da proposta de lei. Após ditas reuniões, o Governo apresentou, no dia 12 de Maio de 2017, uma nova versão da

¹⁶⁶ DSRJDI & CCRJ 2015: 16.

¹⁶⁷ O Governo da RAEM propôs ainda a revisão do crime de lenocínio, a introdução de novos crimes, o crime de recurso à prostituição de menores e o crime de pornografia de menores na mesma revisão do CPM, porém, não sendo essas mudanças objecto central do presente trabalho, não nos iremos debruçar sobre as mesmas no presente trabalho.

¹⁶⁸ AL – *Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Alteração ao Código Penal”*. [Consult. 24 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2IAqjei>

¹⁶⁹ 3ª Comissão Permanente – *Parecer N.º 4/V/2017*. P. 1. [Consult. 24 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2IkwhjR>

proposta de lei que reflectia as opiniões apresentadas e a análise técnico-jurídica efectuada nessas mesmas reuniões entre a Comissão e a assessoria da AL¹⁷⁰. Ora, para a análise e apresentação da versão final da proposta de lei, o Parecer surge como um documento essencial, já que é neste documento que se encontram os argumentos mais significativos discutidos nas reuniões. Por esta razão, em seguida iremos apresentar o conteúdo do Parecer N° 4/V/2017, analisando o mesmo por forma a entender as opções do legislador quanto às reformas encetadas no âmbito da importunação sexual.

1) A alteração do crime de violação

No quadro das reformas ao CPM relativamente aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, apresentaram-se, no Parecer N° 4/V/2017 da 3ª Comissão Permanente (2017: 7), os argumentos justificativos das alterações propostas, sustentando-se que tais reformas não se prendiam tanto com uma questão de alarme social nesse âmbito, ou porque o sistema não fosse capaz de tutelar os bens jurídicos em causa no quadro legislativo então em vigor, mas porque a Comissão reconhecia que as transformações vividas pela sociedade impunham que a protecção daqueles bens jurídicos fosse feita através da criminalização de novas condutas. Ainda que o tratamento jurídico-criminal das práticas ligadas ao sexo tenha sido um dos exercícios mais complexos de levar a cabo¹⁷¹, motivo pelo qual a Comissão realçou que qualquer alteração ao CPM, neste âmbito, deveria revestir-se da maior prudência¹⁷², verificou-se consenso, tal como consta do Parecer, por parte da Comissão, quanto à necessidade de criminalização de novas condutas, bem como do alargamento do âmbito subjectivo de protecção que o sistema jurídico-penal deveria adoptar perante determinados comportamentos, tendo por finalidade a protecção dos bens jurídicos relativos à liberdade sexual¹⁷³. Neste sentido e conforme se pode comprovar no Parecer, concluiu-se que “a revisão parcelar efectuada reflectia o cuidado que devia estar subjacente à revisão de um Código, conseguindo dar resposta às necessidades identificadas pelos diversos agentes sociais e às obrigações internacionais que

¹⁷⁰ 3ª Comissão Permanente 2017: 2.

¹⁷¹ LEAL-HENRIQUES 2014: 320.

¹⁷² 3ª Comissão Permanente 2017: 2.

¹⁷³ *Idem*: 2.

vinculavam a RAEM, sem que a matriz e o núcleo essencial do regime existente fossem prejudicados ou descaracterizados”¹⁷⁴.

Nesta linha, no que mais concretamente diz respeito às revisões a introduzir, será importante sublinhar que no Parecer se verificam algumas mudanças significativas, em contraste com a versão inicial da proposta de lei, em relação ao crime de violação e ao crime de coacção sexual. Ora, a versão inicial da proposta de lei sugeria um alargamento do âmbito do art. 157º relativo ao crime de violação, prevendo a incriminação de comportamentos cujo grau de ofensa à liberdade sexual da vítima fosse equiparável à cópula e ao coito anal, nomeadamente o coito oral ou outras formas de penetração com outras partes do corpo ou com objectos¹⁷⁵. Aqui, duas soluções foram sugeridas (3ª Comissão Permanente 2017: 12-13): a inclusão do coito oral na lista de actos sexuais susceptíveis de constituírem violação, e um regime específico no âmbito do crime de coacção sexual para os actos de penetração não peniana. O motivo dado para criação de um regime específico para actos de penetração não peniana indicava relacionava-se, conforme se pode comprovar na nota justificativa, com o facto de haver necessidade de prever punição para actos de penetração não peniana como acto semelhante ao de violação sem, porém, deixar de considerar o significado de tais actos conforme o entendimento tradicional chinês. Dito por outras palavras, embora o Governo concordasse que esses comportamentos de penetração não peniana possuíam uma gravidade análoga à cópula, coito anal e coito oral, o facto de tal comportamento não ser considerado como violação no entendimento tradicional chinês, pelo facto de não haver penetração com pénis, fez com que se considerasse este acto num regime específico, pelo entendimento que havia do mesmo na sociedade de Macau, dando-lhe simultaneamente uma moldura penal análoga ao crime de violação¹⁷⁶. Todavia, a Comissão, no seu Parecer (2017: 14), acordou que, nos casos de coito oral e anal, bem como nos casos de penetração não peniana, podendo a liberdade sexual da vítima ser afectada com um grau de danosidade equiparável aos demais actos sexuais previstos no crime de violação,

¹⁷⁴ 3ª Comissão Permanente 2017: 8.

¹⁷⁵ *Idem*: 12.

¹⁷⁶ GCE – *Nota justificativa. Alteração ao Código Penal (Proposta de lei)*. 2016. P. 4. [Consult. 27 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2VMprXq>

decidiu incluir tais actos no crime de violação, ao abrigo do actual art. 157º, nº 1 e nº 2, punindo-os com a mesma moldura penal¹⁷⁷.

Ademais, será importante destacar que a Comissão afirmou ainda o reforço da neutralidade de género do crime de violação, ao alargar a protecção às vítimas do sexo masculino, contribuindo, assim, para uma modificação dos estereótipos relacionados tanto com a sexualidade como com os papéis que nela são associados ao género¹⁷⁸.

2) A alteração do crime de coacção sexual

Relativamente ao crime de coacção sexual, o anterior CPM previa os casos em que a vítima fosse constrangida a sofrer ou praticar um acto sexual de relevo com o agente ou terceiro, porém, a proposta inicial propôs que fossem ainda incluídos os casos em que a vítima fosse confrangida a praticar um acto sexual de relevo em si própria¹⁷⁹, considerando-se que também nestes casos haveria uma lesão da liberdade sexual equivalente ao constrangimento a ditos actos com o agente ou terceiro (GCE 2016: 3). Neste âmbito, a Comissão não se opôs à proposta de alteração, aceitando, como tal, que o confrangimento à prática de acto sexual de relevo, praticado pela vítima em si própria, fosse também incluído no crime de coacção sexual¹⁸⁰.

3) A introdução do crime de importunação sexual

Quanto à importunação sexual, tendo o Governo proposto incluí-la como um novo crime no CPM, no Parecer, dedica-se uma secção inteira à explicitação das ponderações e do pensamento da Comissão sobre o novo crime, tendo em conta que o novo crime destinar-se-ia a punir quem incomodasse outra pessoa, sujeitando-a a contacto físico que assumisse uma conotação sexual e que fosse indesejado¹⁸¹.

Segundo a Nota Justificativa do GCE (2016: 4), a tipificação do novo crime surgia a fim de dar resposta a uma expectativa predominante na sociedade,

¹⁷⁷ GCE 2016: 15.

¹⁷⁸ *Idem*: 19.

¹⁷⁹ *Idem*: 3.

¹⁸⁰ 3ª Comissão Permanente 2017: 19.

¹⁸¹ *Idem*: 20.

reconhecendo a Comissão a existência de uma corrente de opinião na sociedade macaense, que clamava pela punição das condutas de importunação sexual¹⁸², já aqui discutidas na subsecção 2.2. (“o crime de importunação sexual”) do presente trabalho. Se bem que, no Parecer, esses comportamentos tenham sido identificados como objectivamente menos graves do que os puníveis ao abrigo do CPM então em vigor, considerou-se que os mesmos seriam susceptíveis de impor uma vivência sexual indesejada às pessoas que a tal eram constrangidas, afectando, desse modo, a sua liberdade sexual¹⁸³. Neste sentido, a fim de promover uma protecção mais abrangente da liberdade sexual, a Comissão aprovou que tais condutas fossem criminalizadas, embora tal incriminação implicasse a intervenção do direito penal num patamar inferior àquele em que se situavam os crimes sexuais previstos no CPM e que tinham como conceito nuclear o de “actos sexuais de relevo”¹⁸⁴. Por outro lado, a incriminação deste acto legitimava-se ainda do ponto de vista dos princípios da necessidade, proporcionalidade e da subsidiariedade da intervenção do direito penal¹⁸⁵, afirmando-se no Parecer que: “a opção de política legislativa ora efectuada não prejudica nem substitui o bem jurídico protegido nos demais crimes sexuais consagrados no Código Penal. Pelo contrário, reforça a sua protecção, fazendo-o com um conteúdo típico e sancionatório equiparáveis aos constantes do actual artigo 165º (actos exhibicionistas), que configuram uma outra forma de importunação sexual. Tais interrogações ou dúvidas poderão ser dissipadas através da percepção de que, com o crime de importunação sexual ora consagrado, «não se trata de tutelar qualquer sentimento geral de pudor ou moralidade sexual, ou mesmo qualquer opção social sustentada num ou noutro modo de encarar a vida sexual, mas apenas e só da tutela da liberdade e autodeterminação sexual de alguém, em concreto». Não se trata, portanto, de qualquer regresso à punição do “atentado ao pudor”, enquanto crime que visava proteger a moral social enquanto bem jurídico, o qual não tem acolhimento no actual sistema jurídico-penal de Macau.”¹⁸⁶

¹⁸² 3ª Comissão Permanente 2017: 21.

¹⁸³ *Idem.*

¹⁸⁴ *Idem.*

¹⁸⁵ *Idem.*

¹⁸⁶ *Idem*: 21-22.

Após análise da proposta de lei, na especialidade, em AL, a redacção do novo crime consensualizou-se¹⁸⁷ do seguinte modo:

“Artigo 164º-A Importunação sexual

Quem importunar outra pessoa constringendo-a a sofrer ou a praticar, consigo ou com terceiro, contacto físico de natureza sexual através de partes do corpo ou objectos, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”¹⁸⁸

Como podemos ver, os principais elementos constitutivos deste novo crime, nesta última versão, são, então, “a importunação” e “o constringimento a contacto físico de natureza sexual” realizado por partes do corpo (diferentes dos órgãos genitais) ou objectos¹⁸⁹. É de destacar, porém, que, na versão inicial, o elemento “importunação” não tinha sido incluído, a não ser na epígrafe do artigo (GCE: 5):

“Artigo 164º-A Importunação sexual

Quem fizer com que outra pessoa sofra ou realize, contra a sua vontade, consigo ou com terceiro, contacto físico de natureza sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

No entanto, a Comissão, após análise e referência ao crime de actos exhibicionistas¹⁹⁰, considerou que a importunação deveria surgir como elemento constitutivo e, assim, ser incluído na redacção final do actual art.164º-A, a fim de o qualificar como crime de resultado e de execução vinculada¹⁹¹.

Ainda em justificação da incriminação da importunação sexual, de acordo com Caeiro e Figueiredo (2016: 171), a importunação representa uma perturbação do estado psíquico da vítima causada por um agente, perturbação essa sentida como negativa e indesejada. É importante destacar que a dita perturbação deve produzir-se

¹⁸⁷ GCE: 1.

¹⁸⁸ 3ª Comissão Permanente 2017: 23.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ A “importunação” é um elemento constitutivo constante da redacção do art. 165º do CPM, relativo ao crime de actos exhibicionistas.

¹⁹¹ 3ª Comissão Permanente 2017: 23.

na relação da pessoa com a sua própria sexualidade¹⁹², ou seja, causa um perigo concreto de ofensa à liberdade sexual da vítima. Nesta linha, só caso o comportamento do agente cause perturbação sexual, se poderá afirmar que está consumado o crime de importunação sexual¹⁹³.

Dito por outras palavras, conforme a Comissão, a intenção subjacente ao aditamento do que se considera como importunação serve para distinguir os casos de importunação sexual, com contacto físico de natureza sexual contra a vontade da vítima, que podiam ser, de facto, considerados como crime¹⁹⁴. Consequentemente, na redação do artigo, a eliminação da expressão “contra a sua vontade” da versão inicial da proposta de lei não significa que não haja a ideia de um contacto físico indesejado de natureza sexual, tendo apenas o intuito de afirmar a existência de um qualquer acto de natureza sexual com contacto físico que possa incomodar a vítima na relação com a sua liberdade sexual¹⁹⁵.

O segundo elemento constitutivo do crime de importunação sexual, na segunda versão da proposta de lei, é “o constrangimento a contacto físico de natureza sexual”, apontado como conduta típica deste crime. Aqui, consideram-se três importantes factores para avaliar a existência, ou não, de dito “constrangimento a contacto físico de natureza sexual”, que apresentaremos em seguida.

O primeiro factor, em conformidade com a letra do artigo, é o de que o contacto tenha de ser físico, o que significa que o toque só será punível quando for no corpo da vítima, quer seja através do corpo do agente, quer através de um objecto manipulado por aquele¹⁹⁶. Aqui será importante sublinhar que não apenas o constrangimento da vítima a esse contacto físico é punível, visto que constrangê-la à prática do contacto físico, seja com o agente ou com terceiro, através do seu corpo ou de um objecto, sê-lo-á também¹⁹⁷.

¹⁹² CAEIRO & FIGUEIREDO 2016: 1.

¹⁹³ 3ª Comissão Permanente 2017: 23.

¹⁹⁴ *Idem*: 24.

¹⁹⁵ *Idem*.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ *Idem*.

Porém, um mero contacto físico não é suficiente para constituição do crime de importunação sexual, pelo que, o segundo factor interveniente será que o contacto físico tenha uma natureza sexual¹⁹⁸. Destaque-se, contudo, que se for um contacto com órgãos sexuais ou zonas erógenas do corpo da vítima, do agente ou do terceiro, poder-se-á considerar que a relação de sexo está envolvida¹⁹⁹. Por outro lado, o contacto físico de natureza sexual abrangido no âmbito do crime de importunação sexual não pode ser assumido com a gravidade que constitui um acto sexual de relevo ou outro crime mais grave como, por exemplo, o crime de violação, tendo em conta que, de entre estes, a importunação sexual será o crime, de certo modo, menos grave (3ª Comissão Permanente 2017: 25).

Na linha do acima exposto, surge mencionado na Nota Justificativa do GCE (2016: 5-6), que “a expressão “contacto físico de natureza sexual” assume um alcance bastante mais amplo do que o “acto sexual de relevo” constitutivo do crime de coacção sexual, respeitando a comportamentos que, apesar de não constituírem “actos sexuais de relevo”, são susceptíveis, ainda assim, de afectar a liberdade sexual das suas vítimas.” Além disso, ainda segundo a mesma Nota Justificativa (2016: 6), a natureza sexual do contacto físico poderá não advir do acto em si, abstractamente considerado, mas sim de factores externos determinados pelo contexto em que o mesmo ocorreu.

Por fim, como terceiro elemento constitutivo do “constrangimento a contacto físico de natureza sexual”, encontramos o dolo do contacto físico de natureza sexual a par do fim da satisfação sexual do agente²⁰⁰. Nesta linha, a inclusão do conceito de constrangimento terá sido devidamente refletida no sentido de se tornar mais explícito que, para se considerar crime de importunação sexual, o contacto físico de natureza sexual envolverá dolo de dito contacto. Com vista a suportar este argumento, o Parecer cita Lopes e Milheiro (2015: 130), para quem, “verificado o contacto de natureza sexual, importa sublinhar que (.....) o contacto tem que decorrer através de alguma forma de coacção, pressão, aperto ou compressão que configure um acto que, de uma forma inequívoca, cerceia a liberdade sexual da vítima. Não existindo esse

¹⁹⁸ 3ª Comissão Permanente 2017: 25.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ *Idem*: 26.

“mínimo” que identifique, objectivamente, esse constrangimento não se pode configurar, à luz do tipo de crime, uma acção típica.”

No que diz respeito à pena deste crime, propõe-se a moldura penal de pena de prisão até 1 ano ou pena de multa até 120 dias²⁰¹, fazendo-se a ressalva, através de cláusula de subsidiariedade expressa, que é aplicada tal pena “se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”²⁰². Por outras palavras, tal cláusula de subsidiariedade terá em vista salvaguardar situações de concurso aparente com crimes que, tutelando os mesmos ou outros bens jurídicos, sejam mais gravemente puníveis²⁰³. Simultaneamente, a moldura penal prevista no art. 164º-A poderá ser sujeita a agravação quando se verificam as circunstâncias previstas no art. 171º, nomeadamente quando a vítima se encontre em relação que implique algum tipo de dependência ou relação mais próxima face ao agente (*e.g.* relação familiar, relação de dependência económica)²⁰⁴. Segundo o Parecer da 3ª Comissão (2017: 27), a inclusão do crime de importunação sexual entre os crimes sexuais cujas penas são agravadas quando existe uma relação de dependência entre a vítima e o agente configura a punição do comportamento comumente considerado como assédio sexual²⁰⁵.

Por fim, após a assinatura do Parecer, no dia 23 de Maio de 2017, pelos membros da Comissão, a proposta de lei de revisão do CPM apresentada à AL para discussão e votação na especialidade, no dia 16 de Junho do mesmo ano, foi aprovada por unanimidade²⁰⁶. Consequentemente, foi promulgada a Lei nº 8/2017, tendo a mesma sido publicada no Boletim Oficial 10 dias depois²⁰⁷. Após mais de um ano de trabalho que envolveu consulta pública, discussão e revisão da proposta de lei e

²⁰¹ Segunda versão da proposta de lei enviada à AL - Artigo 164º-A Importunação sexual. P. 6. [Consult. 7 Ago. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2DfgIpE>

²⁰² Segunda versão da proposta de lei enviada à AL 2017: 6.

²⁰³ 3ª Comissão Permanente 2017: 27.

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ AL – Apresentação, discussão e votação na especialidade da proposta de lei intitulada “Alteração ao Código Penal”. [Consult. 8 Ago. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2Di5EIq>

²⁰⁷ Lei nº 8/2017

respetivas alterações, a reforma do CPM quanto aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais entrou em vigor no dia 26 de Agosto de 2017²⁰⁸.

2. Os problemas jurídicos do novo crime de importunação sexual

Tendo por base o desenvolvimento anteriormente feito do processo de revisão do CPM no que concerne aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, iremos agora tecer algumas considerações de problemas jurídicos sobre dita revisão, estabelecendo uma análise comparativa com a legislação existente neste mesmo âmbito no ordenamento jurídico português.

Ora, antes de mais, precisamos de afirmar que a alteração ao CPM em matéria de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexuais é um passo importante na história jurídica de Macau. Nos últimos anos, como mencionado no Documento de Consulta Pública dessa alteração do CPM (2016: 13), os cidadãos e as associações de Macau solicitaram frequentemente ao Governo que iniciasse um processo de alteração, a fim de aperfeiçoar as disposições do CPM que regulavam os crimes sexuais, especialmente instando à introdução de incriminações relativas aos comportamentos de “ofensa indecente” e de “assédio sexual”²⁰⁹. Deste modo, a introdução do novo crime de importunação sexual foi uma alteração deveras significativa para os cidadãos de Macau no âmbito da reforma penal dos crimes sexuais.

De facto, para chegar a tal consenso sobre a alteração do CPM em 2017, foi necessária uma ampla discussão no âmbito da proposta de lei, bem como sobre o Documento de Consulta Pública que dita proposta tomou por base, especialmente no que diz respeito à introdução do crime de importunação sexual, pois, para além de os comportamentos inerentes a este crime já se encontrarem, à data, amplamente regulados a nível internacional, os cidadãos, após leitura do Documento de Consulta

²⁰⁸ Embora não seja tema central do presente trabalho, destacamos que, no mesmo Parecer, a Comissão discutiu outros artigos propostos para alteração, dos quais fazem parte os crimes contra a autodeterminação sexual, incluindo a alteração de redacção do crime de abuso sexual de crianças, de abuso sexual de educandos e dependentes, de estupro e de acto sexual com menores, e a tipificação dos novos crimes de recurso à prostituição de menor e de pornografia de menor, visando dita intervenção legislativa reforçar a protecção dos menores em matéria do livre desenvolvimento da sua sexualidade, para além de cumprir com as obrigações de direito internacional às quais a RAEM está vinculada. Para maior desenvolvimento sobre o tema, *vide* Parecer da 3ª Comissão.

²⁰⁹ DSRJDI & CCRJ 2015: 13.

Pública, eram ainda da opinião que o âmbito do crime de importunação sexual era limitado, não conseguindo responder às expectativas da sociedade face à realidade no que aos comportamentos contra a liberdade e autodeterminação sexuais diz respeito²¹⁰

211 212

2.1. A epígrafe do novo crime

Na versão chinesa da epígrafe do novo crime de importunação sexual, o Governo fez uso do termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, tendo sido essa a principal razão para que os cidadãos considerassem que o âmbito do novo crime era bastante limitado. Atendendo à discussão que anteriormente encetámos sobre o conceito de assédio sexual e importunação sexual na cultura chinesa e respectivos termos, verificámos que o termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” é a tradução do conceito norte-americano “*sexual harassment*”, cuja expressão portuguesa é “assédio sexual”.

Ora, hoje em dia, na sociedade ocidental, o assédio sexual é geralmente conhecido como “qualquer comportamento ou manifestação, por palavras, gestos ou acções, de natureza sexual, não desejado pela pessoa a quem se destina e que se considera ofensivo”²¹³, não se limitando ao local de trabalho, pelo que actualmente a definição do assédio sexual é muito mais ampla do que a sua definição inicial²¹⁴. Dito termo na sua tradução chinesa - “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” - herda o significado, que já originalmente possuía na sociedade chinesa, de comportamentos (corporais, gestuais ou verbais) indesejados de natureza sexual. Porém, também em chinês, o termo “非禮 (*Fei Lai*)” é usado para descrever o contacto físico indesejado de natureza sexual, especialmente nos casos em que a vítima é do sexo feminino, termo esse que tem por

²¹⁰ O artigo de *All About Macau* em 6 de Janeiro de 2016. [Consult. 17 Jul. 2017]. Disponível em <https://bit.ly/2UTZRmp>

²¹¹ A título de exemplo, veja-se o artigo “A Associação Geral das Mulheres de Macau pede incriminação da ofensa verbal” - *Ponto Final*. Macau. 22 Fevereiro 2016. [Consult. 11 Ago. 2017]. Disponível em <http://bit.ly/2XknKRH>

²¹² Destaque-se que, a nível internacional, o modo de regular um comportamento, neste caso o de importunação sexual, pode variar consoante a preferência do legislador, ou seja, tanto pode ser um crime, como ser sancionado no âmbito de processos cíveis ou, ainda, de processos disciplinares internos. DSAJ & CCRJ 2016: 10.

²¹³ PEIXOTO 2000: 114

²¹⁴ SIEGEL 2012: 3.

base um elemento essencial da cultura chinesa tradicional - *Li*²¹⁵-, cujo significado teve uma importante influência no desenvolvimento jurídico e social da China.

Na linha do acima exposto, sendo *Li* um componente central das regras de comportamento na sociedade chinesa²¹⁶, nunca esteve ausente na formação de leis e regulamentos chineses ao longo da sua história²¹⁷. Partindo deste conceito, encontramos o termo “非禮 (*Fei Lai*)”, que inicialmente veicula a ideia de contacto físico proibido entre homens e mulheres, mas que, mais tarde, acaba por surgir como expressão usada, na comunidade chinesa, para descrever o contacto físico indesejado de natureza sexual, normalmente realizado por agente do sexo masculino.

Face ao exposto, verificamos que, sobretudo a partir de finais do século XX, tanto o termo “非禮 (*Fei Lai*)” como “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” são usados para fazer referência ao contacto indesejado de carácter sexual esteja envolvido. Neste sentido, estas duas palavras são comumente usadas como sinónimos no quotidiano em Macau e, por essa razão, para a maioria dos cidadãos chineses, a diferença existente entre ambos os termos é muito vaga e, por vezes, inclusivamente não rigorosa, tendo em conta os diferentes comportamentos de natureza sexual e as formas que estes podem assumir (e.g. físico, verbal, gestual, entre outros).

Ora, sendo a RAEM uma região com sistema jurídico bilingue, a precisão no uso dos termos, em documentos oficiais, é especialmente importante, não só por causa da interpretação da lei, mas também para que as versões nas diferentes línguas do CPM coincidam entre si quanto a essa mesma interpretação. Dito de outro modo, essa mesma precisão no uso da língua deve estar presente tanto nas epígrafes dos artigos como nas disposições dos mesmos, pelo que cada reforma jurídica e procedimento legislativo implica que, no caso de Macau, em particular, os legisladores tenham de trabalhar com base na doutrina e jurisprudência do sistema jurídico português, assim

²¹⁵ LIU 1998: 61-110.

²¹⁶ MANCUSO 2011: 34.

²¹⁷ O âmbito de *Li* foi definido principalmente pelas obras do confucionismo, em que a obra de Mêncio, *Mengzi*, tinha um diálogo discutindo o contacto físico entre homens e mulheres. Segundo o diálogo, o contacto físico entre homens e mulheres era uma violação da *Li*, razão pela qual dito contacto era proibido como regra geral de *Li*, na sociedade chinesa tradicional. Para maior desenvolvimento sobre “os quatro livros” e “os cinco clássicos” da China, vide <http://bit.ly/2UAKQX8>

como dos sistemas jurídicos de regiões próximas (e.g. China Continental, RAEHK e Taiwan), tendo especial atenção à linguagem técnico-jurídica portuguesa e chinesa como instrumentos de trabalho essenciais para a AL.

Na alteração ao CPM de 2017, encontramos o novo crime epigrafado como “importunação sexual” em português e “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” em chinês²¹⁸. Ora, revestindo-se o uso de termos técnicos precisos de grande importância, na última alteração ao crime de importunação sexual, o Governo e a AL concordaram em aplicar o termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” na versão chinesa do CPM como equivalente ao termo português de “importunação sexual”. Todavia, tal escolha acabou por se tornar algo problemática na comunicação entre o Governo da RAEM e os seus cidadãos, pois estes, com base no entendimento que comumente se faz do termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, consideravam que o âmbito do crime não era suficientemente abrangente. Dito de outro modo, havendo uma interpretação mais abrangente do termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” no que aos comportamentos indesejados de natureza sexual diz respeito, os cidadãos entendiam que a disposição consagrada sob esta mesma epígrafe deveria prever a incriminação de todo o tipo de comportamentos indesejados de natureza sexual, e não apenas os que envolvessem contacto físico.

De acordo com o relatório final da consulta pública, todos os casos com que os órgãos judiciais e as autoridades policiais foram confrontados diziam respeito a “actos de importunação sexual mediante contacto físico” e ocorreram, na sua maioria, em espaços públicos²¹⁹. Além disso, após uma análise comparativa da legislação da RAEM, feita pelo Governo, com o que se previa, neste âmbito, nos sistemas jurídicos da RAEHK e de Taiwan, conclui-se que havia uma tendência global para a incriminação dos actos de importunação sexual que envolvessem o contacto corporal ou o contacto físico através de objectos²²⁰. Deste modo, a versão final do crime de importunação sexual incrimina somente o contacto físico de natureza sexual²²¹.

²¹⁸ Lei nº 8/2017 – art. 2º.

²¹⁹ DSAJ & CCRJ 2016: 10.

²²⁰ *Idem*: 9-10.

²²¹ Lei nº 8/2017 – art. 2º.

Por outro lado, os cidadãos de Macau eram da opinião que o âmbito do novo crime era muito limitado pelo facto de não incluir os actos de importunação sexual verbal²²². A razão de tal tomada de posição prende-se com o significado atribuído pelos cidadãos ao termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, visto que para aqueles dito conceito abrange todas as formas de importunação sexual, enquanto o outro termo, “非禮 (*Fei Lai*)”, é normalmente usado apenas para a importunação sexual que envolva contacto físico. De facto, não é raro que a interpretação de uma palavra possa ser diferente em diferentes contextos, daqui decorrendo que a conduta de importunação sexual jurídico-penalmente relevante não coincida necessariamente com o significado que essa expressão possa deter em outro contexto comunicacional, nem sequer com o significado do “texto-norma”²²³.

Face ao exposto, a epígrafe de um novo crime, neste caso particular, do crime de importunação sexual, merece séria ponderação, até pelas eventuais consequências que possa ter no que diz respeito à sua prevenção e à protecção do bem jurídico da liberdade e autodeterminação sexual.²²⁴ Ora, havendo as diferenças, que acima mencionámos, entre a interpretação de ditos crimes por parte dos cidadãos e o significado de ditos conceitos no âmbito jurídico, coloca-se então a questão de averiguar por que razão o legislador optou pelo termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” e não “非禮 (*Fei Lai*)” como epígrafe do crime de importunação sexual, apesar de incriminar somente a importunação mediante contacto físico de natureza sexual.

Em primeiro lugar, a garantia de equivalência entre os termos das duas línguas oficiais, no âmbito do novo crime no CPM, terá sido uma das razões que levou os legisladores usou a optar pelo termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, ao invés de “非禮 (*Fei Lai*)”, para a epígrafe na versão chinesa do crime de importunação sexual, tendo em consideração que, tal como acima mencionámos, “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” é uma tradução directa de “*sexual harassment*”, cuja expressão em português é “assédio

²²² ALL ABOUT MACAU 6 Jan. 2016. Disponível em <https://bit.ly/2UTZRmp>; PONTO FINAL 22 Fev. 2016. Disponível em <http://bit.ly/2XknKRH>

²²³ CAEIRO & FIGUEIREDO 2016: 160.

²²⁴ Art. 40º/1, CPP e CPM.

sexual”. A palavra portuguesa “importunação” é um sinónimo da palavra “assédio”²²⁵, pelo que não será difícil entender a razão pela qual o legislador da RAEM opta por “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” na epígrafe da versão chinesa do crime de importunação sexual.

Já no que diz respeito à versão portuguesa, importa analisar a razão que leva a que se tenha optado por “importunação sexual”, e não por “assédio sexual”. Provavelmente, podemos encontrar a razão para tal opção do legislador na história do conceito de assédio sexual e da reforma penal portuguesa. Tal como anteriormente mencionámos, o termo “assédio sexual” surgiu nos anos 70 do século passado²²⁶ no seio do movimento feminista daquela época²²⁷, porém, a prática de assédio sexual já tinha uma história de séculos (Siegel 2012: 3), sendo necessário destacar que no início da sua aplicação, nos anos 70, o conceito de assédio sexual era usado principalmente para descrever as relações sexuais coagidas no trabalho²²⁸, o que mais tarde, em Portugal, viria a ser conhecido como assédio sexual em sentido estrito²²⁹. Deste modo, podemos constatar que o legislador português apresentava uma concepção idêntica à internacional, na sua reforma de 1998 do Código Penal, no que diz respeito à introdução do crime de assédio sexual sob a forma dos crimes de coacção sexual e violação.

Neste âmbito, é importante destacar que, antes da reforma de 2015, o abuso de autoridade resultante de relação específica era o requisito determinante dos crimes de assédio sexual sob a forma de coacção sexual ou violação²³⁰. Porém, após anos de prática jurídica e face às mudanças sociais vividas, o âmbito do assédio sexual foi alargado, no sentido em que, além das relações sexuais coagidas no trabalho, os comportamentos indesejados de natureza sexual, de tipo físico, verbal ou não verbal, foram também considerados como parte do crime de assédio sexual, não se limitando

²²⁵ *Assédio* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [Consult. 20 Ago. 2017]. Disponível em <http://bit.ly/2PfUXuI>

²²⁶ SIEGEL 2012: 8.

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ PEIXOTO 2000: 114.

²³⁰ Após a reforma de 2015, o abuso de autoridade no âmbito de relações específicas é considerado uma circunstância agravante dos crimes sexuais.

ainda ao local de trabalho²³¹. A fim de diferenciar o crime de assédio sexual que tinha sido introduzido sob a forma do crime de coacção sexual ou violação, e melhorar a protecção do respectivo bem jurídico, o legislador português substituiu o crime de actos exhibicionistas pelo de importunação sexual, na reforma de 2007, quando incriminou o constrangimento a contacto de natureza sexual, cujo conceito era conhecido como assédio sexual em sentido amplo por alguns académicos portugueses (Peixoto 2000: 114).

Quadro 3: Quadro comparativo dos artigos 170º e 164º-A dos Códigos Penais de Portugal e Macau

Artigo 170º Importunação sexual (Código Penal Português)	Artigo 164º-A Importunação sexual (Código Penal de Macau)
Quem <u>importunar</u> outra pessoa, praticando perante ela atos de carácter exhibicionista, formulando propostas de teor sexual ou <u>constrangendo-a a contacto de natureza sexual</u> , é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.	Quem <u>importunar</u> outra pessoa <u>constrangendo-a</u> a sofrer ou a praticar, consigo ou com terceiro, <u>contacto físico de natureza sexual</u> através de partes do corpo ou objectos, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Através da comparação dos artigos dos dois Códigos Penais (Quadro 3), podemos verificar que os conceitos centrais da importunação sexual sob forma de constrangimento a contacto sexual são muito similares, muito embora o artigo do CPM seja algo mais detalhado na sua definição²³². Aqui, é preciso destacar que esta foi a primeira alteração do CPM em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais depois da sua entrada em vigor, e teve lugar no dia 26 de Agosto de 2017. O legislador de Macau não pretendia incriminar o assédio sexual autonomamente ou sob a forma dos crimes de coacção sexual e de violação, como os

²³¹ U.S. EQUAL EMPLOYMENT OPPORTUNITY COMMISSION 2009; TRADES UNION CONGRESS 2016.

²³² Não obstante o art. 170º do CPP não ter exigido que o contacto sexual seja apenas físico, o “contacto sexual” tem de se traduzir num acto físico. CAEIRO & FIGUEIREDO 2016: 183.

legisladores portugueses já o tinham feito anteriormente. Deste modo, concluímos que a escolha do legislador de Macau da epígrafe de importunação sexual, na sua versão portuguesa, é uma decisão que tem por base os artigos do CPP após a reforma de 2015, diferenciando a importunação do assédio sexual.

No que ainda diz respeito à escolha da epígrafe de importunação sexual para a versão chinesa do CPM, com base na análise acima apresentada, podemos verificar que “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” se apresenta como opção preferível a “非禮 (*Fei Lai*)”. Todavia, analisando o texto do artigo, constata-se que o comportamento incriminado neste novo crime é mais próximo do conceito “非禮 (*Fei Lai*)” existente na cultura chinesa. Daqui, surge a necessidade de questionar por que razão não se optou pela epígrafe chinesa “非禮 (*Fei Lai*)” e, por exemplo, “actos de ofensa indecente” na sua versão portuguesa, pelo que, em seguida, faremos uma breve análise ao significado destes mesmos termos.

Poderíamos afirmar que a correspondência entre os termos “importunação sexual” e “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” é mais precisa do que aquela que resultaria da expressão “actos de ofensa indecente” ou do uso do termo “非禮 (*Fei Lai*)”, já que as definições de importunação sexual e de “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” surgem como o equivalente a assédio sexual, como já aqui discutimos²³³. Quanto às expressões “actos de ofensa indecente” e “非禮 (*Fei Lai*)”, estas surgem como um caso mais complexo, na medida em que “非禮 (*Fei Lai*)”, como palavra chinesa tradicional, e tal como anteriormente referimos, surge como tradução tanto de “actos de ofensa indecente” como de “actos de atentado ao pudor”²³⁴, na versão portuguesa de diversos artigos académicos de Macau. Com efeito, caso tivéssemos “非禮 (*Fei Lai*)” como epígrafe do novo crime, tal expressão corresponderia à ideia de um contacto físico sexual, correspondendo assim ao conteúdo do art. 164º-A. Todavia, o mesmo não ocorre quer com “actos de ofensa indecente”, quer com “actos de atentado ao pudor”, visto que ambas as expressões não implicam somente um contacto sexual que seja físico. Nesta linha, nos anteriores pontos do presente trabalho: subsecção 3.1. e 3.2. da secção 3 do

²³³ CHAN 2015; SIEGEL 2012; OLIVEIRA 2014; CAEIRO; FIGUEIREDO 2016; GENG, 2010; etc.

²³⁴ CHAN 2015.

capítulo II, chegámos à conclusão de que o crime de atentado ao pudor do Código Penal de 1886 é, de facto, igual ao crime de coacção sexual do CPM e CPP em vigor. Dito por outras palavras, o contacto físico de natureza sexual pressuposto nos “actos de atentado ao pudor” do Código Penal de 1886 surge como mais grave do que o contacto físico que se encontra implicado no conceito chinês “非禮 (*Fei Lai*)”, pelo que não seria adequado optar por “非禮 (*Fei Lai*)” como termo correspondente a “actos de atentado ao pudor”.

No que diz respeito a não se ter optado no art. 164º-A pela epígrafe “actos de ofensa indecente”, na versão portuguesa, e de “非禮 (*Fei Lai*)”, como seu correspondente chinês, tratou-se aqui também de uma decisão complexa. Com efeito, tendo sido a expressão portuguesa “actos de ofensa indecente” usada em diversos documentos oficiais da revisão de 2017 do CPM, como equivalente a actos de “非禮 (*Fei Lai*)”, seria de esperar que aquela surgisse como epígrafe do novo crime. Todavia, o âmbito dos “actos de ofensa indecente” pode ser muito mais amplo do que o termo chinês “非禮 (*Fei Lai*)”, não correspondendo assim ao que se encontra estipulado na proposta de lei, tendo em conta que, enquanto o termo português não implica somente um contacto que seja físico, “非禮 (*Fei Lai*)”, por sua vez, remete apenas para contactos sexuais que sejam físicos. Como tal, o uso de ambos os termos como correspondentes, nas respectivas versões portuguesa e chinesa, não seria adequado.

A escolha acima mencionada de “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, à parte das questões de tradução e rigor que se pretendia manter na relação da epígrafe do art. 164º-A com o conteúdo do novo crime, nas suas versões chinesa e portuguesa, julgamos que a mesma se prenderá, ainda, com a possibilidade de o legislador considerar a eventual necessidade de futura alteração dos crimes, tendo em conta que o termo escolhido tem um domínio bastante mais abrangente que o do termo “非禮 (*Fei Lai*)”. O uso de “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” é mais adequado enquanto definição do conceito de assédio sexual (em sentido amplo) como “comportamentos indesejados (de tipo físico, verbal ou não verbal) de natureza sexual que criam um ambiente intimidante, hostil ou

ofensivo, ou afectam a dignidade ou o emprego de outrem”²³⁵. Com efeito, não obstante o novo crime introduzido na alteração de 2017 ao CPM somente incriminar um dos tipos de comportamentos indesejados de natureza sexual – que, neste caso, é o contacto físico de natureza sexual – considerando-se a necessidade de uma futura ampliação do âmbito do crime, o termo “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” cobre essa possibilidade. Por outro lado, tendo ainda em conta o efeito de prevenção do Direito Penal, surge, de facto, como essencial que haja um correcto entendimento do âmbito da epígrafe do novo crime, particularmente sob a perspectiva do comum cidadão, sobretudo, quando encontramos um código, neste caso o CPM, que tem versões oficiais em distintas línguas. Dito de outro modo, e independentemente de o conteúdo do novo crime se referir apenas ao contacto físico de natureza sexual, visto que o sentido de “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” é mais amplo do que o de “非禮 (*Fei Lai*)”, o mesmo termo corresponde ao conceito de “assédio sexual” em sentido amplo, pelo que assim se evitarão futuras alterações à epígrafe do crime, para além de se apresentar como o termo mais claramente associado ou equivalente ao conceito de “importunação sexual”, presente na versão portuguesa do CPM, do mesmo art. 164º-A. Além destas questões, considerando que o termo “importunação sexual” está já devidamente implementado no âmbito internacional, através de anos de estudo e investigação no âmbito dos crimes sexuais, e havendo ainda também neste âmbito diversas investigações na China, RAEHK e outras áreas asiáticas²³⁶, em que é o termo chinês “性騷擾 (*Seng Sou Io*)” que surge como seu equivalente, parece-nos que esta escolha de “性騷擾 (*Seng Sou Io*)”, na versão chinesa do CPM saído da reforma de 2017, e de “importunação sexual” na versão portuguesa do mesmo Código, cumpre, no âmbito do Direito Penal, o que se pretendia tanto a nível de direito local como a nível do direito internacional, no que à reforma dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual diz respeito²³⁷.

2.2. O âmbito da importunação sexual como novo crime

No presente ponto, iremos agora discutir os motivos que, na introdução do crime de “importunação sexual”, poderão ter levado o legislador a optar apenas por

²³⁵ VICTORIAN EQUAL OPPORTUNITY & HUMAN RIGHTS COMMISSION; U.S. EQUAL EMPLOYMENT OPPORTUNITY COMMISSION 2009.

²³⁶ SIEGEL 2012; CAEIRO & FIGUEIREDO, 2016; GENG 2010; etc.

²³⁷ SIEGEL 2012; OLIVEIRA 2014; FILHO 2005; PEIXOTO 2000; etc.

incriminar o contacto físico de natureza sexual, e não outras formas de importunação sexual.

Segundo o relatório final da consulta pública sobre a revisão do Código Penal (2016: 9-11), o Governo da RAEM chegou a essa decisão por duas principais causas. A primeira prende-se com o facto de que, através do relatório relativo à revisão do CPM, se concluiu que a maioria dos países e regiões, incluindo as regiões adjacentes (RAEHK e Taiwan), ainda não tinham incriminado todos os tipos de condutas de importunação sexual, principalmente para evitar a utilização leviana e abusiva do Direito Penal. A segunda causa dessa decisão relaciona-se com o facto de os órgãos judiciais e as autoridades policiais terem constatado que todos os casos com que tinham confrontado diziam respeito a “actos de importunação sexual mediante contacto físico”. Por outro lado, é importante sublinhar que, desde a publicação do Documento de Consulta da revisão do CPM, no fim de ano de 2015, os cidadãos de Macau expressaram a sua insatisfação relativamente à mera incriminação do contacto físico de natureza sexual, chegando a manifestar publicamente essa mesma insatisfação, tanto em programas de rádio como através da numa sessão de consulta pública. A título de exemplo, a presidente da Associação de Mulheres Jovens de Macau considerou inaceitável que o novo crime de importunação sexual não incluísse o assédio verbal ou escrito²³⁸, do mesmo modo que Ai Lin Zhi, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, criticou dita opção inicial do Governo, afirmando que todas as formas de importunação sexual deveriam ser tratadas do mesmo modo, isto é, receber o mesmo tratamento a nível jurídico²³⁹.

É, todavia, necessário ter em conta que demasiadas alterações aos códigos podem prejudicar a sua consolidação e estabilidade, afectando assim a garantia de segurança dos cidadãos e a certeza de uma eficaz aplicação do direito²⁴⁰. Porém, verificando-se também a necessidade de eventuais alterações com vista à actualização de um código vigente durante um longo período e, consequentemente, inadequado face às mudanças vividas ou experienciadas por determinada sociedade, é essencial

²³⁸ SILVA, Andreia Sofia – Código Penal: A Revisão prevê três novos tipos de crimes sexuais. *Hoje Macau*. Macau. 28 Dezembro 2015. [Consult. 31 Ago. 2017]. Disponível em <http://bit.ly/2GeUIvJ>

²³⁹ *Idem*.

²⁴⁰ CAEIRO & FIGUEIREDO 2016: 161.

considerar as tendências e necessidades sociais a fim de manter um equilíbrio entre a consolidação e a estabilidade dos códigos e a sua actualização. Aliás, exactamente neste sentido, e tal como anteriormente referimos, cremos que a decisão de os legisladores de Macau manterem a possibilidade da sua ampliação futura sem necessidade de modificar a epígrafe parece-nos mais sensata.

De facto, o Governo da RAEM explicou, no seu relatório final (DSAJ & CCRJ 2016: 9-11), que a razão de incriminar somente o contacto físico de natureza sexual, no âmbito do novo crime de importunação sexual, se prendia com o facto de a mesma incriminação servir como recurso último para prevenir e combater actos ilícitos, devendo, nesse sentido, aplicar-se o Direito Penal de modo cauteloso, ou seja, havendo um outro modo de combater estes mesmos actos ilícitos, a opção da sua incriminação deve ser afastada. Como tal, seguindo o princípio da intervenção mínima do Direito Penal, a decisão do Governo da RAEM encontra-se devidamente fundamentada, tendo inclusivamente a AL concordado com esta mesma decisão do Governo.

Ora, em Portugal, a fim de se cumprir as obrigações internacionais previstas na Convenção de Istambul, que entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 2014 em Portugal, o legislador português fez em 2015 a trigésima oitava alteração do CPP, incriminando a importunação sexual sob forma verbal. Houve, todavia, críticas a este alargamento do crime de importunação sexual com base no argumento de que era desnecessário, visto já existirem outras punições para proteger os bens jurídicos em causa²⁴¹. Além disso, precisamos de notar que, segundo o art. 40º da Convenção, outras sanções legais (que não a penal) poderiam também ser aplicadas para cumprir o que se encontrava estipulado na Convenção. O que significa que a incriminação de tais actos não seria a única opção existente para cumprir as obrigações internacionais²⁴². Ainda assim, o alargamento do âmbito do crime de importunação sexual foi a resposta dos legisladores de Portugal em cumprimento das obrigações impostas pela Convenção de Istambul.

²⁴¹ CAEIRO & FIGUEIREDO 2016: 166.

²⁴² A título de exemplo, os legisladores franceses e espanhóis não modificaram os artigos relativos com o fim de ampliar o seu âmbito de protecção (art. 222-33, do Código Penal Francês, e art. 184º, do Código Penal Espanhol).

Com base no acima exposto, parece-nos importante reflectir sobre o facto de o legislador português ter optado por incriminar os actos de importunação sexual sob forma verbal a fim de cumprir as suas obrigações internacionais, não escolhendo uma outra via. Na verdade, decorridos mais de dois anos sobre a entrada em vigor da reforma de 2015 ao CPP, verificou-se não existir qualquer acórdão ou jurisprudência relativa ao crime de importunação sexual sob a forma verbal, havendo inclusivamente escassos acórdãos sobre outras formas do crime de importunação sexual. Com efeito, e tendo em consideração que tanto a jurisprudência como a doutrina em Portugal são referências para o ordenamento jurídico de Macau, parece-nos que tal situação, ou seja, o facto de se ter optado por incriminar os actos de importunação sexual sob forma verbal, no CPP, e de não haver até hoje, após a entrada em vigor dessa disposição, nenhum acórdão relativo a tal tipo de acto, terá sido considerada pelo legislador de Macau quando este optou por não incriminar os actos de importunação sexual sob forma verbal.

Ademais, como se afirma no relatório final da consulta, a tendência legislativa ia no sentido de não punir criminalmente os actos de importunação sexual de natureza não física²⁴³, pelo que a RAEM optou por seguir essa mesma tendência geral. Todavia, a não incriminação de tais actos impõe ao Governo da RAEM o dever de tomar outras medidas com vista a prevenir a importunação sexual sob outras formas que não a física, não só encorajando as instituições de ensino superior, as empresas e organismos sociais a combater a importunação sexual verbal, ou outras formas de importunação que não envolvam contacto físico, mas também criando outros recursos ou métodos de resolução alternativos como, por exemplo, o estabelecimento de directrizes de auto-regulação nesta matéria, por via de directivas ou processos disciplinares internos, devendo o Governo ser o primeiro a aplicá-las, a fim de dar o exemplo, por forma a que os cidadãos entendam que, muito embora a importunação sexual sob forma verbal ou não física não esteja incriminada no CPM, ainda assim, este tipo de acto terá os devidos efeitos sancionatórios.

²⁴³ DSAJ & CCRJ 2016: 9.

2.3. A localização do crime de importunação sexual no Código Penal de Macau

Por último, mas não menos importante, importa aqui discutir a inserção sistemática e a ordenação do crime de importunação sexual, entre os crimes contra a liberdade sexual, no CPP e CPM, pelo que, em seguida, teceremos algumas considerações, ainda que breves, quanto a dita alteração por parte dos Códigos Penais de Portugal e Macau.

Com efeito, podemos notar que a sequência dos crimes, no CPP em vigor, contra a liberdade sexual segue, por completo, o critério geral de se apresentar, primeiramente, o crime na sua forma básica, para, posteriormente, dispor sobre a agravada, seguindo-se as menos graves²⁴⁴, apesar de os crimes de coacção sexual e violação, entre outros, serem colocados numa sequência de gravidade crescente relativamente ao bem jurídico. O crime de importunação sexual (art. 170º) é o último da Secção relativa aos crimes contra a liberdade sexual e, de facto, foi introduzido no CPP através da substituição da epígrafe do crime de “actos exhibicionistas” aquando da reforma de 2007²⁴⁵.

Já no CPM, diferentemente da sistematização do CPP, a arrumação dos crimes contra a liberdade sexual é ordenada exactamente do crime mais grave para o menos grave²⁴⁶, começando com o crime de violação (art. 157º) e terminando com o crime de actos exhibicionistas (art. 165º). No que diz respeito ao crime de importunação sexual, o legislador de Macau realizou também uma opção distinta da do legislador português, na revisão empreendida ao CPM em 2017, pelo que importa saber em que âmbito integrou o legislador de Macau o novo crime, tendo em conta que não aboliu o crime de “actos exhibicionistas”, como fez o legislador português na reforma de 2007 ao CP.

Na verdade, o legislador de Macau poderia ter seguido a estratégia aplicada pelo legislador português na reforma de 2007 ao CP, tendo em conta que, no parecer

²⁴⁴ O legislador introduziu o preceito do crime de coacção sexual antes da disposição relativa ao crime de violação, ao considerar, possivelmente, que o crime de coacção sexual se apresenta como forma fundamental do crime de violação, isto é, sendo a violação considerada como um dos actos sexuais de relevo, o crime de violação surge como agravante do crime de coacção sexual.

²⁴⁵ RODRIGUES; FIDALGO 2012: 816.

²⁴⁶ LEAL-HENRIQUES 2014: 340.

publicado sobre a revisão do CPM, já se tinha chegado à conclusão de que o crime de actos exhibicionistas corresponderia ao crime de importunação sexual (3ª Comissão Permanente 2017: 26). Todavia, a alteração foi a de criar o art. 164º-A com vista a integrar o crime de importunação sexual, entre o crime de lenocínio agravado (art. 164º) e o de actos exhibicionistas (art. 165º). Ora, considerando esta sequência dos artigos no CPM de 2017, verificamos que o crime de importunação sexual surge numa posição prévia à do crime de actos exhibicionistas, possivelmente porque o primeiro é relativo à forma de importunação sexual sob forma de contacto físico, enquanto o segundo prevê um acto em que o contacto físico não está envolvido. Todavia, não nos parece que faça sentido ter-se introduzido o novo crime de importunação sexual no, também recente, art. 164º-A, como se fosse parte do crime de lenocínio agravado, tendo em conta o sistema de numeração.

Nesta linha, é interessante verificar que no CPP encontramos o mesmo tipo de sequência de disposições no que diz respeito aos crimes de violência doméstica e de maus tratos, estando os crimes de violência doméstica previstos no art. 152º e os maus tratos previstos no art. 152º-A. Segundo Carvalho (2012: 535), a razão de tal tipificação, no caso dos artigos 152º e 152º-A, prender-se-á com o facto de se prever condutas semelhantes em ambos os artigos²⁴⁷, distinguindo-se, porém, no que diz respeito ao tipo de relação existente entre o agente e a vítima. Neste sentido, cremos que será pertinente averiguar se entre os artigos 164º (lenocínio agravado) e o art. 164º-A (importunação sexual) existirá o mesmo tipo de similaridade a fim de se justificar dita sequência de artigos.

Segundo Leal-Henriques (2014: 363), o agente do crime de lenocínio (art. 163º) é um intermediário, um medianeiro, alguém que não corrompe, não auxilia, não excita, não agrava ou mantém a prostituição alheias para satisfação sexual própria, mas para a dos outros, a quem serve interessada ou desinteressadamente, podendo a sua conduta materializar-se no fomento, favorecimento ou facilitação de prostituição ou de actos sexuais de relevo²⁴⁸. Assim, se num caso concreto existir violência,

²⁴⁷ CARVALHO, Américo Taipa de – “Artigo 152º-A Maus tratos”. In DIAS, Jorge de Figueiredo - *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial, Tomo I*. 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2012. P. 534.

²⁴⁸ LEAL-HENRIQUES 2014: 366.

ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta ou aproveitamento da incapacidade psíquica da vítima, o crime de lenocínio será qualificado (art. 164º)²⁴⁹. Neste sentido, e com base na análise acima elaborada sobre o crime de importunação sexual introduzido na revisão de 2017 ao CPM, podemos concluir que os bens jurídicos protegidos em ambos artigos são idênticos, isto é, em ambos se protege a liberdade sexual, porém, diferem na sua constituição, ou seja, não se verifica outra característica em comum em ambos os crimes que não seja apenas a protecção do mesmo bem jurídico. Nesta linha de raciocínio, tal significa que não terá sido adequado introduzir o crime de importunação sexual no âmbito do art. 164º-A, visto que deste modo se criou uma, consequentemente, inadequada relação no sistema de numeração entre o crime de lenocínio agravado (art. 164º) e o crime de importunação sexual (art. 164º-A). Destaque-se, porém, que, no que diz respeito à localização deste novo crime entre o crime de lenocínio e o crime de actos exhibicionistas, esta mesma localização parece-nos uma decisão justificável, tendo em conta a gravidade destes crimes contra a liberdade sexual, não nos parecendo, no entanto, correcta a numeração definida para a introdução do crime de importunação sexual (art. 164º-A), tendo em conta que, não coincidindo a constituição do crime de importunação sexual com a do crime de lenocínio, tal parece corromper a integridade do sistema de numeração do CPM. Não se pretendendo criar uma mudança que afectasse a numeração dos artigos do CPM, mas que mantivesse a autonomização do crime de actos exhibicionistas, julgamos que o legislador de Macau poderia ter introduzido o novo crime de importunação sexual como art. 165º, alterando a disposição original para o art. 165º-A. Deste modo, encetando-se a introdução do crime de importunação sexual nestes termos, estamos em crer que, comparativamente à sequência actual, o sistema de numeração dos artigos do CPM manter-se-ia de modo mais íntegro e equilibrado no que diz respeito ao conteúdo dos artigos aqui mencionados.

²⁴⁹ LEAL-HENRIQUES 2014: 374.

V. Conclusão

Nos últimos anos, tanto na Europa como no resto do mundo, o assédio sexual e a importunação sexual têm-se apresentado como temas e conceitos polémicos no seio da discussão sobre a protecção da liberdade e autodeterminação sexual, tendo vindo a ganhar uma maior atenção por parte da opinião pública e, em especial, no que à legislação internacional relativa aos crimes sexuais diz respeito. Neste sentido, propusemo-nos, no presente trabalho, a analisar a tutela dos bens jurídicos da liberdade e autodeterminação sexuais no quadro das revisões feitas ao Código Penal de Macau nos últimos anos. Para tal, apresentámos, primeiramente, uma breve abordagem à história do conceito de assédio sexual ao nível internacional, assim como ao entendimento dos conceitos de assédio sexual e de importunação sexual em Portugal e em Macau, estabelecendo uma análise comparativa das revisões encetadas, neste mesmo âmbito, ao Código Penal de Macau e ao Código Penal Português para, por fim, podermos tecer, mais concretamente, algumas considerações sobre a revisão de 2017 ao CPM.

Com efeito, a introdução do conceito de assédio sexual na década 1970²⁵⁰ revelou-se fundamental para a reflexão e discussão sobre a liberdade sexual e a dignidade da mulher, com vista à protecção destes mesmos interesses no âmbito do Direito Penal. De facto, verificamos que existe actualmente uma maior protecção penal da liberdade sexual, não se estendendo essa mesma protecção apenas às mulheres, mas também aos homens, para além de o próprio conceito de assédio sexual se ter alargado a outros âmbitos que não somente o do trabalho e de não se restringir hoje apenas a actos de assédio que envolvam abuso de autoridade para a prática de actos de natureza sexual indesejados. Tendo o conceito de assédio sexual passado a abranger diferentes tipos de actos, entende-se hoje este mesmo conceito em sentido estrito e em sentido amplo, podendo, no seu sentido amplo, ser entendido como “importunação sexual”, conforme pudemos verificar na presente dissertação.

No âmbito do Direito Penal Português, constatámos que a alteração de 2015 ao Código Penal Português alargou o âmbito do crime de importunação sexual, estando hoje a importunação sexual sob as formas de constrangimento a contacto de

²⁵⁰ SIEGEL 2012.

natureza sexual, de formulação de propostas de teor sexual e de actos de carácter exibicionista incriminados no art. 170º do CPP. Dito de outro modo, no CPP em vigor, o crime de importunação sexual encontra-se agora incriminado sob três diferentes vertentes: física, verbal e não-verbal.

No caso particular de Macau, deu-se resposta, em 2017, às solicitações que os cidadãos e diferentes associações fizeram durante anos ao Governo para que se actualizasse o CPM no que aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual diz respeito, ao incriminar-se os comportamentos de “ofensa indecente”²⁵¹ com a epígrafe “importunação sexual”. Como parte da alteração ao CPM em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, o crime de importunação sexual entrou então em vigor no dia 26 de Agosto de 2017.

No âmbito desta reforma, o crime de importunação sexual, introduzido no CPM em 2017, incrimina o constrangimento a contactos físicos de natureza sexual. Com base nos documentos oficiais²⁵², pudemos verificar que o Governo da RAEM e o legislador tomaram diferentes diligências, tais como o documento de Consulta Pública e o parecer de peritos, com vista à revisão do CPM, tendo a introdução do crime de importunação sexual sido o foco dessa revisão²⁵³. Após tais diligências, o âmbito da incriminação da importunação sexual foi definido e, muito embora os cidadãos esperassem que este crime tivesse um âmbito mais amplo, o Governo e o legislador empreenderam as alterações, por si decididas, com razões devidamente fundamentadas e seguindo a tendência que se registava a nível global em outros sistemas jurídicos. Com efeito, considerando que o âmbito da importunação sexual incluiria apenas o constrangimento a contacto físico de natureza sexual, o Governo da RAEM menciona no seu relatório final a necessidade de métodos de resolução (alternativos ao Direito Penal) para o problema da importunação sexual verbal ou sem contacto físico²⁵⁴. Aqui, seria apenas necessário um plano concreto para pôr em prática ditos métodos de resolução.

²⁵¹ O termo usado pelo Governo da RAEM, no Documento de Consulta da revisão do CPM relativo à introdução do novo crime de importunação sexual: DSRJDI & CCRJ 2015: 13, 14, 17.

²⁵² DSRJDI & CCRJ 2015; DSAJ & CCRJ 2016; GCE 2016; 3ª COMISSÃO PERMANETE 2017.

²⁵³ DSAJ & CCRJ 2016: 2-3.

²⁵⁴ *Idem*: 10-11.

No presente trabalho, no que diz respeito ao âmbito deste novo crime, analisámos a sua epígrafe, o conteúdo da incriminação e o respectivo sistema de numeração, tentando entender melhor as decisões tomadas pelo legislador de Macau. Com base nesta análise, concluímos que, apesar de o sistema de numeração encontrado para a introdução do novo crime não no parecer adequado, esta revisão permitiu, de facto, uma mais cabal protecção da liberdade sexual. Aqui, destacaríamos apenas que, sendo o sistema de numeração um importante elemento para a integridade de todo o sistema penal, o legislador poderia ter encetado uma mais sensata numeração do novo crime, tomando como referência outras legislações e códigos penais dos países de sistema jurídico romano-germânico.

Na linha do acima exposto, e em jeito de conclusão, será importante destacar que as diligências a tomar no que à protecção da liberdade sexual diz respeito não devem ser dadas por finalizadas com esta revisão de 2017 ao CPM, já que o combate ao crime sexual, assim como no caso de outros tipos de crime, é um processo contínuo, tendo em conta que a par do desenvolvimento das sociedades, outros e novos actos ilícitos poderão surgir. Neste sentido, o Governo da RAEM e os deputados da AL deverão estar mais atentos a ditas transformações, no sentido de darem uma resposta jurídica adequada e diligente às necessidades que se venham a verificar, tendo em conta os eventuais problemas que os seus cidadãos possam vir a enfrentar.

VI. Bibliografia

- BATISTA, Luís Osório da Gama e Castro e Oliveira – *Notas ao Código Penal Português*. 2.^a ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 1924.
- CAEIRO, Pedro; FIGUEIREDO, José Miguel – “Ainda dizem que as leis não andam: reflexões sobre o crime de importunação sexual em Portugal e em Macau”. In TONG, Io Cheng; FONSECA, Hugo Duarte Fonseca – *Um Diálogo Consistente: Olhares Recentes Sobre Temas do Direito Português e de Macau*. Vol. I. Macau: Associação de Estudos de Legislação e Jurisprudência de Macau, 2016, p. 160-207.
- CASTILHO, Daniela Serra; GUIMARÃES, Ana Paula – “O crime de importunação no Código Penal português”. In *Acta do III Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia: cidadania, justiça e controle social*. Editora Unijuí, 2015. ISSN 2358-8713. [Consult. 11 Jan. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/o1NL2l>.
- CHAN, Lai Ching – “Análise dos Actos de Atentado ao Pudor em Macau”. *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*. Macau: Escola de Polícia Judiciária. ISSN 1681-6943. Nº 69 (2015), p. 129-137. Disponível em <http://www.pj.gov.mo/Web//u/cms/www/201608/02170027i0el.pdf>
- DENG, Xi-lin; PENG, Yun-fei – “A comparative analysis of the definition of legal concepts of sexual harassment: perspective of the United States and the European Union”. *Fa-zhi Yu Jing-ji*. Guangxi: Fa-zhi Yu Jing-ji Magazine Press. ISSN 1005-0183. Nº 3 (2013), p. 116-118.
- DIAS, Jorge de Figueiredo – *Direito penal: parte geral. Questões fundamentais. A doutrina geral do crime*. Tomo I. 2.^a ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN: 978-972-32-1523-6.
- (Dir.) *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial, Tomo I*. 2.^a ed.. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. ISBN: 978-972-32-2061-2.
- DIAS, Isabel – “Violência contra as mulheres no trabalho. O caso do assédio sexual”. *Revista de Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. Nº 57 (2008), p. 11-23.

DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva – “A propósito do crime de violação: ainda faz sentido a sua autonomização?” *Revista do Ministério Público*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. ISSN 0870-6107. Ano 21, nº 81 (Jan/Mar 2000), p. 25-44.

FIDALGO, Sónia Mariza Florêncio – “Os crimes sexuais no Direito Internacional Penal”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007. ISSN: 0303-9773. [Consult. 11 Jan. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/JQUfyo>

FILHO, Rodolfo Pamplona – Assédio sexual questões conceituais. *Jus*. 2005. [Consult. 23 Fev. 2017]. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/6826/assedio-sexual/2>

GENG, Dian-lei – “The evolution of the definitoin of sexual harassment: an international perspective”. *Collection of Women’s Studies*. Beijing: Collection of Women's Studies Editorial Department. BM1186. Nº 1 (Jan 2010), p. 62-70.

LEAL-HENRIQUES, Manuel – *Anotação e Comentário ao Código Penal de Macau - Volume III*. Macau: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2014. ISBN 978-99965-41-27-8.

LOPES, José Mouraz; MILHEIRO, Tiago Caiado – *Crimes Sexuais. Análise Substantiva e Processual*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015. ISBN 978-972-32-2359-0.

MACHADO, João Baptista – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996. ISBN 972-40-0471-6.

MACKINNON, Catharine A. - *Sexual harassment of working women: a case for sex discrimination*. New Haven: Yale University Press, 1979. ISBN 0-300-02298-0.

OHCHR. Committee against Torture – *Concluding observations - China (Macau) (2015)* CAT/C/CHN-MAC/CO/5. [Consult. 14 Jan. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/NKCLJr>

OHCHR. Human Right Committee – *Concluding observations - China (Macau) (2013) CCPR/C/CHN-MAC/CO/1*. [Consult. 14 Jan. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/FUM5Dg>

OLIVEIRA, Ana – *O assédio sexual nos espaços públicos*. [Consult. 31 Dez. 2016]. Disponível em <https://goo.gl/BnNfGA>

PEIXOTO, Emídio José Magalhães Sant’Ana da Rocha – “O assédio sexual: uma realidade necessitada de tipificação ou devidamente salvaguardada pela legislação penal portuguesa?”. *Revista do Ministério Público*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. ISSN 0870-6107. Ano 21, nº 82 (Abr/Jun 2000), p. 113-135.

PEREIRA, André Dias – *O bem jurídico protegido no crime de importunação sexual (Quota Parte)*. 2016. Capazes.

RAEM. Assembleia Legislativa – *Nota justificativa. Alterações ao Código Penal (Projecto de lei)*. [Consult. 14 Jan. 2017]. Disponível em <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2016-12/594565861ea2d10313.pdf>
3ª Comissão Permanente - *Parecer N° 4/V/2017*. [Consult. 1 Jul. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/zoRqyo>

RAEM. Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional; Conselho Consultivo da Reforma Jurídica – *Revisão de Código Penal Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais Documento de consulta*. 2015. [Consult. 24 Nov. 2016]. Disponível em <https://goo.gl/6AQq8v>

RAEM. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça; Conselho Consultivo da Reforma Jurídica – *Relatório final da consulta pública sobre a revisão do Código Penal - crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais*. 2016. [Consult. 20 Dez. 2016]. Disponível em <https://goo.gl/9xVjBG>

RAEM. Gabinete do Chefe do Executivo – *Nota justificativa. Alteração ao Código Penal (Proposta de lei)*. 2016. [Consult. 10 Jan. 2017]. Disponível em <https://goo.gl/5EoTxR>

RUBENSTEIN Michael - *The dignity of women at work: a report on the problem of sexual harassment in the member states of the European Communities*. 1988. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

ISBN 92-825-8764-9.

- SARAIWA, Rute - *Ventos de Este, Ventos de Oeste A “Questão de Macau” nas relações luso-chinesas*. [Consult. 29 Mai. 2017]. Disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Saraiva-Rute-Ventos-de-Este-Ventos-de-Oeste.-A-Questao-de-Macau-nas-relacoes-luso-chinesas.pdf>
- SHA, Fei-fei – *Sexual harassment problems research on the view of feminist jurisprudence*. Xiangtan: Faculty of Law, Xiangtan University, 2013. Dissertação de mestrado.
- SIEGEL, Reva B. – “A short history of sexual harassment”. In MacKinnon, Catharine A.; Siegel, Reva B. - *Directions in sexual harassment law*. 2012. New Haven: Yale University Press. ISBN 978-0-300-18755-7.
- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “A Convenção de Istambul e o novo paradigma da violência do género”. *Ex æquo*. Lisboa: Edições Afrontamento. ISSN 0874-5560. Nº 31 (Jun 2015), p. 105-121. [Consult. 2 Jan 2017]. Disponível em <https://goo.gl/4G55eg>

VII. Lista de Legislação

Proposta de lei - Alteração ao Código Penal. Versão inicial, disponível em

<http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2016-12/50109585ded60e5f6e.pdf>

Lei nº 8/2017 – Alteração ao Código Penal, Disponível em

<http://images.io.gov.mo/bo/i/2017/26/lei-8-2017.pdf>

Código Penal de Macau, Disponível em

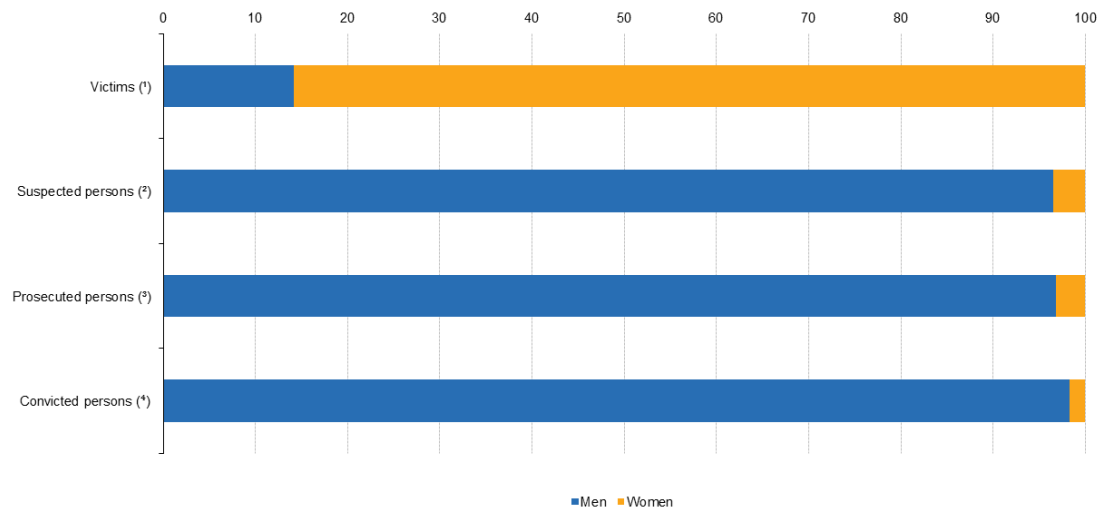
<https://bo.io.gov.mo/bo/i/95/46/codpenpt/default.asp>

Código Penal Português

VIII. Anexo(s)

Gráfico 1: Crimes de violência sexual registados pelas autoridades policiais por estatuto jurídico e por sexo, UE-28, 2015

(% do total)



⁽¹⁾ Belgium, Estonia, Greece, Italy, Cyprus, the Netherlands, Poland, Romania, Sweden and UK Scotland not available.

⁽²⁾ Denmark, Estonia, Ireland, Greece, Italy, Cyprus, Malta, Romania and the United Kingdom not available.

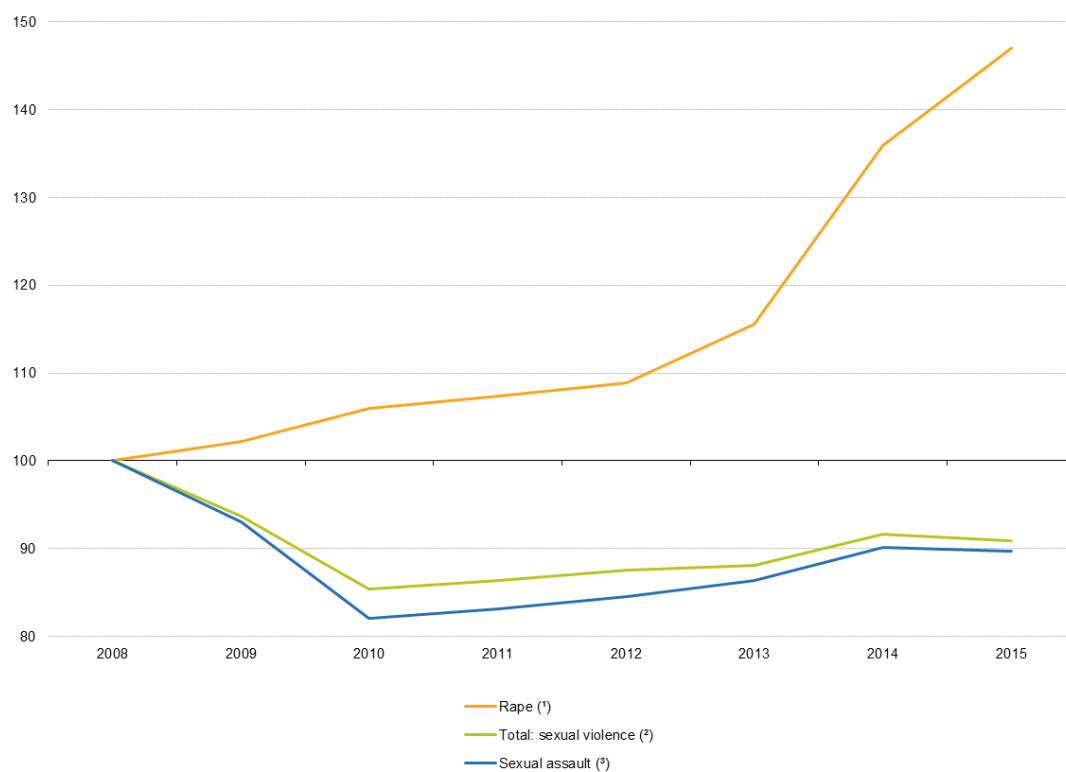
⁽³⁾ Bulgaria, Germany, Estonia, Ireland, Greece, Spain, Italy, Luxembourg, Poland, Sweden and UK Scotland not available.

⁽⁴⁾ Belgium, Germany, Ireland, Greece, Spain, Italy, Luxembourg, Malta and UK Scotland not available.

Fonte: Eurostat ([crim_hom soff](https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&plugin=1))

Estatísticas sobre a criminalidade e a justiça penal. [Consult. 12 Set. 2018]. Disponível em <https://goo.gl/e8zY5h>

Gráfico 2: Crimes de violência sexual registados pelas autoridades policiais, UE-28, 2008–2015
(2008 = 100)



(¹) Italy and UK Scotland not available for all years.

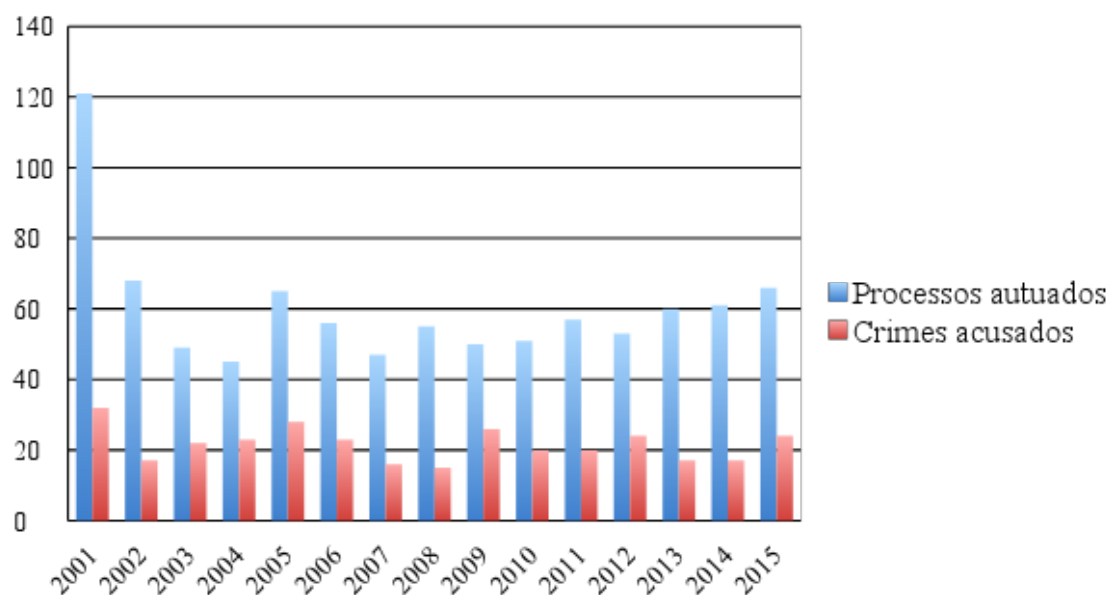
(²) Italy, Latvia, Luxembourg, Poland, Slovakia, UK England and Wales and UK Scotland not available for all years.

(³) Latvia, Luxembourg, Poland, Slovakia and UK England and Wales not available for all years.

Fonte: Eurostat ([crim_off_cat](#))

Estatísticas sobre a criminalidade e a justiça penal. [Consult. 12 Set. 2018]. Disponível em <https://goo.gl/e8zY5h>

Gráfico 3: As estatísticas dos processos penais atuados e crimes acusados de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais pelo Ministério Público referentes aos anos de 2001-2015



Fonte: Ministério Público da Região Administrativa Especial de Macau

MP da RAEM – Estatísticas. [Consult. 15 Nov. 2016]. Disponível em <https://goo.gl/JV86Kv>